

PORTUGÁLIA

NOVA SÉRIE — VOLUME VIII



INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

1987

PORTVGALIA

REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA DA
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

DIRECTOR — *PRESIDENTE DO CONSELHO CIENTÍFICO*
COORDENADOR — *RUI M. S. CENTENO*

CONSELHO DE REDACÇÃO

Carlos Alberto Brochado de ALMEIDA
Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA
Mário Jorge Neto BARROCA
Rui Manuel Sobral CENTENO
Susana Maria Soares R. L. de Oliveira JORGE
Vítor Manuel de Oliveira JORGE
João Pedro Paiva C. RIBEIRO
Maria de Jesus SANCHES
Armando Coelho Ferreira da SILVA
Maria Teresa Cordeiro de Moura SOEIRO

Solicitamos permuta. *On prie de bien vouloir établir l'échange.* Sollicitiamo scambio.
We would like exchange. Tauschverkerh erwünscht.

Toda a correspondência deve ser dirigida a

PORTVGALIA

INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
4100 PORTO PORTUGAL

ÍNDICE

VICTOR S. GONÇALVES

- *O povoado pré-histórico da Sala n.º 1 — (Pedrógão, Vidigueira): Notas sobre a campanha 1 (88)* 7

MARIA DE JESUS SANCHES e BRANCA DO C. T. O. SANTOS

- *Levantamento Arqueológico do Concelho de Mirandela* 17

V Á R I A

FRANCISCO M. V. REIMÃO QUEIROGA

- *Dois torques castrejos do Ashmolean Museum, Oxford* 59

JOÃO L. DA INÊS VAZ

- *Canas de Senhorim e Carvalhal Redondo — Epigrafia e romanização* 63

JOSÉ DA SILVA FERREIRA

- *Materiais romanos no Paço da Glória (Arcos de Valdevez)* 67

CARLOS A. BROCHADO ALMEIDA, ARTUR J. ALMEIDA e ANTÓNIO J. CUNHA LEAL

- *O forno cerâmico romano do Eixo — Aveiro* 69

O POVOADO PRÉ-HISTÓRICO DA SALA Nº 1

(PEDRÓGÃO, VIDIGUEIRA):

NOTAS SOBRE A CAMPANHA 1(88)

Victor S. Gonçalves ()*

1. comentário prévio;
2. natureza e tipo das ameaças que pesam sobre o sítio;
3. estratégia da intervenção;
4. meios técnicos e apoios;
5. a delimitação da área arqueológica;
6. os *loci* 1 a 4;
7. os materiais de superfície: um primeiro comentário;
8. a limpeza de um plano vertical no *locus* 1;
9. algumas considerações sobre o espólio recolhido no *locus* 1;
10. breve discussão geral e conclusões;
11. Apêndice: datações ¹⁴C para a sequência estratigráfica identificada no *locus* 1 (face Este do Corte 1).

1. COMENTÁRIO PRÉVIO

Identificada por Manuel Calado em 1987, no âmbito de um levantamento arqueológico que abrangeu os concelhos de Vidigueira e Portel, e que se dirigia prioritariamente a monumentos e sítios do Neolítico e Idade dos Metais, a área da Sala nº 1 cedo se revelou à UNIARQ, a par do Monte da Mangancha, como das mais interessantes. Esse interesse tinha a ver com a natureza do espólio recolhido à superfície, com a extensão dos sítios e com a estratégia da sua implantação.

Os vestígios de ocupação da Sala nº 1 estendem-se do topo de um cabeço com a altitude de 129m. (que regista já considerável densidade de achados) pelo menos 50 metros em direcção a Pedrógão do Alentejo. Na direcção oposta, distribui-se a sua área principal, tendo sido verificadas elevadas densidades específicas de achados superficiais quase até ao Guadiana. Esta área dispõe-se em grandioso anfiteatro, com cerca de 600 metros de largo.

A localização em função do rio é, pois, preponderante, sendo as prováveis áreas de actividade a Norte do Cerro de menor significado aparente.

A dispersão dos blocos de granito (e o Guadiana) tornam este sítio de grande impacto paisagístico. A sua extensão e a qualidade dos artefactos recolhidos, à superfície e nas diversas áreas atingidas por violações recentes, permitem colocar este povoado entre os mais importantes do Sul de Portugal. Tal caracterização poderia ser intuitivamente considerada excessiva, particularmente num País em que se sobrevalorizam frequentemente, por sistema e vício, os lugares a que os arqueólogos se ligam de uma ou outra forma. Mas, no caso em análise, tal preconceito deve ser cuidadosamente afastado: a Sala nº 1 forneceu muitas centenas de artefactos, estando nela muito bem representados o que, por convenção tácita, se vem designando por “Neolítico final”, o Calcolítico “do Sul” e ainda o “Bronze final”, não faltando (ainda que neste momento representada por um único exemplar) a cerâmica com motivos “campaniformes” incisos.

A esmagadora maioria do espólio aponta, porém, uma ocupação maciça do sítio ao longo da primeira metade do terceiro milénio.

(*) Director da UNIARQ (Unidade de Arqueologia). INIC. Centro de História. Faculdade de Letras. 1699 Lisboa Codex.

Contrariamente ao que se poderia supor, se tivermos presentes outros sítios do Sul também de grandes dimensões, o povoamento não parece encontrar-se disperso por núcleos isolados. Pelo menos é o que se pode deduzir das recolhas de superfície e do seu contexto natural. Os *loci* que adiante se especificarão foram assim designados por comodidade de referência, tratando-se normalmente de áreas onde se verificaram explorações locais de granito, em extensão, pelo que a densidade das recolhas foi maior. A tal ponto maior que, nesses sítios, usaram os prospectores trocadilhos de campo significativos: prospectar *debalde* essas áreas não significava buscas infrutíferas, mas antes que, pelo muito que se encontrava, cada prospector transportava um balde para guardar os materiais que ia recolhendo. O que explica o elevado número dos registos de superfície.

2. NATUREZA E TIPO DAS AMEAÇAS QUE PESAM SOBRE O SÍTIO

O sítio pré-histórico da Sala nº 1 tem vindo a ser progressivamente destruído por uma exploração ilegal, não registada, de granito. Tal exploração, de início artesanal, hoje ocasionalmente com recurso a um compressor de grande porte, *danifica irreversivelmente uma paisagem de grande beleza e destrói completamente os níveis arqueológicos*. As destruições são ainda consideravelmente superiores aos resultados práticos, uma vez que, para localizar os filões de granito de qualidade, é necessário fazer sondagens a eito, todas elas traduzidas em danos irreparáveis para o sítio. Recolhemos nos lugares de essas sondagens centenas de fragmentos cerâmicos e constatámos destruições totais, mesmo nas áreas posteriormente não aproveitadas para extracção da pedra. Quando bom granito foi localizado, as destruições foram acompanhadas pela evacuação das terras sobrejacentes, criando-se em diversos locais verdadeiras estratigrafias invertidas. É o caso do *locus* de S. Cornelho (*locus* 3), na sua área poente, e dos *loci* 2 e 4.

As destruições provocadas pela exploração de pedra ameaçam, portanto, não apenas algumas partes do povoado *mas a sua totalidade*.

A Unidade de Arqueologia alertou para estes factos e suas consequências a Câmara Municipal de Vidigueira, a Junta de Freguesia de Pedrógão, o Serviço Regional de Arqueologia do Sul e o Departamento de Arqueologia do IPPC.

Como alguém disse, não somos os donos do planeta, mas tão só os seus temporários intendentos: as nossas responsabilidades impõem que todos os esforços sejam mobilizados para impedir a mutilação de uma paisagem esplêndida e de um dos mais importantes sítios do Concelho da Vidigueira e, porque não dizê-lo?, do Sul de Portugal.

3. ESTRATÉGIA DA INTERVENÇÃO

Estando a intervenção onerada à partida por diversas deslocações de reconhecimento, em que se definiram fundamentações para o requerer de uma escavação “de emergência” (independentemente de a Sala nº 1 estar incluída na calendarização do programa PEESAP), havia que gerir cautelosamente os fundos obtidos para esta primeira acção extensa. A estas limitações financeiras juntavam-se as logísticas e meteorológicas (o bloco principal desta intervenção decorreu em meados de Outubro, prolongando-se em períodos curtos de Novembro e Dezembro, com chuvas esparsas, aguaceiros e, eventualmente, boas abertas).

Decidi, assim, intervir num único local, o designado *locus* 1, não na perspectiva de uma intervenção clássica (em termos da UNIARQ, entenda-se) mas com a intenção de, regularizando na vertical uma extensa área de violação (10 metros de recorte irregular), se obter leitura e registo de uma possível estratigrafia. Paralelamente a este trabalho, decorreriam reconhecimentos de terreno.

Resumem-se assim os objectivos exclusivamente arqueológicos desta campanha, os dois primeiros em sincronia cronológica, o terceiro decorrendo deles:

1. recolha de materiais de superfície, para delimitação de áreas;
2. limpeza e escavação de um corte, em periferia de área violada;
3. diagnose geral das situações e nova programação para trabalhos futuros.

4. MEIOS TÉCNICOS E APOIOS

A escavação foi aprovada pelo IPPC e a autorização comunicada ao responsável em Outubro de 1988. A única condicionante foi prontamente ultrapassada pela formalização, por escrito, da autorização da Junta de Freguesia de Pedrógão do Alentejo.

O equipamento de terreno foi o habitualmente utilizado nas intervenções da equipa ALPHA 1 da UNIARQ. Nas deslocações de Novembro e Dezembro, houve recurso à viatura todo-o-terreno da Faculdade de Letras de Lisboa.

Uma particular referência deverá ser feita à Câmara Municipal de Vidigueira e ao seu Presidente. Não apenas autorizou a instalação da equipa na residência escolar de Vila de Frades, a cujo Presidente de Junta de Freguesia também se agradece, como subsidiou integralmente a primeira fase dos trabalhos, reatando a excelente colaboração que se verificara aquando das sondagens no Monte da Mangancha. Espera-se agora que este apoio se prolongue e se amplie na intervenção prevista para Julho/Agosto de 1989.

A equipa de terreno integrou colaboradores da UNIARQ, Manuel Calado, Teresa Simões, Margarida Ataíde, Maria José Sequeira, todos do Curso de História, Variante de Arqueologia, da Faculdade de Letras de Lisboa. Nas deslocações de Novembro/Dezembro colaboraram outros alunos com a mesma proveniência. A dra. Paula Amendoeira participou esporadicamente nas prospecções e escavação.

Um agradecimento caloroso deve ser registado para com o dr. Fernando Real, Director do Departamento de Arqueologia do IPPC, pelos esforços que fez para que se ultrapassassem injustificáveis impasses e se acudisse sem demora a este sítio ameaçado. A concessão de uma pequena verba, do fundo de emergências, veio a permitir que o programado se cumprisse integralmente.

5. A DELIMITAÇÃO DA ÁREA ARQUEOLÓGICA

Na Sala nº 1, a topografia do terreno impossibilita obviamente, uma ocupação contínua do espaço, entendida no seu sentido mais estrito (veja-se a Carta Militar de Portugal, fl. 511, de 1962). Ainda assim, haverá que sondar o topo do cerro para que se esclareçam as circunstâncias locais. Na encosta, o acidentado do solo é condicionante, sobretudo os afloramentos e blocos de granito que emergem na paisagem. Restará saber se foram ou não intencionalmente utilizados, como abrigo ou apoios de abrigo, e ainda com outras finalidades, como é o caso da rocha de S. Cornelho, onde em época indeterminada se escavaram degraus, dando acesso a um nicho. Mas, como já se disse, na área em que se detectaram vestígios arqueológicos foi possível verificar uma distribuição bastante regular dos artefactos, particularmente dos cerâmicos e dos sobre seixo.

Por comodidade, e na actual ausência de um levantamento topográfico do sítio, designaram-se como *loci* numerados os principais núcleos de artefactos registados. Mas não deve esta designação ser tomada noutro sentido que aquele que lhe atribuímos: tanto no *locus* de S. Cornelho como nos restantes, esta concentração devia-se claramente à remoção de terra pelos trabalhos de pedreira e à sua lavagem pelas primeiras chuvas do ano.

A extensão da ocupação pré-histórica da Sala nº 1 implicou, naturalmente, que os seus habitantes deixassem traços da sua passagem para além da área efectivamente ocupada. Só escavações sistemáticas poderão, pois, esclarecer definitivamente a delimitação do sítio. Os dormentes e seixos afeiçoados recolhidos junto à antiga lixeira de Pedrógão poderão, muito provavelmente, traduzir mais uma ocupação esporádica que arrastos, incompreensíveis àquela distância.

O sítio arqueológico da Sala nº 1 compreende:

1. o cerro sobranceiro ao Guadiana, logo a Norte da "Azenha da Aldeia". Trata-se certamente de um terraço, origem da excelente matéria prima usada nas indústrias sobre seixo comuns no povoado;
2. a sua encosta norte e área limítrofe, até à lixeira velha;
3. extensa área em anfiteatro, estendendo-se desde o topo do cerro até ao Guadiana. A delimitação de esta área faz-se por ravinas naturais, não se tendo detectado, até ao momento, qualquer fortificação;
4. um abrigo natural, incluído na última das áreas referidas, designado pela população como *Sala nº 1*. Não apresenta, à superfície, sinais de ocupação arqueológica. Daqui houve nome, por extensão, o sítio e o povoado;
5. a «Toca da Galeana», um abrigo entre rocha, e a área envolvente. A Toca da Galeana encontra-se na margem oposta do Guadiana, mas a proximidade e natureza dos vestígios identificados torna praticamente impossível que não exista estreita ligação, ou mesmo dependência, em relação ao povoamento da Sala nº 1.

6. OS *LOCI* 1 A 4 E O TOPO DO CERRO

6.1. O *locus* 1

Foi denominada *locus* 1 uma das áreas de exploração da pedra com frentes de fractura recente. Nesse lugar, onde se encontravam, curiosamente dispostos em semi-círculo, 7 recipientes de ferro, esmaltados de azul sarapintado, providos de uma única asa e noutros tempos designados por “vasos de noite”, tinham tido lugar diversas intervenções:

1. recolhas por Manuel Calado e o seu grupo de aprendizagem em desenho arqueológico da Vidigueira (Abril/Julho de 1987);
2. prospecções já com elementos da UNIARQ (Abril, Setembro de 1987);
3. início de uma limpeza sumária de uma frente ampla pela técnica de arqueologia da Câmara Municipal de Vidigueira (Dezembro de 1987).

A quase totalidade do espólio resultante das acções não conduzidas pela UNIARQ foi recuperada, encontrando-se no Centro de História em estudo, devendo posteriormente (tal como o restante material), recolher à Vidigueira. À técnica municipal de arqueologia agradece-se a entrega, para estudo, dos artefactos recolhidos em Dezembro.

A situação no *locus* 1 recomendava-o à partida para uma intervenção exploratória, consideradas: (1) a sua acessibilidade; (2) a previsível densidade de artefactos, tomando em conta as recolhas referidas; (3) a provável existência de estratigrafia preservada; (4) uma localização favorável dentro da generalidade do sítio.

6.2. o *locus* 2

Foi assim designado um lugar específico junto ao qual se encontra instalado um abrigo temporário, de planta rectangular, 4 postes aos ângulos e cobertura mista (vegetal e plástica). Aqui se acolhe, da chuva e do sol, o canteiro de Pedrógão que vem explorando o granito (ao tempo da intervenção, decorria o afeiçãoamento de paralelepípedos, para estradas, e dos umbrais para o Lar da 3ª idade de Pedrógão). Aqui, a exploração de pedra atingiu uma área extremamente rica em artefactos, destruindo-a quase completamente (ver fotos). O próprio pedreiro confirmou indirectamente a riqueza da área, ao referir ter visto sair da terra “... grandes bocados de tachos e panelas” e “... muitas pedras”. É provável que estas últimas tenham pertencido a estruturas arrasadas.

6.3. o *locus* de S. Cornelho (*locus* 3)

Tem como centro o rochedo de forma peculiar, onde se identificaram degraus na rocha (tipo estribo) que permitem a subida e instalação de um indivíduo adulto num nicho aberto no granito.

Para além das cerâmicas do terceiro milénio, o *locus* de S. Cornelho forneceu espólio da Idade do Bronze, mais especificamente um conjunto cerâmico atribuível à fase “final” daquele período.

As fortes chuvas de Outubro lavaram o solo e carrearam sedimentos superficiais, pelo que foi possível recolher uma quantidade apreciável de cerâmicas.

6.4. o *locus* 4

Situado perto do *locus* 1, corresponde talvez a uma das mais antigas explorações de pedra identificadas, pelo que o número de artefactos recolhidos foi o menor dos quatro *loci*.

6.5. o topo do cerro

Coincidindo muito provavelmente com uma das fases de ocupação do sítio, se não com todas, o topo do cerro oferece uma extensa área susceptível de ser utilizada e, mesmo, facilmente fortificável.

Não é impossível que tenha sido paleolítica a sua primeira utilização, tratando-se de um terraço fluvial, se se confirmar que artefactos daquele período foram reaproveitados por neolíticos e calcolíticos que, provavelmente, continuavam a talhar seixos. Teríamos assim um caso semelhante ao registado em Tichitt, para outro tipo de artefactos.

Do topo do cerro provém elevada percentagem (para estes contextos) de cerâmica decorada, incluindo alguma com motivos simbólicos e um fragmento com decoração “campaniforme” incisa, bem como diversos seixos afeiçãoados.

7. OS MATERIAIS DE SUPERFÍCIE: UM PRIMEIRO COMENTÁRIO

Num quadro em que se sumariassem os materiais arqueológicos recolhidos na Sala nº 1, tornar-se-ia evidente que os melhores representados se refeririam à ocupação do terceiro milénio (em anos de ¹⁴C não calibrados). No Corte 1 do *locus* 1, esses artefactos representam mesmo a totalidade, não tendo sido aí detectados, até à data, quaisquer conjuntos anteriores ou posteriores. De qualquer forma, esta asserção foi confirmada pelas datações ¹⁴C já obtidas para os níveis do Corte 1 (ver 11: *Apêndice*).

Para a generalidade do povoado, a amostra mínima de materiais da Idade do Bronze não tem o seu contexto específico muito nítido, uma vez que foi quase toda recolhida em área fortemente afectada pelas razões já enumeradas e, ainda, pela passagem diária de vários fatos de cabras.

As primeiras anotações sobre a Sala nº 1 registavam a grande abundância de espólio, muitas centenas de bordos de recipientes cerâmicos, bastantes seixos afeiçoados e alguma pedra polida extremamente bem conservada. Escasseava apenas, em contraste com a Mangancha, a pedra lascada; os artefactos metálicos e os traços de actividade metalúrgica estavam ausentes.

Tal abundância de informação evidenciava a importância do sítio, mas também, e infelizmente, o seu grau de destruição. O facto de surgirem misturadas formas de cerâmicas recentemente consideradas típicas de dois períodos em sequência, a taça carenada e o prato de bordo espessado *interna e externamente* (dito “almendrado”) poderia perfeitamente traduzir as violações e subsequentes dissociações dos conjuntos artefactuais. Tal explicação poderia ser corroborada pelas cerâmicas da Idade do Bronze. O mesmo parecia lícito supor dos pesos de tear, aparecendo nas recolhas quase todos os tipos conhecidos e ainda alguns outros, muito provavelmente inéditos. Apenas ausentes as formas de faces quadrangulares e rectangulares, espessas, próprias das penínsulas de Lisboa e Setúbal.

Se a escavação empreendida ao regularizar o Corte 1 veio reposicionar de forma extremamente interessante esta situação, como veremos, a panorâmica geral não foi alterada; o espólio de superfície define um extenso povoado do 3º milénio, destruído em áreas definidas, mas muito provavelmente bem conservado noutras, a ponto de se justificar largamente uma atenta e prolongada intervenção.

8. A LIMPEZA DE UM PLANO VERTICAL NO *LOCUS* 1

O *locus* 1, devido à exploração do granito, oferecia o aspecto geral de uma cratera. Os bordos esboroavam-se e eram mascarados por derrubes e pedras removidas artificialmente de um seu provável contexto.

Esta irregularidade era, porém, fácil de reconverter numa área de leitura possível, a Oeste, Norte e Este da depressão. A Sul, a remoção de pedra tinha sido mais intensa e expusera definitivamente rocha que já aflorava anteriormente. Decidi, assim, prevendo a continuidade futura dos trabalhos, operar de acordo com a malha de quadrícula que costumo usar em escavações desta época (2 x 2 m.) e preparar uma frente de desenvolvimento possível que privilegiasse uma progressão para Norte e Este. A quadrícula da área em questão ficou compreendida entre as coordenadas de sector C a H e 21 a 27. Acautelava-se assim o desenvolvimento Sul/Norte e precaviam-se as mais que prováveis intervenções em direcção a Este e Oeste. A coordenada numérica desenvolve-se de 280 para 80^m e a alfabética de 180 para 380^m.

Basicamente, poderíamos falar na remoção do que restava dos seguintes quadrados:

G. 22. a 25 (inclusive)

C. a G. 26 (inclusive)

A regularização de verticais explica o facto de, particularmente na face Este do Corte, se terem efectuado registos de quadrados não escavados, uma vez a face Oeste da coordenada 27 ter ficado exposta, por escavação.

Os artefactos recolhidos no *locus* 1 têm registos diferenciados que será útil ter presente na descodificação das referências individuais dos artefactos.

Enumeram-se as possibilidades:

SLI Lcl 1987

(assinala artefactos recolhidos em 1987 no *locus* 1)

SLI Lcl 1988

(idem em 1988)

SLI Lcl E ou *SLI Lcl N*. [seguidos de data enunciada segundo a norma europeia]

(assinala artefactos recolhidos durante a limpeza das superfícies parcialmente destruídas, para construção de planos verticais de leitura, respectivamente na face Este e Norte do Corte)

SLI Lcl E. [ou *N*.] 1 a 6 dentro de triângulo, seguido da data

(registra, em artefactos recolhidos nas mesmas circunstâncias dos anteriores, o nível estratigráfico já identificado).

A partir da última intervenção de 1988, os artefactos passam a ser registados segundo as normas que sempre usei em escavações regulares. Assim, *SLI Lcl G. 26-17* refere o artefacto nº 17 a ser recolhido no quadrado G. 26 do *locus* 1 do sítio da Sala nº 1.

Na maior parte da área exposta aquando do início dos trabalhos, derrubes e violações sucessivas impediam uma qualquer leitura. Ela só viria a ser possível, com nitidez, a partir de 88.11.30, data em que

terminaram as remoções de terras revolvidas e foi finalmente possível planejar uma quadriculagem adequada ao registo pretendido. A fiabilidade da sequência está garantida e é possível recuperar informação sobre artefactos cujo contexto de recolha foi controlado. A face Oeste de G. 27 ofereceu uma leitura através de uma espessura local de 2.40 m., tendo sido identificados 7 níveis (de 0 a 6), podendo os dois últimos revestir-se, provavelmente, de um só significado.

Se, como se viu, na face Norte e Oeste do Corte a potência estratigráfica nunca ultrapassava 1 m (oscilando nesta última de um máximo de 70 cm até 40 cm medidos no ponto médio) e eram três os níveis identificados, à muito maior espessura dos solos arqueológicos corresponderia aqui, naturalmente, uma sequência estratigráfica mais extensa e complexa, nem sempre simples de interpretar. A seguinte:

Nível 0

Terra solta, com pedras esparsas, geralmente de pequena dimensão; o nível formou-se a partir da acumulação de terras sobre o solo superficial, aquando da exploração de pedra. Quase ausente das faces Norte e Oeste do Corte, era de espessura considerável em E. D. C./26.27.

Se bem que, teoricamente, devesse incluir artefactos provenientes de todos os outros níveis deverá registar-se que raros são os vestígios arqueológicos recolhidos neste sector na coordenada G. Na coordenada 26, verifica-se escassez em F. e G. mas a situação altera-se em E. e D., onde existiam alguns componentes de mós manuais, para além de cerâmicas diversas.

Cor Munsell 10YR 7/3, castanho muito claro (*very pale brown*).

Nível 1

Inclui os restos da antiga manta morta, agora quase completamente absorvida pelos sedimentos que a envolveram.

Praticamente sem vestígios arqueológicos.

Cor 10YR 6/3, castanho claro (*pale brown*).

Nível 2

Contém estruturas (provavelmente habitacionais) e os seus derrubes. Parece distinguirem-se três, claramente diferenciadas, mas de interpretação específica impossível nesta fase da pesquisa. Em E. e D. 26., os níveis 1 e 2 são de destriça difícil (e o nível 0 parece confundir-se com eles).

Abundante material arqueológico.

Cor 10YR 6/2, cinzento acastanhado claro (*light brownish gray*).

Nível 3

Solos extremamente compactos, com abundantes restos de fauna, cerâmica e instrumentos. Na face Oeste de F. 27., detectaram-se abundantes restos de combustão que dão a este nível, neste sítio específico, duas cores próximas: (1) 2.5YR2/0, negro (*black*); (2) 2. 3/0, cinzento muito escuro (*very dark grey*). A existência no Corte de pedras com traços de fogo intenso torna altamente provável que se trate de uma área de combustão estruturada. Todas as terras retiradas foram transportadas para o laboratório, com vista a lavagens de precisão em bateria de crivos calibrados.

O nível 3, subjacente a algumas estruturas pétreas e seus derrubes, reveste-se de grande interesse pelo espólio que revelou, nomeadamente artefactos relacionados com o sagrado e importantes testemunhos de ritos mágico-religiosos. Em dois lugares específicos, muito bem delimitados, o nível é assinalado por uma completa ausência de materiais arqueológicos. Poderia eventualmente tratar-se de áreas não utilizadas ou de lugares ocupados por estruturas de materiais perecíveis, integralmente desaparecidas.

Nível 4

É constituído por uma camada com 20 cm máximos de espessura de argila de revestimentos ("barro de cabanas"), não sendo ainda claro tratar-se em todos os casos de derrubes de paredes ou de um "chão". Eventualmente presentes noutras faces do Corte, é na face Oeste da coordenada 27. que se observa um agrupamento significativo, traduzindo a queda de uma estrutura provavelmente similar às de Santa Justa, no Alto Algarve Oriental. É sobre este derrube, algum tempo depois de ele ter ocorrido, que começou a funcionar a estrutura de combustão referida a propósito do nível 3.

Cor dominante nas superfícies de fractura: 2.5YR 6/8, amarelo avermelhado (*reddish yellow*).

Níveis 5 e 6

De difícil destriça entre si, são constituídos por terras finas, pulverulentas, soltas, aparentemente incluindo elevadas percentagens de cinzas. Abundantes cerâmicas, restos de fauna e artefactos líticos,

incluindo seixos talhados. Os dois níveis distinguem-se apenas pela ligeira tonalidade rósea do segundo deles. O nível 5 foi classificado, quanto à cor, como 10YR 7/1, cinzento ligeiro (*light grey*) e o 6 como 10YR 7/2, cor e matiz com nome idêntico aos anteriores.

Foi inicialmente admitido que tal acumulação de cinzas pudesse corresponder ao esvaziamento da estrutura de combustão identificada, mas o prosseguimento da escavação evidenciou a completa impossibilidade de esta hipótese. Com efeito, não só existe uma clara separação entre os níveis 3 e 4 como a estrutura de combustão está separada do derrube de barro de cabana por uma camada fina, traduzindo a passagem de um certo lapso de tempo entre o derrube e o início de funcionamento da área de combustão.

Esta sequência, numa leitura interpretativa alargada à totalidade da área observável após limpeza, poderia ser interpretada de acordo com mais de uma possibilidade, no que se refere às unidades 2 a 4 e 5 e 6.

Seguindo a leitura A, cada unidade referenciada na sequência detectada na face Oeste da coordenada 27 (equivalente à face Este do Corte) teria existência autónoma e seria equivalente às unidades com o mesmo número identificadas nas restantes faces. A inexistência das unidades 4 a 6 nas faces Norte e Oeste corresponderia a diversidades de utilização do espaço, mais frequentado numa área que nas restantes, o que está longe de ser impossível e é, naturalmente, provável.

De acordo com a segunda leitura (B), o fenómeno de derrube da cabana que se traduziu na formação de um nível específico, com densidades variáveis, deve ser integrado numa única "fase" da ocupação do sítio.

Segunda a última possibilidade (C), o fenómeno do derrube da cabana só é rigorosamente legível num sector delimitado e justifica individualização, enquanto as unidades 5 e 6 resultam de um mesmo fenómeno de evacuação ou acumulação de cinzas.

A	B	C
[0]	[0]	[0]
[1]	[1]	[1]
2	2	2
3	3 e 4	3
4		
5	5 (ou 5 e 6)	4
6	6	5 e 6

A informação acumulada permite-me propor, como mais plausível, a seguinte correspondência entre fases prováveis de ocupação pré-histórica e unidades de análise estratigráfica, entendendo-se a numeração daquelas como crescendo do mais antigo para o mais recente:

- Fase 1: níveis 6, 5 e 4 (construção);
- Fase 2: nível 4 (destruição - seguida de abandono);
- Fase 3: nível 3 (englobando a fogueira estruturada);
- Fase 4: nível 2.

No entanto, deveremos ter em linha de conta que só a escavação das estruturas visíveis nas faces Norte e Este do Corte poderá esclarecer "definitivamente" esta complexa sequência.

9. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESPÓLIO RECOLHIDO NO LOCUS 1

Algumas observações podem já ser avançadas sobre o espólio em estudo.

No locus 1, existem pratos de bordo espessado *em todos os níveis detectados*. Mas as taças carenadas não parecem ser tão numerosas nos níveis 6 e 5, ao contrário dos recipientes mamilados, bem presentes a partir do nível 5, com robustos exemplares sobre formas fechadas (esféricos altos). As taças carenadas encontram-se bem representadas no nível 3 e encontram-se também no 2, ainda que em percentagens por computar.

As manifestações do sagrado concentram-se no nível 3, um nível que seríamos tentados a chamar de "millarensis", se a designação fosse mais útil do que parece estar a tornar-se.

São os seguintes os artefactos que podem associar-se ao sub-sistema de que falamos:

1. "ídolos de cornos", um dos quais com particularidades morfológicas inéditas. Provêm dos níveis 5 e 2;

2. um pé, em terracota, com dedos "múltiplos". Poderia pertencer a uma figura antropomórfica, com 30/40 cm de altura possível, ou mesmo a uma figura zoomórfica, de um teromorfo. Não é segura a sua atribuição estratigráfica por ser proveniente de uma área afectada por revolvimentos recentes. O nível 3 poderia, eventualmente, ser o seu ponto de origem;

3. duas figurinhas masculinas, em terracota, de pequenas dimensões. A sua interpretação será discutida noutra lugar. Nível 3;

4. fragmentos cerâmicos referentes a diversos recipientes. Um deles, apresenta uma figuração da Deusa Mãe calcolítica, com algum ineditismo porque os dois olhos, em forma de sol, estão separados por um nariz similar a um mamilo vertical alongado. As duas narinas estão indicadas e a boca claramente representada, em relevo, tal como o queixo, bem como as "pinturas" ou "tatuagens" faciais.

Outros fragmentos apresentam os típicos componentes da simbólica. Nível 3;

5. pequenos fragmentos de placas de xisto com decoração geométrica e uma, inteira, por gravar. Nível 3;

6. falanges desbastadas e polidas (mas sem motivos simbólicos gravados). Nível 3.

A indústria lítica é assinalada por:

1. abundância de seixos talhados, muitos com o chamado talhe languedocense;

2. relativa escassez da indústria sobre lâminas;

3. abundância de pedra polida (machados, sobretudo).

O osso está representado por instrumentos perfurantes e por alguns de extremidade espatulada.

A actividade metalúrgica está resumida a um duvidoso cadinho (fragmentado) e a um pequeno fragmento de escória de fundição, este proveniente do nível 5. Mas como um *locus* não são *loci*, e a escavação se processou em área reduzida, não deveria, normalmente, esta raridade ser majorizada. No entanto, a abundância de artefactos de todos os tipos incita à reflexão no que a este facto diz respeito.

10. BREVE DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Será a ocupação do *locus* 1 do sítio da Sala nº 1 exclusivamente calcolítica?

Estaremos perante um sítio ocupado no Neolítico "final" e no Calcolítico, em sequência não interrompida?

A abundância de fauna e as datações ¹⁴C possíveis serão, eventualmente, de alguma ajuda mas, na realidade, só a continuação dos trabalhos o poderá esclarecer. E se me inclino para a segunda das duas hipóteses, a primeira não me parece de recusar *ab ovo*, redefinidos que sejam os conceitos. Ponto importante, a tomar em devida conta, é o da identificação de um "ídolo de cornos" no nível 5 e de outro no nível 2, situação que, a confirmar-se por outros achados, poderia permitir a aceitação de um período de duração para estes artefactos idêntico ao das placas de xisto com decoração geométrica. O que é dizer, segundo a minha proposta, na segunda metade do quarto milénio e na primeira do terceiro, em anos de calendário.

Noutra direcção, o que se pode desde já afirmar é que nos encontramos perante um sítio ameaçado e condenado a destruição irreversível, se as entidades competentes, inicialmente tão desinteressadas da sua sorte, se não decidirem a actuar. Óbvio parece também o facto de se tratar de um povoado de excepcional importância, por si próprio e pela leitura espacial possível (se tomarmos em conta a sua mais que provável associação a S. Lourenço e ao Outeiro das Sepulturas).

Vidigueira/Lisboa, Inverno de 1988

Victor S. Gonçalves

11. APÊNDICE

Datações ¹⁴C para a sequência estratigráfica identificada no locus 1, na face Este do Corte 1.

Já em Maio de 1989, foi possível dispor das primeiras datações ¹⁴C para a sequência estratigráfica registada na face Este do Corte efectuado como regularização do *locus* 1.

Essas datas, conseguidas ao abrigo do programa de datações patrocinado pelo Departamento de Arqueologia do IPPC, foram efectuadas no LNETI, sendo de registar vivos agradecimentos ao Prof. Doutor Peixoto Cabral e ao Eng.º Monge Soares pela rapidez da sua execução.

Divulgamo-las, de seguida, com um breve comentário, ainda que preliminar, à sua possível interpretação.

1. *datas convencionais de ^{14}C*

ICEN 444: 4490 \pm 100 BP (fauna, proveniente do nível 6)
 ICEN 445: 4490 \pm 80 BP (fauna, proveniente do nível 5)
 ICEN 447: 4490 \pm 110 BP (fauna, proveniente do nível 4)
 ICEN 448: 4140 \pm 110 BP (fauna, proveniente do nível 3)

2. *datas calibradas com uma probabilidade de 1 sigma**.

ICEN 444: 3360 - 2938 cal AC
 ICEN 445: 3348 - 3036 cal AC
 ICEN 447: 3360 - 2930 cal AC
 ICEN 448: 2900 - 2510 cal AC

3. *datas calibradas com uma probabilidade de 2 sigmas.*

ICEN 444: 3502 - 2910 cal AC
 ICEN 445: 3491 - 2920 cal AC
 ICEN 447: 3510 - 2910 cal AC
 ICEN 448: 3018 - 2460 cal AC

(*) O Laboratório usou, para calibração, a curva de Pearson *et al.* (*Radiocarbon*, 28 (2B), 1986, pp. 911-934)

COMENTÁRIO ÀS DATAÇÕES

A primeira conclusão que se pode avançar com elevado grau de fiabilidade diz respeito à definição de parâmetros cronológicos para a ocupação pré-histórica da sequência em apreço.

Assim, parece não restar dúvidas que a ocupação se inicia, em anos de calendário, na segunda metade do quarto milénio, prolongando-se pela primeira metade do terceiro.

A segunda conclusão seria o aparente confirmar da observação arqueológica de um provável lapso de tempo entre o derrube estruturado legível na face Este do Corte (nível 4) e a ocupação que se lhe segue (nível 3). Como se escreveu, é no nível 3 que encontramos um conjunto de artefactos com características muito específicas, a nível da simbólica, indicando, aparentemente, o aparecimento local de componentes bem conhecidos em sítios calcolíticos como Santa Justa, no Alto Algarve Oriental, e contemporâneos de um amplo movimento de contactos interregionais. Entre eles, as falanges afeiçãoadas, a cerâmica com decoração simbólica. Mas não se deve ler aqui mais do que realmente se escreveu. Não parece ainda clara qualquer ruptura com uma «tradição» anterior, apenas se registam, para além dos componentes anteriormente verificados, outros, que indiciam alargamento de contactos ou chegada de novos elementos.

Não querendo antecipar o que apenas a prossecução dos trabalhos evidenciará, não posso, porém, deixar de sublinhar o facto de placas de xisto surgirem aqui datadas, em anos de calendário, e com uma probabilidade de dois sigmas, entre 3018 e 2460 antes da nossa era, claramente na primeira metade do terceiro milénio e numa cronologia que é compatível com o Calcolítico. Tive oportunidade de escrever noutra sítio (Gonçalves, 1980: 58) que as placas com decoração geométrica com olhos em forma de sol indicavam contactos entre as «novas» populações calcolíticas e as que fabricavam «tradicionalmente» placas com decoração geométrica. Assim sendo, e se se confirmarem as datas obtidas, a fabricação do conhecido artefacto ideotécnico seria um fenómeno ainda comum na primeira metade do terceiro milénio. Outros contextos ensinam-nos que muito dificilmente o poderíamos fazer recuar muito para além da segunda metade do quarto. Tal informação é, apesar dos seus largos parâmetros, algo de extremamente importante. Datas complementares para o Cabeço do Pé da Erra (onde no único nível calcolítico existente se talharam placas) e para o enterramento da Cova das Lapas (em que um dos mortos foi inumado com uma placa ao peito) poderão ser, neste contexto, de ainda maior importância. A data já disponível para a Cova das Lapas (ICEN - 463) confirma que a utilização votiva das placas com decoração geométrica é já um facto na segunda metade do quarto milénio. Com efeito, a data obtida (4 550 \pm 60 BP), fornece uma calibração a um sigma de 3 365 - 3 106 cal. AC e a dois sigmas de 3 497 - 3 041 cal. AC, o que vem confirmar a afirmação que anteriormente emitimos.

Seria interessante saber se a aparição, nas placas de xisto com decoração geométrica e em ídolos falange e cilíndricos tipo Moncarapacho, de olhos em forma de sol tem apenas a ver com uma alteração estilística da representação ou assinala o aparecimento de novos conceitos ou ideologias, em que uma nova leitura «astronómica» poderia jogar um importante papel. Ainda é cedo para definirmos o grau de inovação que isto poderia eventualmente representar mas, indiscutivelmente, estamos perante situações que convém analisar com precaução, o que não é dizer com timidez ou liminar recusa.

As designações tradicionais de Neolítico, *médio e final*, bem como a de Calcolítico *inicial*, começam agora a perder algum do sentido que porventura tiveram (Gonçalves, 1989, Caps. 2, 7 e 8). Tudo indica que ganhando, eventualmente, outro, ainda que seja, talvez, demasiado cedo para os conceitos estabilizarem.

Esperamos que novas datas venham confirmar as obtidas e esclarecer alguns dos muitos pontos em aberto.

Uma última observação respeita às correlações entre as datas agora obtidas e algumas das já disponíveis para o Sul Peninsular.

A este respeito, existe texto recente (Gonçalves, 1989, cap. 6), pelo que apenas se sublinhará a extrema proximidade da data obtida para o nível 3 do locus 1 com as de outros sítios (em anos de ^{14}C) e a nítida anterioridade da data obtida para o nível 4:

Sala n.º 1, n. 4:	4490	±	110	BP	(ICEN-447)
Sala n.º 1, n. 3:	4140	±	110	BP	(ICEN-448)
Los Millares:	4295	±	85	BP	(H-204)
Almizaraque:	4150	±	120	BP	(KN-73)
El Tarajal:	4110	±	50	BP	(CSIC-228)
Zambujal:	4140	±	90	BP	(GrN-7664)
Monte da Tumba:	4180	±	30	BP	(ICEN-117)
Santa Justa:	4100	±	140	BP	(UGRA-91)

Ainda que os desvios-padrão sejam distintos, a similitude é a tal ponto óbvia que dispensa outros comentários. Uma vez disponíveis outras datações, estou certo que este quadro ganhará em precisão, permitindo correspondências mais significantes entre momentos específicos da vida dos povoados «abertos» e das fortificações eventualmente contemporâneas.

Lisboa, Maio de 1989

REFERÊNCIAS

- Gonçalves, Victor, 1980, Dois novos ídolos tipo Moncarapacho, *Setúbal Arqueológica*, IV, 47-58, Setúbal, Assembleia Distrital
- Gonçalves, Victor S., 1989, *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental, uma aproximação integrada*, 2 vols., Lisboa, UNIARCH/INIC
- Gonçalves, Victor S., e Manuel Calado, 1985-88, O povoamento pré-histórico de terras de Portel e Vidigueira, *ClioArqueologia* 2-3, Lisboa, UNIARQ/INIC
- Gonçalves, Victor S., e Rafael Alfenim, 1985-88, Os sítios calcolíticos do Monte da Mangancha, *ClioArqueologia* 2-3, Lisboa, UNIARQ/INIC

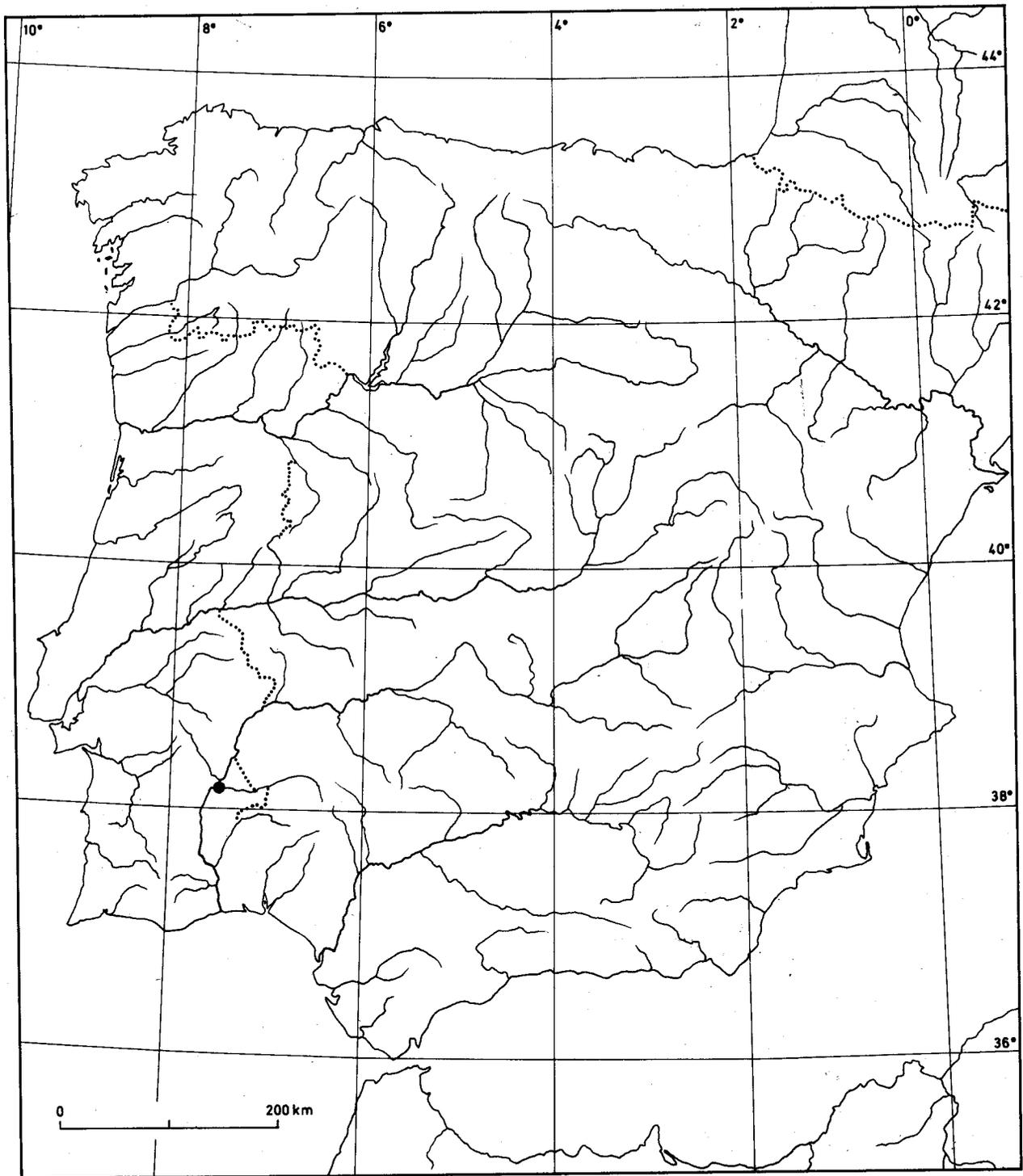
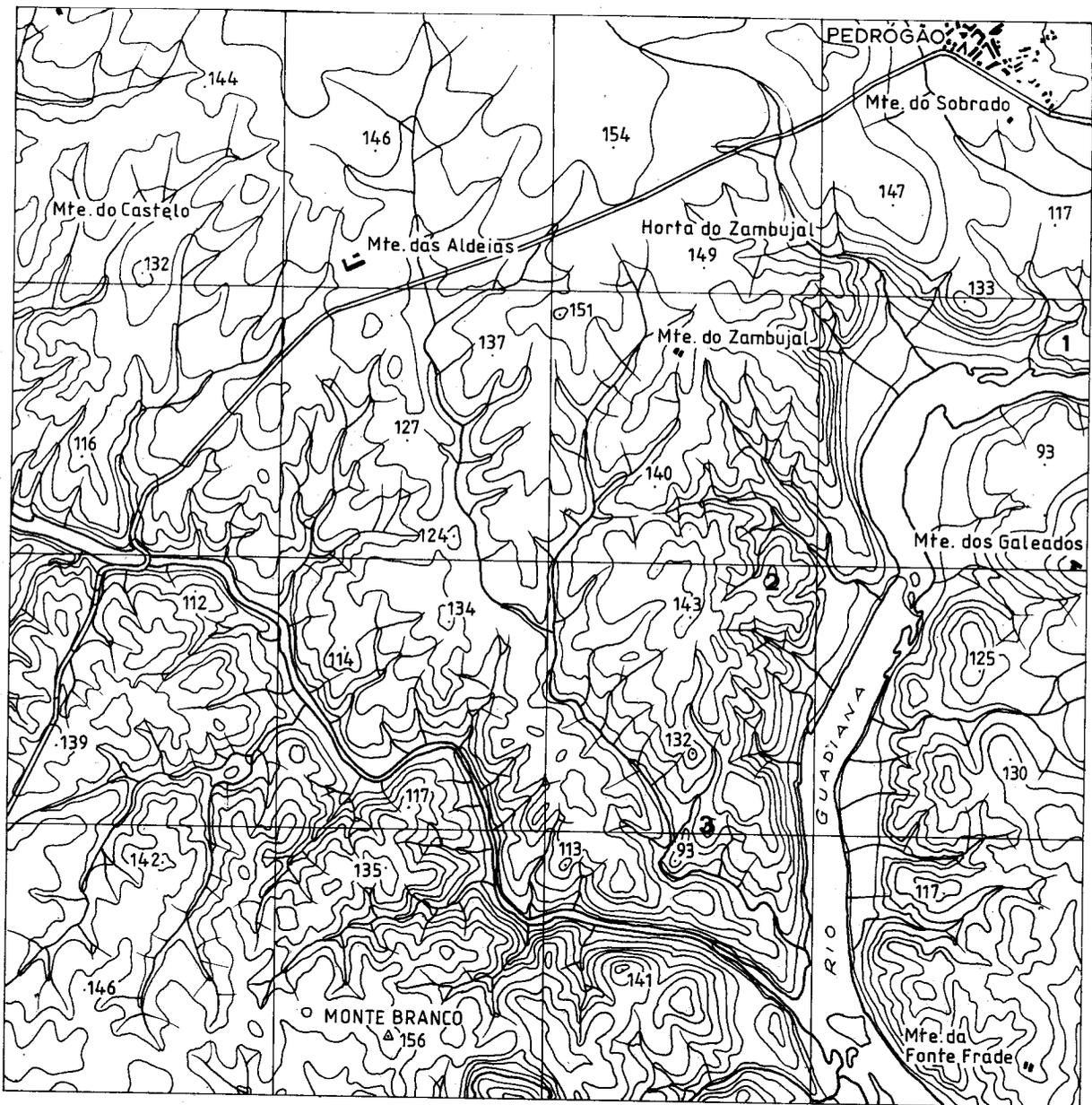


Fig. 1

Localização do povoado pré-histórico da Sala n.º 1 (Pedrógão, Vidigueira) na Península Ibérica.



0 1 km

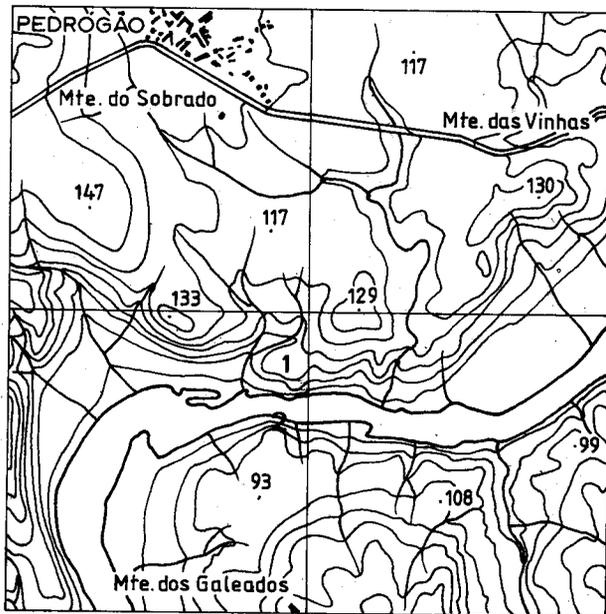


Fig. 2

(em cima). Parte do povoado da Sala n.º 1 (1), o povoado calcolítico provavelmente fortificado de S. Lourenço (2) e a necrópole megalítica do Outeiro das Sepulturas (3). (em baixo) A Sala n.º 1 (1) e a área da Toca da Galeana, ou Galeada (2). [Segundo Victor Gonçalves, 1989, vol. 1, Fig. 7.17.] O cabeço com a cota de 129 m, um dos terraços do Guadiana, seria a origem da matéria prima para a macro-indústria de seixos, alguns com talhe languedocense, recolhidos nos níveis calcolíticos.

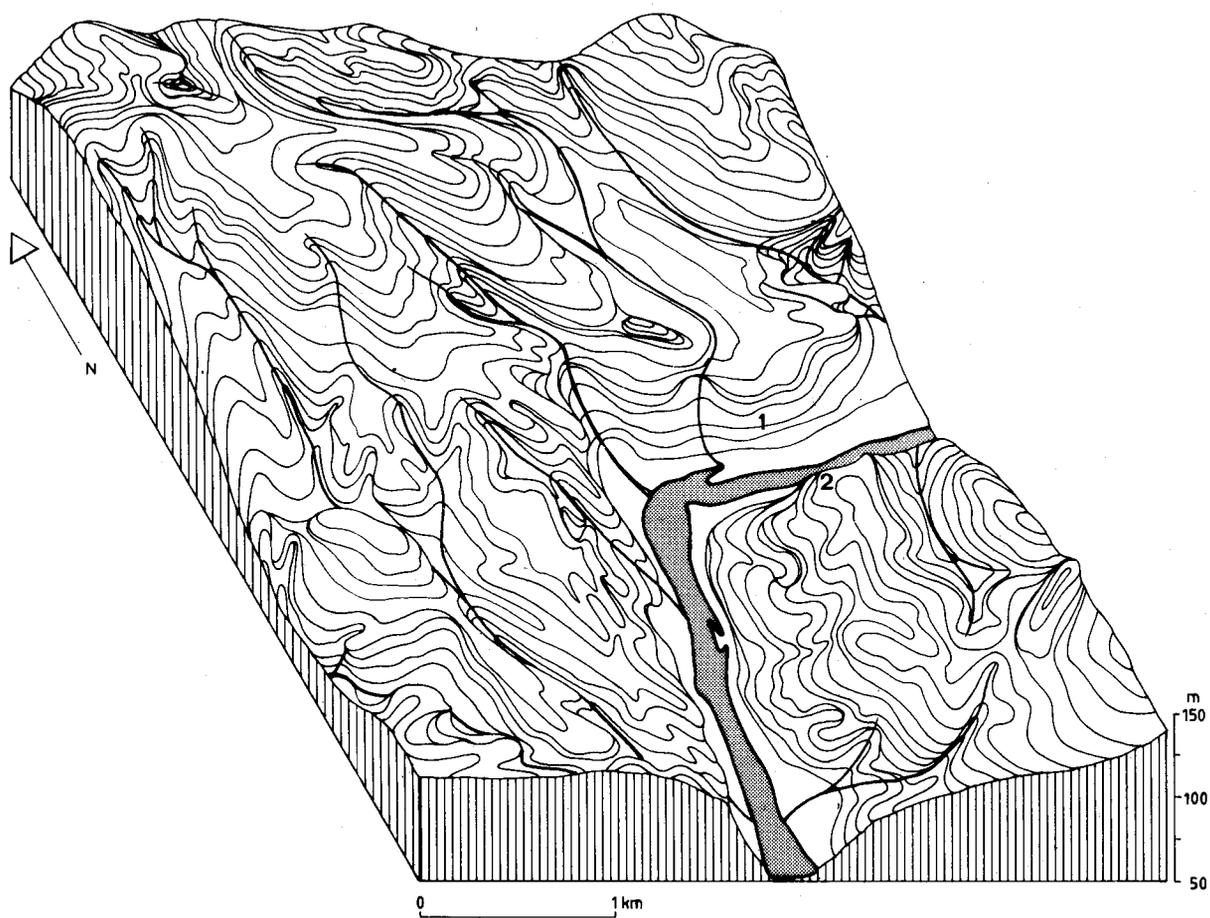


Fig. 3

Bloco diagrama. As áreas da Sala n.º 1 (1) e da Toca da Galeana (2), associadas a S. Lourenço, controlam uma extensa área do Guadiana, aquela que é hoje a mais piscosa da região. Afastando-nos do Guadiana, encontramos solos de boa capacidade agrícola, particularmente a pouca distância da Sala.

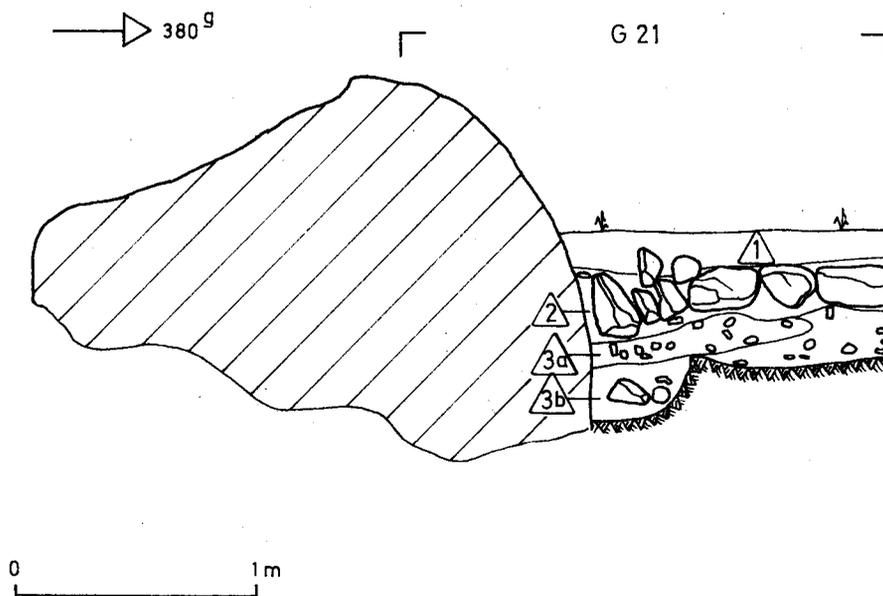
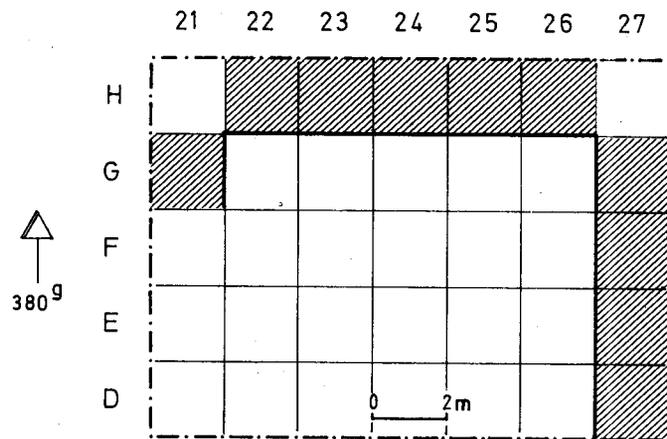


Fig. 4

(em cima) Plano e quadriculagem da área estudada. A frente Este do quadrado G21, a frente Sul dos quadrados H22 a 26 e a frente Oeste dos quadrados G a D27, constituiram as bases de uma primeira análise da sequência estratigráfica do sítio, após as limpezas de 1988, NO perfil de G21 (em baixo), o nível 3, em escavação, foi registado com uma subdivisão, por se ter reconhecido uma muito subtil variante de tonalidade, cuja explicação não foi encontrada.

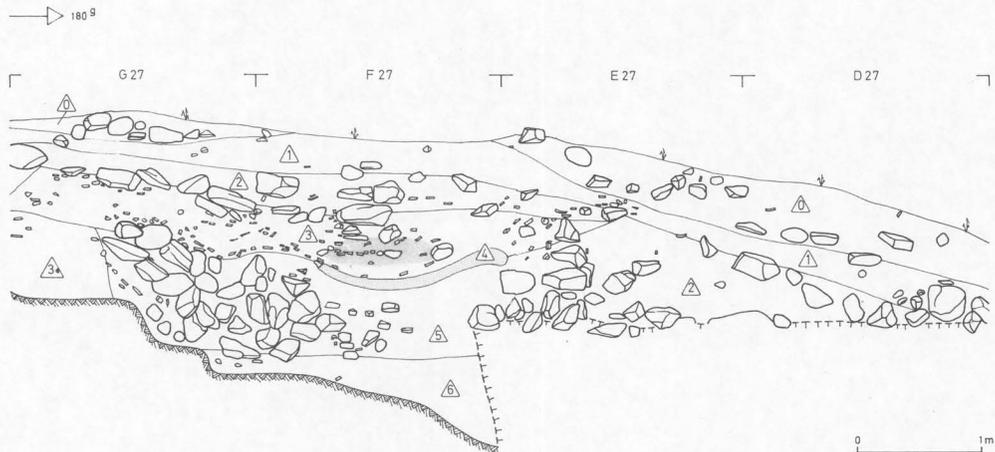
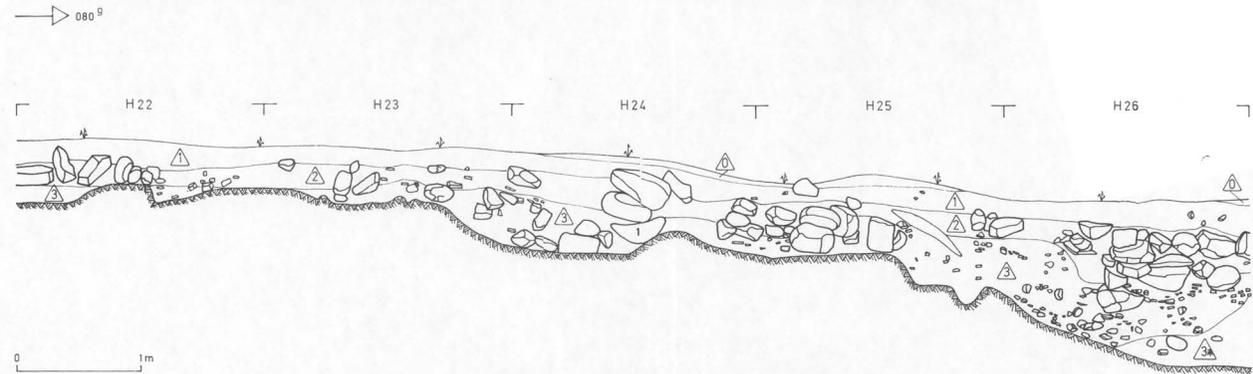


Fig. 5
 (em cima) Perfil na coordenada H, 22 a 26. O 1 não incluído em triângulo indica o dormitor H24-1. A especificação *nível 3** refere-se a uma área do *nível 3** onde se não encontrou qualquer material arqueológico. Uma análise mais fina de este sector é, obviamente, imprescindível.
 (em baixo) Perfil na coordenada 27 (G a D). Sublinha-se a espessura do *nível 0*, devido a se terem concentrado aqui terras de antigas violações, na sua maior parte contemporâneas da exploração do granito. Com traza escura está indicada a estrutura de combustão, com traza mais clara o derrube agrupado de «barro de cabanas». A indicação *nível 3** tem o mesmo significado registado a propósito do perfil anterior. A grande estrutura registada em G e F27 poderá eventualmente ter a ver com a de H27, constituindo assim parte de uma única estrutura. Mas esta interpretação só poderá ser confirmada em futuras campanhas.

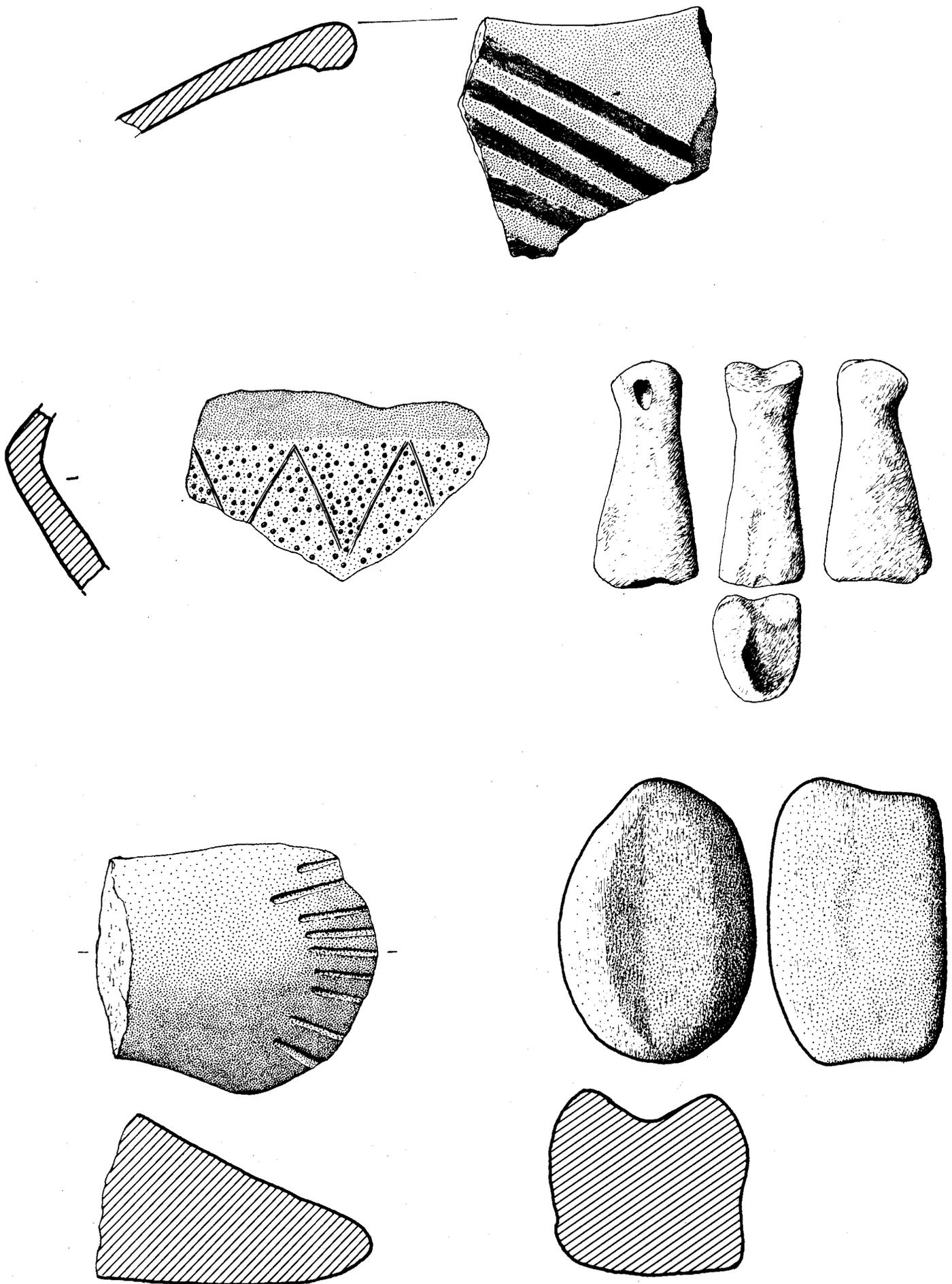


Fig. 6

Cerâmica pintada com bandas castanho avermelhado (nível 3); cerâmica com decoração simbólica; falange afeiçoada e polida (nível 3); pé, em terracota, com dedos múltiplos (nível 3?); polidor (de contas de colar?) recolhido à superfície. 1:1.

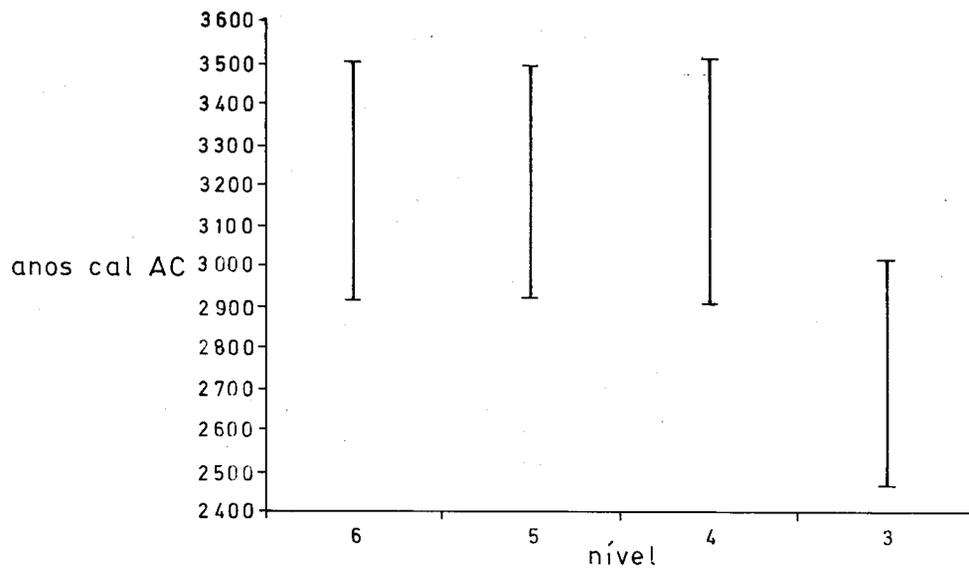
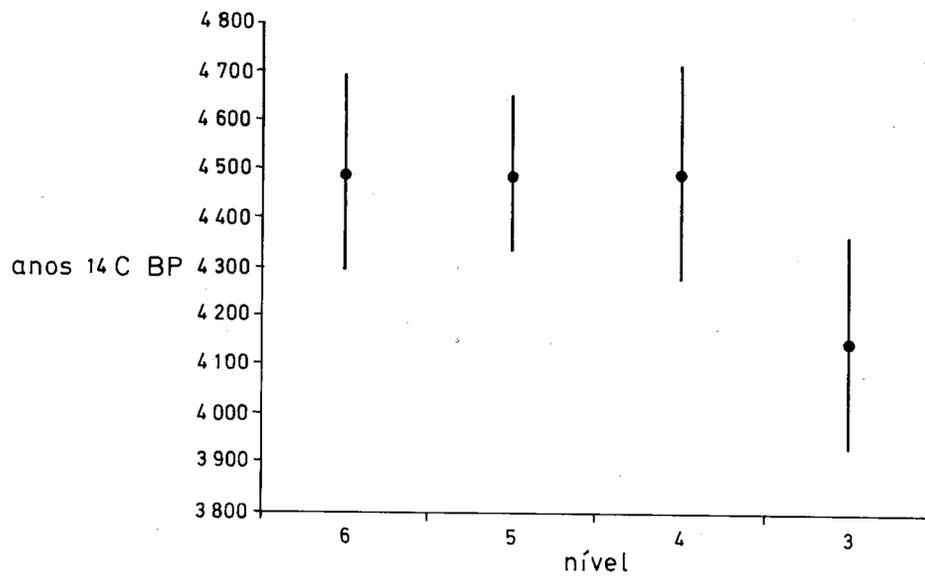
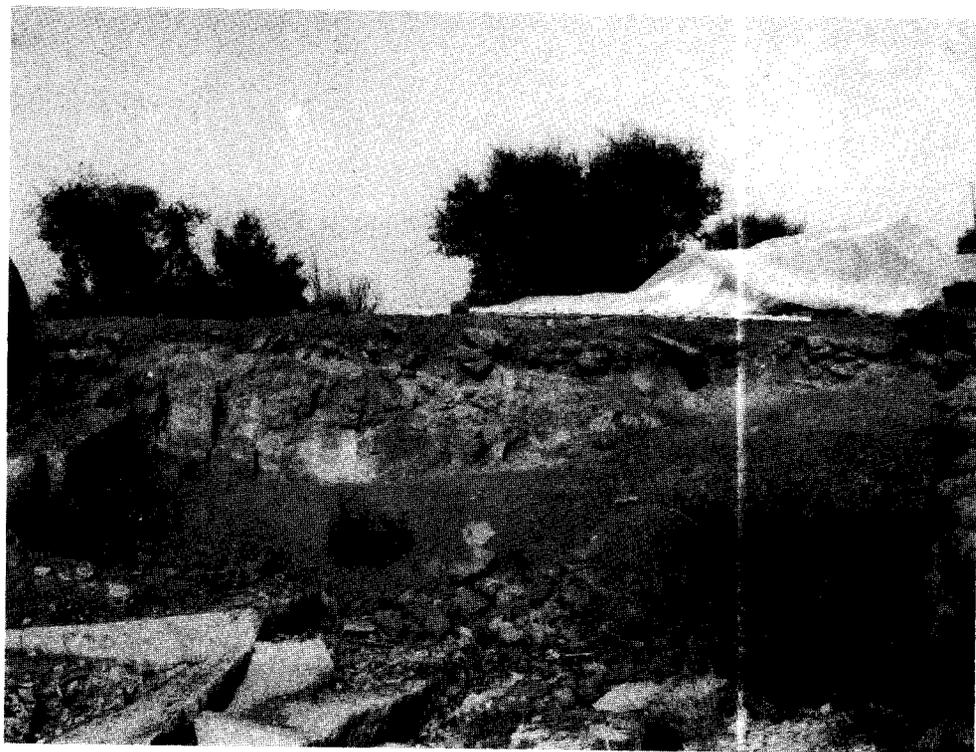
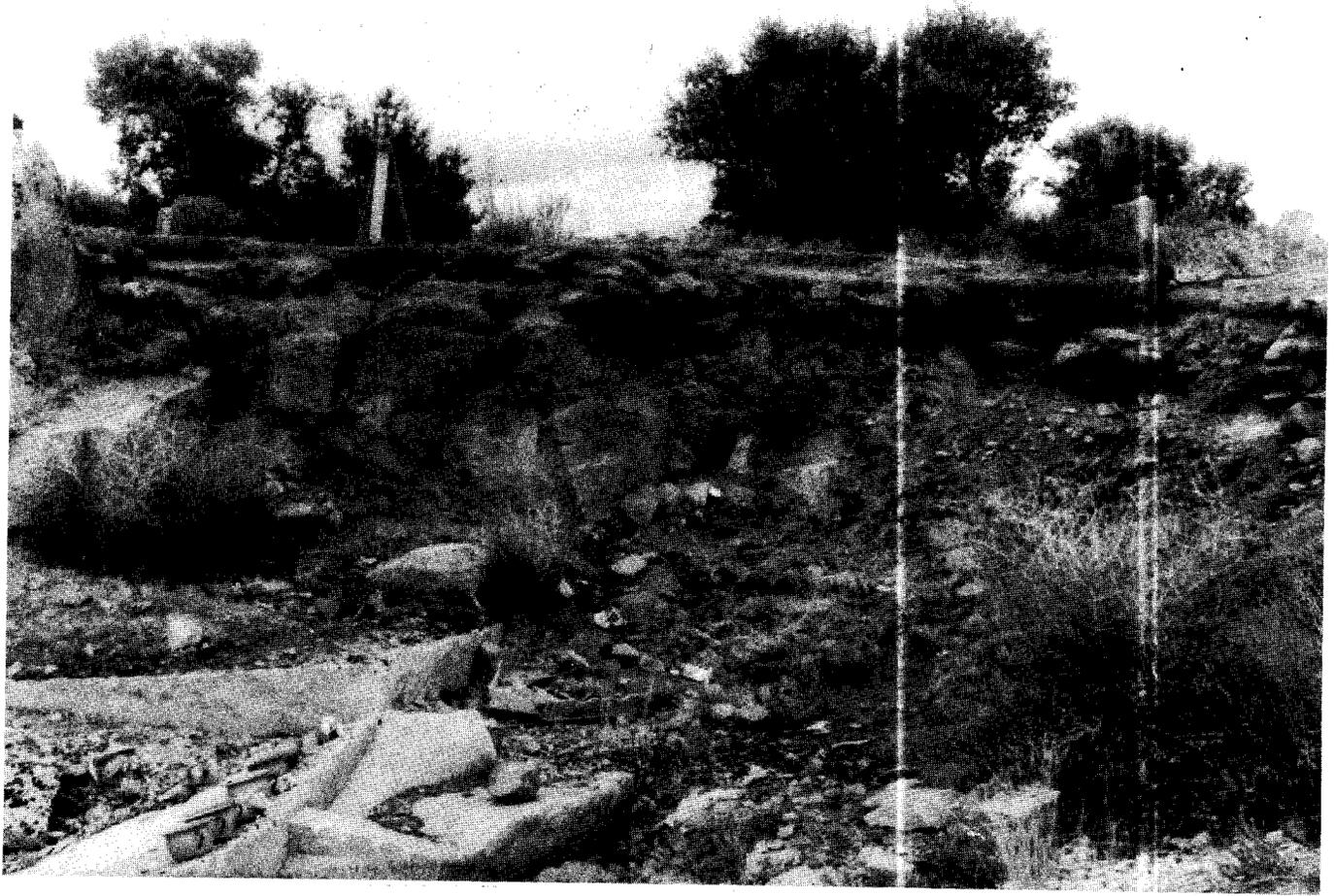


Fig. 7

Representação gráfica das datações ^{14}C , em cima, em anos de carbono-14 com um intervalo de confiança a dois sigmas: em baixo, em anos calibrados pela curva de Pearson *et al.*, também a dois sigmas. É evidente a proximidade cronológica das ocupações traduzidas pela formação dos níveis 6 a 4 e a definição cronológica diferenciada do nível 3.



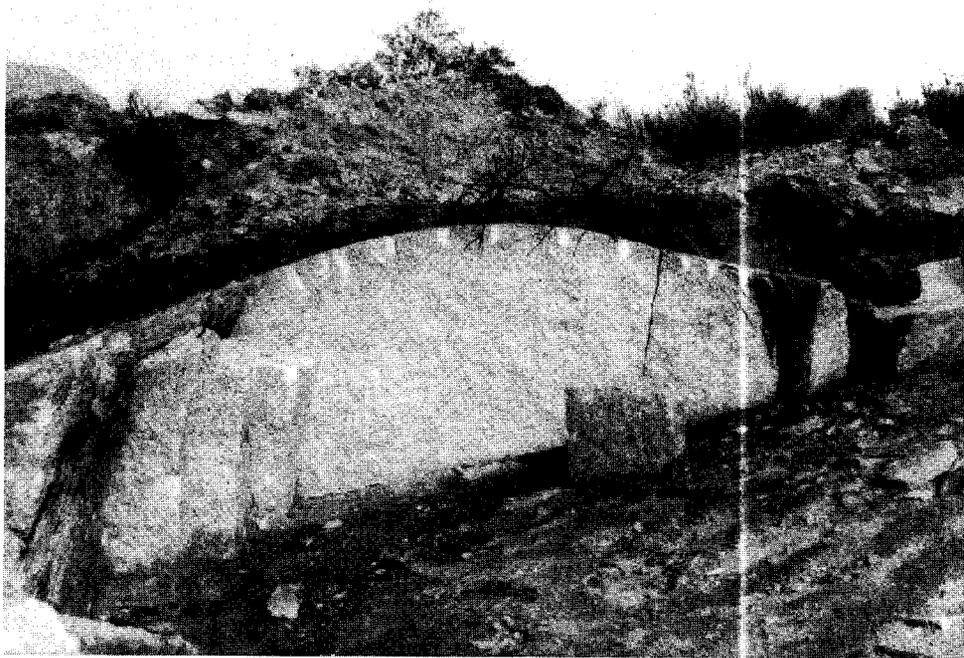
(em cima) Parte da Sala n.º 1 e do topo do cerro vistos da base do *locus I*. (em baixo) O Guadiana, visto para jusante, a partir do *locus I*. A capela de S. Lourenço marca o sítio do povoado calcolítico com o mesmo nome. O Cerro das Sepulturas é o último recortado no horizonte.



(em cima) O *locus 1*, antes da limpeza e escavação dos perfis. (em baixo) O mesmo lugar, logo após os trabalhos de 1988.



Perfil na coordenada 27, após escavação. Na foto de baixo é particularmente visível a estrutura de combustão (1), o derrube estruturado de barro de cabana (2) e o nível 5 (3). Fragmentos de recipientes cerâmicos, pesos de tear, fauna terrestre (ovicaprídeos, suídeos) e fluvial (vértebras de peixe) integravam as cinzas da estrutura de combustão, ao lado de outros artefactos relacionados com práticas mágico-religiosas.



Testemunhos da destruição sistemática pela exploração de granito (em cima) e pedra já parcialmente afeiçãoada (em baixo). Na imagem de cima vê-se claramente o monte de terras removidas que incluía dezenas de fragmentos cerâmicos, seixos tallados e artefactos de pedra polida. Na imagem de baixo, vê-se, ao fundo , o *locus* de S. Cornelho.

LEVANTAMENTO ARQUEOLÓGICO DO CONCELHO DE MIRANDELA

*Maria de Jesus Sanches **
*Branca do C. T. O. Santos ***

A. INTRODUÇÃO

Este trabalho foi realizado no âmbito dos Projectos da Casa do Professor Transmontano, de Mirandela.

Com efeito, o Sr. professor Luciano Prada, nosso colaborador e amigo e ainda o melhor conhecedor das estações arqueológicas do concelho, sugeriu-nos que elaborássemos um texto simples e acessível ao grande público, sobre o que já se conhecia da arqueologia concelhia.

Tal tarefa seria aparentemente facilitada pela existência de um conjunto de fichas descritivas, integradas no Levantamento Arqueológico da Terra Quente Transmontana, de que Francisco Sande Lemos havia sido o autor. Delas nos servimos numa primeira abordagem ao tema e, por essa razão, não poderíamos deixar de referir desde já que aquele investigador, revelando um espírito de total abertura, nos autorizou a sua livre consulta.

Desde o seu início que este projecto se definiu como pouco ambicioso, dada a raridade de estações arqueológicas num estado de conservação susceptível de nos permitir tirar ilacções mais ou menos seguras acerca da sua configuração primitiva. A quase ausência de sítios intervencionados, o exíguo e pouco significativo espólio recolhido nas prospecções quer antigas, quer recentes, revelaram-se também factores limitativos.

Apesar destas condicionantes, e uma vez que a destruição de estações arqueológicas tem avançado avassaladoramente nos últimos anos, como adiante veremos, achámos, mesmo assim, útil a realização de um texto de referência que anotasse o que actualmente ainda se podia observar em cada uma delas.

Cada estação contaria com uma ficha individual, em texto corrido, mas sujeito a certos requisitos previamente definidos: 1) localização precisa; 2) acessos; 3) descrição topográfica do local; 4) descrição das estruturas visíveis e seu estado de conservação; 5) tentativa de interpretação cronológico-cultural; 6) referências bibliográficas ou outras.

Naturalmente, tal abordagem implicava uma visita a todos os locais, o que foi feito nos meses de Setembro e Outubro de 1988 (¹).

Esperávamos ainda que, feita esta descrição, estariam criadas as condições para avançarmos uma hipótese interpretativa da progressão do povoamento antigo no concelho de Mirandela. Todavia, em face da parca e, por vezes, pouco clara documentação conseguida, aquilo que nos foi permitido formular, e que vem expresso nas *Considerações Finais*, são, afinal, meras linhas de pesquisa, orientadoras de eventuais trabalhos de campo futuros.

A despeito de tudo o que foi exposto, julgamos que a publicação do Levantamento Arqueológico de Mirandela, constituirá um texto útil de referência e de consulta, para os investigadores que desejem debruçar-se sobre esta região e sobre este tema; para as próprias entidades responsáveis pela defesa, conservação e valorização do património arqueológico, ele pode constituir também um alerta de como, muitas vezes destruições sem remédio, ocorrem, não por incúria, mas por mera distracção.

(¹) Do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Univ. do Porto, R. do Campo Alegre, 4100 Porto;

(^{**}) Lic.ª em História, R. das Alminhas, 60, Serzedo, V. N. de Gaia.

(¹) Agradece-se à Câmara Municipal de Mirandela o apoio logístico prestado durante esse período, apoio sem o qual não nos teria sido possível a sua realização. Agradece-se ainda a colaboração na prospecção de campo prestada por Iva João Teles Botelho, aluna do curso de História da FLUP.

0.1 *O concelho de Mirandela: limites; caracterização geomorfológica e climática sumárias.*

É costume dizer-se que Mirandela é o concelho do distrito de Bragança que ocupa o «coração» de Trás-os-Montes. Constituem-no 36 freguesias distribuídas e alinhadas pelos vales dos rios Tuela e Rabaçal, os quais, a N da própria sede do concelho, se juntam para dar origem ao Tua.

Deste modo, o território concelhio surge-nos como uma massa geográfica alongada de N a S pelos vales dos referidos rios.

A N confina com o concelho de Vinhais; a NE e E, com o de Macedo de Cavaleiros; a Leste situa-se ainda o de Alfândega da Fé; a SE com o de Vila Flor; a S, com o de Carrazeda de Ansiães e Alijó; a SW, W e NW, com os de Murça e Valpaços, respectivamente.

Este concelho corresponde, *grosso modo*, à «bacia depressionária de Mirandela», no centro da qual se implanta a cidade, e cujo nome lhe advém das características particulares do relevo uniformemente baixo, por contraposição aos planaltos e serras que a circundam.

A NW, separando as bacias do Tua e do Tâmega, surge a Serra da Padrela com 1148m de alt. máxima (embora o concelho tenha aqui como limite o curso médio do Rabaçal); a N situam-se os contrafortes S da espessa cortina montanhosa que circunda a Serra da Coroa (1272m), de onde o solo se «abaixa» progressivamente até atingir as altitudes médias desta bacia - 400m. Mirandela, situada num dos pontos mais baixos, tem a alt. absoluta de 220m. A NE e E surgem as Serras de Nogueira (1318m) e Bornes (1292m), que separam a bacia média do Tua dos vales do rio Sabor e da Ribeira da Vilarça, respectivamente.

Para S e SW, os planaltos de Vila Flor, Carrazeda de Ansiães e Alijó, completam o círculo montanhoso que se «fecha» na Serra de Passos/St.^a Comba, as quais rondam os mil metros de altitude.

Da periferia para o centro do concelho, para Mirandela, desce-se sempre e, deste modo, podemos distinguir o território situado nas faldas de montanha ou de planalto, mais acidentado, mais agreste e de solos menos férteis, daquele que é imediato ao baixo vale do Tuela, Rabaçal e ao médio curso do Tua. Este último é caracterizado pela existência de relevos moles - superfícies basicamente aplanadas, das quais sobressaem, por vezes alguns montes baixos e erosionados, de perfil suave, intercalados de pequenos vales abertos por onde correm pequenos cursos de água.

Apesar de nesta bacia depressionária ter predominantemente lugar um clima de vale - clima semi-duriense ou semi-mediterrânico, na classificação de Taborda (1) -, à medida que se sobe em altitude, impõem-se progressivamente as condições climáticas de planalto, dominantes em todo o Alto Trás-os-Montes e marcadas pelas grandes amplitudes térmicas quer anuais, quer diurnas.

Toda a paisagem desta bacia se apresenta profundamente humanizada, sendo a oliveira a espécie cultivada que melhor a caracteriza. Esta, juntamente com a amendoeira, figueira, vinha e outros pomares variados, imprimem um carácter mediterrânico a toda esta zona. Porém, como refere V. Taborda, é ainda a cultura cerealífera, em regime de *afolhamento*, que domina.

É precisamente nas áreas periféricas, planálticas ou simplesmente mais montanhosas, que ainda predomina, na paisagem, a floresta ou *monte*. Aqui a criação de gado ovino, mas também caprino, juntamente com o cultivo do trigo ou centeio, constituem as actividades agro-pecuárias possíveis nestes solos pouco espessos e escassos de água.

Do ponto de vista geológico, todo o concelho se insere na mancha de quartzitos e de xistos quartzíticos, aparecendo, entre Abambres e Vale de Juncal, xistos e grauvaques (2).

(1) TABORDA, V. (1987 2.^a), *Alto Trás-os-Montes, Estudo Geográfico*, col. Espaço e Sociedade, n.º 6, L. Horizonte;

(2) Seg. a *Carta Geológica de Portugal*, na esc. de 1:500 000, da Dir. Geral de Minas e Serv. Geológicos, coordenada por Carlos Teixeira.

B. INVENTÁRIO DAS ESTAÇÕES ARQUEOLÓGICAS DO CONCELHO (Vd. Est. I)

1. Estações e Achados Pré-históricos
 - 1.1 Monumentos megalíticos ou monumentos providos de *tumulus*
 - 1.1.1. Dólmen (?) de Padre Santo (ou Padre Santo) - Abambres
 - 1.1.2. Anta de Trochos - Barcel
 - 1.1.3. Anta de Arcã - Abreiro
 - 1.1.4. Monumentos incluídos na freguesia de Caravelas
 - 1.1.4.1. Anta de Caravelas
 - 1.1.4.2. *Medorra* ou *Madorra*
 - 1.1.4.3. Mamoa do «Malhado»
 - 1.1.4.4. Mamoa (?) de Prada
 - 1.1.5. Monumentos incluídos na freguesia de Marmelos
 - 1.1.5.1. Mamoas da Pedreira - S. Pedro do Vale do Conde
 - 1.1.5.2. Outros
 - 1.2. Estações com arte rupestre
 - 1.2.1. Fragão - Agueiras
 - 1.2.2. Fraga do Corvo - Avidagos
 - 1.2.3. Abrigos do Regato das Bouças - Passos
 - 1.3. *Habitats* - Povoados de ar livre e abrigos sob rocha
 - 1.3.1. Povoados de ar livre
 - 1.3.1.1. «Cemitério dos Mouros» ou povoado da Arcã - Abreiro
 - 1.3.1.2. «Muralha» - Vale de Telhas
 - 1.3.1.3. Povoado da «Mãe d'Água» - Passos
 - 1.3.2. Abrigos sob rocha
 - 1.3.2.1. Buraco da Pala - Passos
 - 1.3.2.2. Abrigos do Regato das Bouças (?) - Passos
 - 1.4. Achados fortuitos
 - 1.4.1. «Estátua - menir» da Bouça
 - 1.4.2. Alabardas de Abreiro
2. Estações e Achados proto-históricos; Estações e Achados romanos
 - 2.1. Povoados fortificados
 - 2.1.1. Nossa Senhora do Monte - Agueiras
 - 2.1.2. S. Brás - Torre D. Chama
 - 2.1.3. «Muralha» - Vale de Telhas
 - 2.1.4. S. Juzenda - Múrias
 - 2.1.5. Regato da Vacaria - Múrias
 - 2.1.6. A «Cidade» ou Fraga do Penedo - Mascarenhas
 - 2.1.7. Senhora do Viso - Mascarenhas
 - 2.1.8. S. Martinho de Cima ou Castelo de Mourel - Mirandela
 - 2.1.9. Alto do Prado do Castelo - Cedães
 - 2.1.10. Santa Catarina - Marmelos
 - 2.1.11. Fraga do Castelo - Marmelos
 - 2.1.12. Vila Velha ou Vila Verde - Vila Verde
 - 2.1.13. Cabeço do Mouro - Vila Verde
 - 2.1.14. Castelo ou Poço dos Mouros - Abreiro
 - 2.1.15. Muro - Lamas de Orelhão
 - 2.1.16. Castelo do Rei de Orelhão - Lamas de Orelhão
 - 2.1.17. Fraga do Castelo - Passos
 - 2.1.18. Arasto - Sucções
 - 2.1.19. Cabeço Murado - Caravelas
 - 2.2. *Berrôa* de Torre D. Chama
 - 2.3. «*Villa (?) romana*» da Sainça - Sucções
 - 2.4. Buraco da Gralheira (Mina?) - Avidagos
 - 2.5. «Ponte de Pedra» - Torre D. Chama
 - 2.6. Marcos miliários

1. ESTAÇÕES E ACHADOS PRÉ-HISTÓRICOS

1.1 Monumentos megalíticos ou monumentos providos de *tumulus*

Conservaram-se até à actualidade oito monumentos ditos «megalíticos» e/ou providos de *tumulus* no concelho de Mirandela: Dólmen de Padre Santo, Mamoas e Anta da Pedreira, Anta da Arcã, Anta de Caravelas, Medorra e Mamoas do «Malhado».

Além destes, temos conhecimento, através da obra de F. M. Alves, da existência, em tempos, de mais três na freguesia de Marmelos e de um outro na freguesia de Barcel. J. M. Neto dá-nos notícias da destruição, que testemunhou, de um monumento em Mascarenhas e nós próprios referenciamos aqui, com as devidas reservas, um sexto na freguesia de Caravelas.

Nesta descrição apresentaremos em primeiro lugar aqueles monumentos que aparecem «isolados» em três freguesias diferentes - dólmen (?) de Padre Santo ou Prado Santo na freguesia de Abambres; anta de Trochos, na freguesia de Barcel e anta de Arcã na freguesia de Abreiro - e, em segundo lugar, um grupo de quatro monumentos detectados na área administrativa incluída na freguesia de Caravelas - anta de Caravelas, *Medorra* ou *Madorra*, mamoas do «Malhado» e mamoas (?) de Prada, e de um núcleo de três no lugar de S. Pedro de Vila do Conde, freguesia de Marmelos - as Mamoas e anta da Pedreira.

1.1.1. Dólmen (?) de Padre Santo ou Prado Santo

Topónimo - Padre Santo

Freguesia - Abambres

Coordenadas:

Latitude: 41° 32' 43" N

Longitude: 1° 57' 27" E de Lx

Alt. absoluta: 250m (Seg. a Carta Militar de Port. na esc. 1:25000, folha 76).

Informaram-nos da existência de um possível dólmen muito destruído em Vale de Juncal. Todavia, quando visitámos este local, verificámos que tais vestígios estavam já em terrenos próximos da aldeia de Abambres.

Situam-se no lugar de *Padre Santo* ou *Prado Santo* e distam da povoação cerca de 1km para SE.

Do extremo de Abambres partem vários caminhos carreteiros em direcção a Vale de Juncal e a Contins. Se se tomar o caminho para Contins, que acompanha o curso do rio Tuela, alcança-se o lugar de Padre Santo, onde se encontra o monumento.

Implanta-se num cabeço de topo aplanado, utilizado para o cultivo de trigo e voltado à margem direita do rio Tuela. O mesmo cabeço é contornado a N, E e S por aquele rio.

Mau grado o seu deplorável estado de conservação, alguns vestígios atestam ainda a primitiva localização do monumento: uma grande laje de xisto enterrada no solo pode corresponder ou à tampa caída, ou a um esteio. Tem de dimensões na sua parte soerguida e visível acima do solo, cerca de 70cm de altura por 60 de largura.

Ladeiam esta laje outras pequenas pedras, às quais se juntam dois grandes seixos rolados.

Julgamos tratar-se de um dólmen completamente destruído.

Referências: inexistentes.

1.1.2 Anta de Trochos

Local - Trochos

Freguesia - Barcel

Francisco Manuel Alves noticia a existência, no local de Trochos e junto de uma linha de água, de «...um montículo de pedregulhos e perto dele, estirados no chão, dois penedos regulando 1,80m de altura, 1,10m de largura e 0,30m de grossura...» (1), os quais, de acordo com a sua opinião, deveriam ter correspondido aos esteios de uma anta. O mesmo investigador refere ainda que aqueles blocos haviam sido deslocados da sua posição original pelo povo, na busca de tesouros escondidos.

Quando visitávamos o local, já nada restava daqueles «penedos» pelo que supomos a destruição do monumento ter sido completa.

Referências (1) ALVES, F. M. (1975, 2.^a), *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, t. IX, pp. 697-698.

1.1.3. Anta de Arcã

Topónimo - Arcã

Freguesia - Abreiro

Coordenadas:

Latitude - 41° 21' 10" N

Longitude - 1° 50' 49" E de Lx.

Alt. absoluta - 270m (Seg. a Carta Militar de Port. na esc. 1.25000, folha 104)

Quem da povoação de Abreiro se dirigir por caminhos carreteiros para E, em direcção à Quinta do Campo, deparará, a escassos 850 metros da aldeia, com o Lameiro do Azendro ou Azindro, local onde se implanta a Mamoá de Arcã. *Portela da Arcã* é o nome pelo qual a população conhece este destruído monumento megalítico.

O Lameiro do Azendro é uma zona aplanada e baixa, integrada no vale aberto do ribeiro de São Martinho e usada, como o próprio topónimo *lameiro* indica, para pastagens.

A anta, ou o que dela se conservou, localiza-se a cerca de 50 metros da margem esquerda daquele ribeiro, portanto num ponto não proeminente da paisagem.

Na primeira visita que F. M. Alves fez ao monumento - em 1932 -, elaborou um esquema da localização relativa dos esteios e anotou as suas dimensões. Segundo esse *croqui*, tratar-se-ia de um dólmen de câmara poligonal e corredor aberto a Nascente. Nessa altura, e apesar da violação sofrida havia pouco tempo, restavam ainda seis lajes de granito, das quais uma, tombada junto da provável «cabeceira», poderia ter pertencido à tampa de cobertura.

Na face interna do esteio n.º 2 - laje de cabeceira? - existiam quinze covinhas gravadas.

Em 1934 este dólmen já havia sido quase completamente destruído (1), e a nós só nos foi dado ver três esteios tombados. Numa das faces de um desses esteios, o mais largo - 2,60m de alt. x 1,60m de larg. média - e inclinado a Nascente, observámos algumas covinhas de cerca de 5cm de diâmetro por 0,5cm de profundidade, caoticamente espalhadas por toda a superfície, portanto sem qualquer organização aparente. Deste modo, somos levados a pensar que este esteio deve corresponder ao n.º 2 do esquema de F. M. Alves, isto é, à laje de cabeceira. Um outro grande e espesso esteio - 2,60m de alt. x 1,20m de larg. média - está tombado sobre a «laje de cabeceira do lado N desta. Um terceiro, afastado da «laje de cabeceira» em cerca de 1,65 para NE, também se encontra inclinado e mede 1,80 de alt. x 1m de larg. média.

Algumas lajes de dimensões reduzidas acantonam-se na periferia dos dois grandes esteios referidos. Estas parecem ter pertencido à «couraça» pétreá ou ao contraforte original, mas também podem ter resultado das recentes acções de limpeza agrícola do terreno circundante, ou ainda da abertura do «poço» que se encontra a escassos 5m deste monumento.

Referências: (1) ALVES, F. M. (1975, 2.^a), *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, t. IX, pp. 697-698.

1.1.4. Monumentos incluídos na freguesia de Caravelas

Numa vasta área de relevos moles, xistosos, mas aplanados na sua parte superior, que estabelecem a transição, em Caravelas, entre o sopé NW da Serra de Bornes e as formações declivosas que enquadram uma rede hidrográfica de vales cavados que precedem o Tua, vão localizar-se quatro monumentos com *tumuli* - anta de Caravelas, *Madorra*, mamoá do «Malhado» e mamoá de Prada.

1.1.4.1. Anta de Caravelas

Topónimo - Talhas

Freguesia - Caravelas

Coordenadas:

latitude - 41° 25' 52" N

Longitude - 2° 2' 43" E de Lx.

Alt. absol. - 618m (Seg. a Carta Militar de Port. na esc. 1.25000, folha 91).

Da aldeia de Caravelas partem para W, para o peneplano, vários caminhos carreteiros. Dois deles dirigem-se a Estojais, onde se juntam. De Estojais e para WNW segue, a direito, um caminho que conduz à *Madorra* mas, é também dali que parte, agora para SW, um outro em direcção ao *Cabeço Murado* e a *Talhas*.

A anta em questão situa-se no local de Talhas, um «remate» do peneplano que se constitui em forma de pequeno esporão bipartido, aplanado no topo, e com vertentes muito declivosas. Tal esporão é circundado por dois vales profundos - o da Ribeira de Vale de Covo, a Sul, e o da Ribeira da Figueirinha Brava, a Nordeste.

Na parte W do esporão - Talhas - implanta-se a anta e, na parte E, um pouco mais alta, um povoado fortificado - Cabeço Murado.

Situado num ponto topograficamente proeminente, o monumento domina uma vasta paisagem em todas as direcções. Para NE, N e NW, alarga-se o peneplano cuja altitude média ronda a da anta; para W e SW, define-se uma acidentada zona muito mais baixa que a anterior.

Trata-se de um grande dólmen de corredor, embora bastante arruinado, envolvido por uma «mamoá» de contorno elíptico. Esta terá aproximadamente 25m de eixo maior - E-W - e 16/18m de eixo menor - N-S.

Apesar do estado de ruína evidente em que se encontra todo o conjunto, é possível afirmar que a câmara deveria ter originalmente forma poligonal e prolongar-se-ia para Leste por um corredor cujo limite exterior ficaria aquém daquele da «mamoá».

Dos sete ou nove esteios que primitivamente constituiriam a câmara, só cinco aí permanecem na vertical. A tampa de cobertura, de enormes dimensões, tombou para o interior, precisamente na junção da câmara e corredor, arrastando consigo outros esteios. Também no corredor só restam três lajes fincadas no solo.

Na face interior da laje de cabeceira definem-se, de forma muito clara, dois grupos de covinhas aí intencionalmente gravadas.

Colocámos sempre o termo «mamoá» entre aspas pois aquilo que circunda o dólmen é um amontoado, por vezes caótico, de lajes de xisto. Algumas destas lajes, mas essencialmente aquelas que circundam a câmara e corredor, podem estar aproximadamente na sua posição original; porém, muitas das outras que agora definem um alto anel pétreo periférico, sugerem ter sido lançadas do exterior no decurso de trabalhos agrícolas. Sob estas pedras não sabemos se existe ou não terra, isto é, se estamos perante um *tumulus* ou um *cairn*.

Além de toda a destruição apontada, várias crateras de violação pontuam a periferia da câmara megalítica.

Apesar de tudo o que foi dito, trata-se do monumento megalítico mais bem conservado neste concelho e, dadas as suas características particulares, o mesmo mereceria ser cuidadosamente escavado e restaurado.

Referências: inexistentes.

1.1.4.2. A *Madorra*

Coordenadas:

Latitude - 41° 26' 48" N

Longitude - 2° 2' 45" E de Lx.

Alt. absol. - 663m (Seg. a Carta Militar de Port. na esc. 1.25000, folha 91)

A *Madorra* é um monumento de grandes dimensões, situado no centro de uma alargada chã planáltica de encostas declivosas. Integra-se na paisagem de peneplano referida atrás e dista da anta de Caravelas cerca de 2km (em linha recta) para NNW.

Deste modo, o acesso faz-se pelo caminho já indicado para o monumento anterior até ao local de Estojais. A partir daí o caminho segue a direito pelo centro da área planáltica adiante até ao mercado geodésio da Piconha.

Do lado esquerdo do caminho e mais ou menos a meia distância entre Estojais e Piconha, jaz a *Madorra*.

Trata-se de um *tumulus* de forma circular, com cerca de 26m de diâmetro e, na sua parte mais proeminente, com 1,5m de altura, constituído por terra e *pequeníssimas* pedras de xisto.

Não são visíveis quaisquer esteios e o monumento tem sido sujeito a permanentes remeximentos provocados pelo cultivo da área circundante.

Na área contígua ao *tumulus*, a Sul, um montículo de lajes de xisto quartzítico parece atestar a remoção de pedras e a destruição a que o monumento tem sido sujeito.

Referências: inexistentes.

1.1.4.3. *Mamoá do «Malhado»*

Topónimo - «Malhado»

Coordenadas:

Latitude - 41° 24' 56" N

Longitude - 2° 3' 47" E de Lx.

Alt. absol. - 691m (Seg. a Carta Militar de Port. na esc. 1.25000, folha 91).

A mamoá do «Malhado» beneficia actualmente de um acesso muito fácil. Se ao km 27 da E. N. n.º 102 (aquela que estabelece a ligação entre Macedo de Cavaleiros e Torre de Moncorvo), se tomar um caminho carreteiro que se dirige ao lugar do «Malhado» - onde se encontra um marco geodésico -, depara imediatamente com o montículo artificial em causa.

A informação acerca da sua existência foi-nos prestada pelo Sr. professor Luciano Prada que conosco visitou o local.

Situa-se num pequeno esporão aplanado, proeminente, do qual se avista quer a anta de Caravelas, quer a *Madorra*, já que se implanta num ponto topograficamente mais alto que aquelas.

Das vertentes declivosas daquele esporão partem pequenos cursos de água que se vão juntar ao ribeiro de Vale de Bornes a E, SE e S, e ao ribeiro de Vale do Covo, a N e NW.

De contorno elíptico, o *tumulus* está coberto por uma espessa «couraça» pétreá, esta formada por grandes blocos de xisto quartzítico «caoticamente» misturados com terras de cor castanho escuro. Tem de dimensões máximas aproximadas, 20m no eixo maior - E-W - e 11m no eixo menor - N-S. O montículo eleva-se acima do solo cerca de 1,20m.

A violação é patenteada pela abertura, na parte mais proeminente do seu *tumulus*, de uma grande fossa de cerca de 1m de diâmetro por 60cm de profundidade.

Esta remoção de terras tornou parcialmente visíveis três esteios, embora não nos seja possível avaliar correctamente as suas dimensões. Dois destes sugerem estar tombados e, o terceiro, ainda na vertical, talvez se encontre ainda na posição original. Cremos que se devem integrar na câmara megalítica.

Dadas as dimensões e contorno da mamoá (demasiadamente alongado no sentido E-W), é possível que, tal como acontece na anta de Caravelas, a câmara megalítica fosse provida de corredor.

Referências: inexistentes.

1.1.4.4. *Mamoá (?) de Prada*

No local de Prada existe um amontoado baixo de pedras de contorno circular e com cerca de 10m de diâmetro, que poderá corresponder a uma mamoá (!).

O mesmo amontoado apresenta uma implantação topográfica similar à dos restantes monumentos detectados nesta freguesia. Porém, a agricultagem do terreno, ultimamente feita por processos mecânicos - com o conseqüente arrasamento de pequenas superfícies mais proeminentes - deve ter transformado completamente o aspecto deste local.

Em face do exposto, não temos garantias efectivas de que se trate de um monumento, mas deixamos aqui registada a localização precisa do montículo com vista a uma futura confirmação.

Topónimo - Prada

Freguesia - Caravelas

Coordenadas:

Latitude - 41° 26' 40" N

Longitude - 2° 2' 33" E de Lx.

Alt. absol. - 650m (Seg. a Carta Militar de Port. na esc. 1.25 000, folha 91).

Referências: (1) Foi o Sr. professor Luciano Prada que nos noticiou esta possível mamoa e nos conduziu ao local.

1.1.5. Monumentos incluídos na freguesia de Marmelos

1.1.5.1. *Mamoas da Pedreira*

Topónimo - Pedreira

Lugar - S. Pedro de Vale do Conde

Coordenadas - de um ponto médio do núcleo de 3 mamoaas:

Latitude - 41° 26' 17' N

Longitude - 1° 55' 25' E de Lx.

Alt. absol. - 360m (Seg. a Carta Militar de Port. na esc. 1 25 000, folha 90).

Quem de Mirandela se dirigir pela estrada alcatroada a S. Pedro de Vale do Conde depara ao Km 4 e do lado esquerdo, com um caminho carreteiro que conduz ao local das mamoaas. O primeiro monumento, porque cortado pelo citado caminho, é fácil de detectar, precisamente a 750 m da bifurcação da estrada.

Implanta-se, tal como os restantes, numa vasta área de peneplano, (hoje totalmente agricultada de cereais e oliveiras), bem drenada por pequenos, mas inúmeros, cursos de água que vão desaguar no rio Tua.

O traçado do caminho carreteiro coincidiu precisamente com a mamoa amputando-a de parte do seu *tumulus*, e a agricultagem do terreno veio acelerar a destruição já iniciada.

Deste modo o *tumulus* encontra-se bastante arrasado já que se eleva somente em cerca de 40 cm acima do nível actual do solo. Resume-se a um pequeno montículo da terra, composto por lajes de xisto caoticamente misturadas com terra argilosa avermelhada. Só é visível porque as condições topográficas do terreno o destacam. Aquando da nossa última visita, uma máquina debulhadora havia repuxado, do centro da mamoa para o exterior, uma larga e espessa laje de granito que deverá integrar a suposta construção megalítica ainda soterrada.

Apesar do corte efectuado no monumento pela abertura do caminho, podemos supor que o seu *tumulus* seria de configuração subelíptica e possuiria de diâmetro maior - N-S -, cerca de 25m, e de diâmetro menor - W-E -, aproximadamente 16m.

O segundo monumento situa-se a 250m para SE do primeiro. As estevas e giestas impedem a correcta percepção do contorno e volume da mamoa, mas, aproximadamente no centro da pequena elevação que constitui o *tumulus*, ainda se encontram, enterradas no solo, sete lajes de xisto, quase encostadas umas às outras, mas das quais só emerge o topo, nunca altura de aprox. 30cm.

A terceira mamoa situa-se a 400m para NE da primeira e a igual distância da segunda.

Um arroteio antigo - noticiado por Francisco M. Alves - e um outro feito no ano de 1988, destruíram quase completamente a mamoa. Só se percebe uma pequena elevação circular no terreno, e lajes de xisto caoticamente espalhadas por uma grande superfície.

1.1.5.2. *Outros*

Francisco Manuel Alves refere mais dois monumentos megalíticos no lugar de S. Pedro de Vale do Conde, freguesia de Marmelos.

Um deles, localizado no *Vale da Arca* ou *Arcanha*, a 1 Km para W da aldeia, teria sido totalmente destruído e as suas pedras utilizadas para a vedação de propriedades. O outro, situado a 1,5 Km para S da povoação, no local da *Antinha*, parece ter sido, segundo um esquema daquele investigador, um dólmen de câmara poligonal ou rectangular com vestíbulo (pois que só duas pequenas lajes marcaríam a entrada), aberto a Nascente.

Dos seis esteios de xisto que então foram observados, o n.º 2 - laje de cabeceira ? -, possuía uma cruz na sua face interna e três covinhas no topo (1).

Não conseguimos localizar-se este monumento que supomos já ter sido totalmente destruído.

Ainda a NNO da saída da povoação de Valbom de Figos (Mascarenhas), no topónimo *Pereira de Anta* e no micro-topónimo *Cardanha* existiu uma anta que, seg. Joaquim M. Neto (2) foi destruída por volta de 1927-28, para melhor arroteio da propriedade. O mesmo dá-nos conta da existência de «...uma espécie de muro coberto de terra pelas lavouras...» que, segundo testemunhou, se tratou de «...fazer desaparecer... À medida que se desviava a terra, começaram a aparecer grandes e compridas pedras, acamadas duas a

duas, ao longo da mesma curva de nível, formando como que uma parede de um desenvolvimento aproximado de 15 m. Dali saíram oito esteios de xisto muito duro, cujas dimensões regulavam por 3m de comprimento, 0,80m de largura e 0,35m de espessura. Mais pedras foram encontradas, mas não semelhantemente a estas. Uma seria o chapéu ou cobertura da anta, bloco que teve de ser partido, a poder de tiro de pedreira, e com ele mais outros com os quais se procedeu semelhantemente para facilitar o seu transporte. A anta deveria ter galeria porque a inclinação do terreno impunha a sua construção. As pedras que revestiam essa galeria foram postas em outro tempo a balizar a propriedade, junto ao caminho que da povoação vai para Vale do Ninho...»

Só passado meio século sobre a destruição, J. M. Neto (o proprietário do terreno e autor das obras aí efectuadas), recupera, após a observação da reconstituição de uma anta num museu, a recordação do ocorrido. Julgamos que esta descrição se ressentisse desse facto. Contudo, parece-nos viável, como o próprio autor repara, que o micro-topónimo *Cardanha* que indica, nesta região, casebre ou fruste e pequena casa de pedra, aponte efectivamente uma anta. Pela descrição, podemos supor que se trataria de um monumento megalítico, construído com grandes blocos de xisto (com oito esteios?), eventualmente provido de um corredor (cujas lajes teriam ido para a vedação da propriedade onde foram fincadas «...espaçadas de alguns metros umas das outras»), e envolto num *tumulus* de terra e lajes «compridas» de xisto.

Referências:

- (¹) ALVES F. M. (1975, 2.^a), *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança* t. IX, pp. 707-708.
 (²) NETO, J. Maria (1975), *O Leste do Território Bracarense*, pp. 267-268.

1.2. *Estações com arte rupestre*

1.2.1. *Fragão*

Topónimo - Quinta do Prado do Freixo

Freguesia - Aguiéiras

Coordenadas:

Latitude - 41° 40' 47" N

Longitude - 1° 55' 58" E de Lx.

Alt. absol. - 440m (Seg. a Carta Militar de Port. na esc. 1.25000, folha 48)

O acesso a esta estação faz-se a partir da aldeia de Pádua-Freixo pois a fraga gravada localiza-se a cerca de 1Km a Sul da povoação, do lado direito do caminho que conduz ao Gorgoço.

O Fragão foi já noticiado com certo pormenor por F. M. Alves. Da sua descrição depreendemos que esta estação rupestre, ao contrário de outros sítios arqueológicos anotados na década de 30, não sofreu qualquer alteração visível (¹).

Em Junho de 1987 procedemos ao levantamento das suas gravuras e, o Gabinete de Apoio Técnico da Terra Quente Transmontana elaborou a nosso pedido, a planta e respectivo alçado (²).

A planta topográfica do local, alçado e planta das gravuras, estão patentes nas Ests. III e IV.

Insere-se num grupo de afloramentos graníticos «boleados» pela erosão, mas implanta-se num terreno aplanado, visível de grande distância.

A fraga é arredondada e tem aproximadamente 6m de altura máxima. Já perto do solo, sofre uma retração em todo o seu perímetro para posteriormente se alargar em plano inclinado até se enterrar.

É do lado Nascente, nesse plano inclinado e protegido parcialmente das chuvas pela «bola» granítica, que se localizam as gravuras. Contígua a esta superfície, desenvolve-se um pequeno afloramento de contorno sub-retangular, o qual contém ainda algumas gravuras.

A esta superfície convencionámos chamar de *painel 1* e, à primeira de *painel 2*.

As gravuras, com muita *patine*, resumem-se a covinhas profundas, isoladas ou ligadas entre si por um sulco um pouco menos fundo que aquelas. Ambos são gravados pela técnica de picotagem.

Covinhas e sulcos não definem qualquer motivo facilmente perceptível, mas parecem organizar-se em «alinhamentos» mais ou menos paralelos entre si e estendem-se na vertical, desde a parte mais alta da superfície oblíqua do painel 2 até à sua base. Regista-se uma concentração particular de covinhas e destes «alinhamentos» na parte mais alta e menos oblíqua do citado painel.

Na base do painel 2, o painel 1 exhibe também covinhas isoladas ou unidas por sulcos. Todavia aqui os «alinhamentos» dispõem-se de modo perpendicular aos do primeiro painel.

Julgamos que se trata de motivos completamente abstractos cujo significado, embora operante no grupo humano que os produziu, se deve ter perdido irremediavelmente.

É interessante fazer notar aqui que se conhece um outro abrigo no Leste de Trás-os-Montes - *o abrigo da Solhapa* em Duas Igrejas, Miranda do Douro ⁽³⁾ - paralelizável com esta fraga a vários níveis.

Naquele abrigo, também granítico, as gravuras desenvolvem-se nas superfícies que constituem a rocha da base do afloramento, estão parcialmente protegidos da intempérie pela «pala» superior e prolongam-se para o exterior, para um afloramento de contorno sub-rectangular e aplanado no seu topo, tal como no Fragão. Também na Solhapa a fenda se "abre" a Nascente, a um vale muito alargado de uma ribeira; no Fragão as gravuras estão mesmo completamente expostas a Leste.

Embora actualmente se tenha conhecimento, no Leste de Trás-os-Montes, de um grande número de abrigos gravados no interior com motivos geométrico abstractos ⁽⁴⁾, nenhuma deles apresenta tantos pontos em comum com o Fragão como a Solhapa. Por sinal, já em Espanha, um outro abrigo - o de Vilvestre em Salamanca ⁽⁵⁾ - assemelha-se estreitamente aos dois referidos aqui, apesar de, neste último caso se tratar de aproveitamento de afloramentos xistosos e não graníticos.

Referências:

(1) ALVES F. M. (1975, 2.^a), *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança* t.IX, pp. 611-612.

(2) Participaram no levantamento, além das signatárias, o professor Luciano Prada e Paulo Pereira Leite. Agradece-se àqueles Serviços Técnicos os citados levantamentos;

(3) SANCHES, M. J. e A. G. LEBRE (1986), O abrigo com arte esquemática da Solhapa-Duas Igrejas, Miranda do Douro, *Trab. da Soc. Port. de Antrop. e Etnol.*, t. XXVI, fasc. 1-4, Porto, pp. 129-142 e VIII ests.

(4) SANCHES, M. J. (1988), *Contribuição Para o Estado da Pré-história Recente no Planalto Mirandês*, Trab. apresentado à Fac. de Letras do Porto, em 10 de Nov. de 1988, no âmbito das Provas Públicas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. (*Policopiada*)

(5) BENITO DEL REY, L. (1970-71), Monumento rupestre de Vilvestre (Salamanca), *Zephyrus* XXI-XXII, pp. 163-170 e ests.

2.2. Fraga do Corvo

Topónimo-Fraga do Corvo

Freguesia-Avidagos

Coordenadas:

Latitude-41°24'26"N

Longitude-1°50'47"E de Lx.

Alt. absol.-480m (Seg. a Carta Militar de Port. na esc. 1.25 000, folha 90)

Da aldeia de Avidagos parte, para Leste, um caminho carreteiro que se dirige ao Lombeiro e à Fraga do Corvo.

A Fraga do Corvo localiza-se a cerca de 2,5 Km da aldeia, no cume de um pequeníssimo cabeço aplanado, pejado de afloramento de xisto (embora ainda aí tenha lugar o cultivo de cereais), e drenado por vários, mas pequenos, cursos de água. Estes dirigem-se ora para N e NE, para a Ribeira Pequena (afluente da Ribeira de Orelhão), ora para S e SE, para outro curso de água de razoáveis dimensões. Ambas estas ribeiras marcam o sopé do cabeço alongado constituído pelos locais de Lombeiro e Fraga do Corvo.

O início da vertente SE do cabeço da Fraga do Corvo é pontuado por um aglomerado descontínuo de fragas de xisto. É numa delas que, um «pano» de rocha de contorno sub-rectangular e alargado na horizontal, com cerca de 1,5m de largura por 80cm de altura e resguardado da intempérie por uma «pala», parece ter ostentado, em tempos, pinturas de cor vermelha acastanhada. Pelo menos foi essa a informação que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Avidagos, Luís dos Santos Leiria, nos prestou.

Porém, no caso de aquelas pinturas terem realmente existido, os desenhos feitos recentemente neste painel com uma pedra aguçada devem-nas ter apagado, pois já só descortinámos vestígios de pintura a vermelho num pequeno traço vertical.

É possível que algumas figuras aí desenhadas com giz - *antropomorfos esquemáticos e círculos encimados por cruces* -, tenham seguido genericamente os contornos das figuras anteriores. Todavia, só uma limpeza cuidadosa da rocha poderá vir realmente a confirmar esta hipótese, a qual nos parece, aliás, bastante plausível. Neste caso, poder-se-ia tratar de mais um abrigo com pintura esquemática pré-histórica, afinal não muito distante do importantíssimo conjunto de abrigos do Regato das Bouças, na Serra de Passos.

Referências: inexistentes

1.2.3. Abrigos do Regato das Bouças. (Ests. VII-2 a IX-2)

Freguesia - Passos

Coordenadas:

Abrigo n.º 1-Lat.-41° 28' 14" N

Long.-1° 51' 14" E de Lx.

Alt. absoluta-710 m

Abrigo n.º 2-Lat.-41° 28' 08" N

Long.-1° 51' 21" E de Lx.

Alt. absoluta-610 m

Abrigo n.ºs 3, 4, 5, 6, 7 e 8-Lat.-41° 28' 13" N

Long.-1° 51' 36" E de Lx.

Alt. absoluta-Entre 550 e 560 m

(Seg. a Carta Militar de Portugal, na esc. 1/25 000, folha 76)

No decurso da prospeção conducente a um melhor conhecimento da ocupação humana do espaço circundante do abrigo Buraco da Pala (Vd. 1.3.2.1.), foi identificado, em Setembro de 1988 e já proposto para classificação como Imóvel de interesse Público ao I. P. P. C., um importante conjunto de abrigos sob rocha com pintura esquemática, localizado na encosta Leste da Serra de Passos.

O referido conjunto consta de oito abrigos, definidos nos xistos quartzíticos que ladeiam ambas as margens do Regato das Bouças, um curso de água temporário de margens declivosas,, que escoia a corrente das chuvas da parte superior da Serra para a Ribeira de Passos/Sucções. Esta ribeira é ainda um afluente do rio Rabaçal.

O Regato das Bouças, que ocupa um vale de montanha, no preciso «momento» em que se encaixa entre falésias, à altitude absoluta de 730m, contorna pelo lado S um pequeno esporão encimado pelas ruínas de um recinto fortificado (Vd. 2.1.17.). É nessas formações rochosas de grande altura caindo a pique sobre a encosta, que se vão abrir diversos «nichos» e abrigos sob rocha, e é ainda na base da referida falésia que se situa o povoado pré-histórico Mãe d'Água (Vd. 1.3.1.3), já localizado em 1989.

Abrigo n.º 1 (Est. VII-2) - Um destes abrigos, de pequenas dimensões (pois no interior só teve cerca de 2 m de altura e 3 de profundidade) mas de «chão» lavado, sem sedimentos, comunica com o exterior através de duas estreitas aberturas, cada uma com cerca de 1 m de largura por 1,80 m de altura.

Num pequeno «pano de rocha» que se desenvolve do lado esquerdo da entrada SW, e a cerca de 30 cm da rocha que constitui o chão do abrigo, é possível ver ainda restos de pintura a vermelho vinho.

Embora não tendo sido possível definir os motivos, é inquestionável que se tratara de figuras, agora muito deterioradas pela erosão e pelos líquenes.

Uma vez que as formações quartzíticas que enformam este abrigo não têm qualquer topónimo particular, denominámo-lo de *abrigo n.º 1*.

O acesso ao abrigo n.º 1 faz-se a partir do topo do esporão, do qual se desce através de um desfiladeiro entre rochedos.

Abrigo n.º 2 (Est. VIII-1) - Na margem direita do Regato e voltado ao curso do mesmo, logo após a primeira curva da estrada florestal recentemente aberta que constitui o acesso de Passos ao Cruzeiro, localiza-se um outro abrigo, cortado, aliás, pelo próprio estradão.

Trata-se de um abrigo isolado, com cerca de 2,5 m de profundidade e, actualmente, com 6 m de altura na entrada. Porém, antes da abertura da estrada, não devia ter mais de 4,5 m, já que ainda é visível nas suas paredes, o nível atingido anteriormente pelos sedimentos da base.

O tecto define-se em ângulo quase recto com as paredes tanto no fundo (Sul) como no lado direito (W da entrada). Do lado esquerdo a parede é mais irregular, pois, ao contrário das anteriores, não é constituída por uma massa rochosa contínua. Da encosta deslizaram grandes blocos informes que deste lado intercalaram com alguns sedimentos.

No fundo, em 3 pequenos «panos» de rocha, definem-se outros tantos grupos de pinturas a vermelho vivo, embora num caso seja impossível identificar os motivos devido à acumulação, na parede, de fumos provenientes de lareiras feitas neste local pelos pastores.

Na parede W define-se outro grupo de pinturas.

Tanto no fundo como na parede W figuram antropomorfos com cerca de 10 cm de altura com braços

abertos em «asa» ou «arco» e pernas também arqueadas. Alguns são fálcos e um deles segura, na extremidade do braço, um objecto ou pequena barra vertical.

Num dos grupos da parede do fundo é de destacar a presença de um antropomorfo de braços caídos, cuja cabeça é encimada por um «penacho». Da sua cintura pende ainda uma espécie de «saia» ou adorno, constituído por quatro traços verticais, paralelos entre si, e superiormente ligados por um outro traço horizontal.

O enchimento do abrigo é constituído por lajes soltas e terra arenosa.

Partindo do abrigo n.º 2 em direcção ao cimo da encosta -- para Sul ou em sentido contrário -- para NE -- deparamos com um significativo grupo de abrigos providos de enchimento, mas sem pinturas. Aos mesmos foram atribuídas letras para os distinguir destes. A sua descrição far-se-á no ponto 1.3.2.2. deste trabalho.

Abrigos n.ºs 3, 4, 5, 6, 7 e 8 ou Abrigos das Casinhas de Nossa Senhora.

Estes abrigos definem-se nos maciços rochosos situados ainda na margem direita do Regato das Bouças, a cerca de 350m (em linha recta) para NE do abrigo n.º 2.

Aqui as altas falésias dispõem-se perpendicularmente ao curso de água e os abrigos surgem-nos, deste modo, alinhados e inseridos naquelas formações de xisto quartzítico.

O acesso faz-se também por meio de um estradão, o qual, após a saída da aldeia de Passos em direcção à Serra (e aos abrigos 1 e 2), se desvia para o lado direito, atravessa um pinhal e vai de encontro directo ao leito do Regato.

Já nas proximidades do Ribeiro, o caminho, agora ladeado por muros de pedra solta que delimitam campos de horta e pomar, acompanha a base das falésias que integram os abrigos. Deste modo, aqueles inserem-se numa propriedade privada - uma estreita faixa de terreno definida entre o muro e a falésia -, pertencente actualmente ao Sr. José Maria Roque.

Aos 5 abrigos das «Casinhas de Nossa Senhora» foram atribuídos números, seguindo uma ordem que obedece à maior ou menor proximidade do curso de água. Aquele mais próximo foi denominado de n.º 3, o seguinte e n.º 4 e assim sucessivamente.

Abrigo n.º 3 (Est. VIII-2) - Na falésia que se ergue na vertical a 40 m do solo actual, abre-se, mais ou menos a meia altura da mesma, uma fenda rasgada na horizontal com cerca de 2,5 m de largura por 3,5m de profundidade e 1 m de altura interior.

Na parte exterior, e em pequenos «panos» de rocha, definem-se nove grupos de pinturas a vermelho alaranjado, laranja, e a vermelho vinhoso. Os motivos presentes constam de pectiformes, rectângulos segmentados no interior através de linhas paralelas entre si, arboriformes, e outras figuras esquemáticas difíceis de caracterizar (a vermelho vinhoso) (Est. IX-1).

No interior da fenda, o tecto e parede N encontram-se peçados de pinturas várias a vermelho alaranjado, vermelho vinhoso e laranja. Alguns dos motivos presentes são pectiformes, esteliformes, linhas de pontos, escaleriformes, figuras sub-rectangulares alongadas e seccionadas interiormente em várias partes por linhas perpendiculares entre si ou desencontradas, arboriformes etc..

É inegável o valor iconográfico deste abrigo, quer pelo bom estado de conservação das suas pinturas, quer pela sua frequência, variedade e tonalidades de tintas usadas, atributos que o destacam claramente dos restantes. São ainda de destacar aqui as sobreposições (essencialmente no tecto) que mostram serem as figuras de cor laranja ou vermelho alaranjado anteriores às de cor vermelho vinhoso.

Abrigo n.º 4 (Est. IX-2) - Situado a cerca de 30 m do anterior, foi denominado de «abrigo», mas consta de um painel vertical de rocha protegido na parte superior por uma pala de pequenas dimensões.

A cerca de 1 m do nível actual do solo, entre numerosos líquenes, distinguem-se dois motivos a vermelho muito escuro (quase negro). Trata-se de um antropomorfo de corpo alongado e braços e pernas muito abertos que parece montar um quadrúpede não identificável.

Abrigo n.º 5 - Na continuidade da massa rochosa anterior, abre-se uma fenda de dimensões médias, de planta aproximadamente semicircular e com cerca de 3,5m de altura. As suas paredes laterais que se unem em ângulo obtuso, integram pequenos «panos» de rocha onde foram pintados, a vermelho e laranja, alguns motivos difíceis de identificar devido ao seu mau estado de conservação. Só conseguimos distinguir, entre as manchas ferruginosas da rocha e os fumos provenientes das lareiras aí realizadas, pectiformes e figuras rectangulares seccionadas interiormente.

Na base, os sedimentos do abrigo foram grandemente removidos por forma a criar, junto da rocha, uma presa de água. Contudo, parece-nos que tais remoções não atingiram a rocha de base.

Abrigo n.º 6 - A cerca de 30m do anterior e ainda ao nível actual do solo, define-se um outro pequeno abrigo, de contorno interior subelíptico e com cerca de 1,80m de altura. Neste não conseguimos identificar qualquer pintura já que o tecto e paredes laterais foram parcialmente rebentados pelo proprietário, a fim de alargar o espaço disponível para os plantios de vinha.

No solo do abrigo jazem os blocos de dimensões várias caídos do tecto, sendo possível que um estudo aturado daqueles venha a revelar pinturas. É ainda de referir que durante o processo de destruição, o proprietário encontrou, nos sedimentos da base, um recipiente cerâmico, que posteriormente destruiu visto o mesmo não se lhe ter revelado de qualquer interesse.

Abrigo n.º 7 - Situa-se num plano superior ao n.º 6 e consta de uma comprida pala rasgada na horizontal.

No tecto, muito alterado pelo fumo e pela erosão, *parecem* distinguir-se dois motivos pintados a vermelho alaranjado: uma figura circular radiada e um antropomorfo de braços abertos.

Este abrigo contém também enchimento.

Abrigo n.º 8 - No prolongamento para SE do topo da falésia que integra o abrigo 3, situa-se um outro pequeno abrigo voltado a SW. É definido por duas massas rochosas, com cerca de 7 m de altura, que se unem em ângulo obtuso. Na base, e numa parte reentrante da rocha, define-se um painel vertical de 1 m de larg. por 1,75 m de alt. Este ostenta somente motivos pintados a vermelho vinhoso - arboriformes e figuras quadrangulares. A 1,5 m de altura, um pequeníssimo painel contém restos de uma figura pectiforme.

Estes abrigos vão ser estudados no Verão de 1989 por uma das signatárias deste trabalho (M. J. S.). Deste modo, só após o levantamento pormenorizado das suas pinturas e o estudo arqueológico dos sedimentos que alguns dos abrigos encerram, estaremos em condições de formular uma hipótese interpretativa, cronológico-cultural, hipótese que uma primeira abordagem, resultante de uma simples prospecção de reconhecimento, ainda não permite.

Referiremos tão só que se trata de um importantíssimo e raro conjunto de abrigos com pintura esquemática pré-histórica do N de Portugal. Com efeito, até à sua descoberta, só eram conhecidos nesta região quatro abrigos pintados: o de Pala Pinta (Carlão - Alijó), o de Cachão da Rapa (Ribalonga - Carrazeda de Ansiães), o de Penas Roias (Mogadouro) e o de Fraga d'Aia (Paredes da Beira - S. João da Pesqueira), este último já a S do Rio Douro. Recentemente tivemos notícia de um outro, também na margens do Douro, mas em Lagoaça - Freixo-de-Espada à Cinta. Todavia, este tipo de arte simbólica do pós-glaciar tem larga expansão no território espanhol, essencialmente na sua parte meridional, onde se apresenta em notáveis concentrações. É ainda do consenso geral que a pintura esquemática de todo o NW da Península Ibérica (incluindo a Meseta), tem a sua raiz formal, e eventualmente simbólica e cultural, nessa região.

Os oito abrigos do Regato das Bouças, quer pelo seu número, quer pela variedade temática - antropomorfos, arboriformes e figuras geométricas variadas -, constituem um documento único no estudo da simbologia e religiosidade dos grupos humanos que na Pré-história recente ocuparam a serra de Passos onde, aliás, o abrigo Buraco da Pala⁽¹⁾, atesta a permanência de populações ao longo de todo o III mil a.C.. cremos ainda que o seu estudo em muito fará avançar os nossos conhecimentos relativamente às relações que teriam existido entre diferentes grupos peninsulares, inter-relações essas que variados outros documentos arqueológicos também apontam.

Referências:

(¹) Já em 1989 detectámos também nas paredes deste abrigo um painel com 4 motivos esquemáticos pintados a vermelho vinhoso.

1.3. Povoados de ar livre e abrigos sob rocha

1.3.1. Povoados de ar livre

1.3.1.1. «Cemitério dos Mouros» ou povoado da Arcã

Topónimo - Cemitério dos Mouros

Freguesia - Abreiro

Coordenadas de um ponto central da estação:

Latitude - 41° 20' 58" N"

Longitude - 1° 50' 51" E de Lx.

Alt. absol. - 295m (Seg. a Carta Militar de Port. na esc. 1.25000, folha 104)

Seguindo o percurso entre a povoação de Abreiro e a anta da Arcã (*Vd. ponto 1.1.3.*), através de caminhos carreteiros, encontra-se, a escassos 200 m para SSE da referida anta, um pequeno cabeço em cujo cume e encosta desenvolve a estação arqueológica em causa, conhecida pelo nome de *Cemitério dos Mouros* ou simplesmente Arcã.

Tal cabeço, de encostas não muito declivosas, é circundado na sua vertente W, por um ribeiro - aquele que passa ao lado da Arcã -, o qual, um pouco mais abaixo, vai desaguar no rio Tua.

Supomos ter-se desenvolvido aqui um povoado pré-histórico aberto, embora os escassos artefactos aí recolhidos - fragmentos de cerâmica manual, lisa e decorada (por meio de puncionamentos simples e arrastados e ainda por incisão), enxós e mós manuais - constituam o seu único indicador (Est. XIV-2).

Uma vez que o topo do monte se encontra coberto de vegetação e de fragas graníticas boleadas, a prospecção torna-se bastante difícil e não permite avaliar sequer qual a zona ou zonas susceptíveis de conterem ainda vestígios de estruturas de habitat ou, eventualmente, estruturas artificiais de defesa.

Por outro lado, as encostas N e NE encontram-se plantadas de árvores, sendo permanentemente sujeitas a remeximentos, facto que impede que, com uma simples prospecção de superfície, se entenda se o povoado se estenderia ou não para esse lado. Os poucos fragmentos cerâmicos que aí ocorrem podem resultar, afinal, de escorrimentos.

Este povoado, situado num cabeço sobranceiro à anta da Arcã, pode eventualmente correlacionar-se cronológica e culturalmente com aquele megálito em algum *momento* de utilização de ambos.

Ainda no ano de 1989, e perseguindo esse objectivo - o estudo da possível relação do povoado com a anta - uma das autoras deste trabalho (M. J. Sanches), desenvolverá escavações nas duas estações arqueológicas em causa.

De qualquer modo, as cerâmicas encontradas no povoado da Arcã, parecem situá-lo no Calcolítico desta região, ou seja, pelo menos na 2.ª metade do IIIº mil a.C., cronologia que com certeza a escavação virá especificar.

Referências: inexistentes.

1.3.1.2. «Muralha»

Topónimo - Muralha.

Freguesia - Vale de Telhas.

Coordenadas de um ponto central da estação:

Latitude - 41° 38' 19" N

Longitude - 1° 53' 45" E de Lx.

Alt. absol. - 390m (Seg. a Carta Militar de Port. na esc. 1.25000, folha 62)

A «Muralha» é um povoado fortificado romanizado e descrito no ponto 2.1.3. deste inventário.

No troço Sul da zona menos declivosa do monte que integra o «castro», e entre os enormes penedos que pontuam este local, aparece, além de espólio atribuível a uma ocupação proto-histórica, cerâmica fabricada à mão, cuja morfologia e decoração nos permite localizar aqui um povoado pré-histórico.

Trata-se de cerâmica decorada com motivos muito simples, incisos, ou com motivos conseguidos por impressão «penteada». Se a primeira decoração apontada é comum a várias estações da Pré-história recente do N de Portugal (do IIIº - IIº mil a.C.), a impressão «penteada», também patente no vizinho povoado pré-histórico de Argeriz (Valpaços), está datada pelo C14 no Buraco da Pala do final do IIIº mil a.C. (*Vd. ponto 1.3.2.1.*).

A «Muralha» terá sido com certeza um povoado pré-histórico, localizado num local soalheiro do início da encosta Sul de um monte com condições naturais de defesa, como o atesta a implantação, em época posterior, de uma exígua fortificação.

Este povoado corresponde ainda à estação arqueológica pré-histórica mais setentrional do concelho de Mirandela, dado que sobre o *Fragão*, um pouco mais a N, ainda não possuímos indicadores da sua cronologia aproximada.

Referências: Esta estação é sempre referida como um povoado fortificado proto-histórico. *Ver ponto 2.1.3. deste trabalho.*

1.3.1.3. Povoado da Mãe d'Água

Topónimo - Mãe d'Água

Freguesia - Passos

Coordenadas de um ponto central da estação:

Latitude - 41° 28' 9" N

Longitude - 1° 51' 14" E de Lx

Alt. absol. - 690 m (Seg. a Carta Militar de Port. na esc. 1.25.000, folha 76)

O povoado Mãe d'Água localiza-se na margem esquerda do Regato das Bouças (Vd. 1.2.3.), face aos abrigos com pintura esquemática a na base da falésia que é encimada pelo povoado fortificado Fraga do Castelo (Vd. 2.1.1.7.).

Quase toda a encosta, bastante declivosa, que vai da base da falésia ao leito do ribeiro, se encontra profundamente revolvida quer pelos socalcos que definiam antigos pomares, quer pelo plantio recente de pinheiros.

Deste modo é-nos difícil perceber que tipo de estruturas habitacionais definiram o povoado cujos vestígios - cerâmica de fabrico manual, lisa e decorada - se espalham por grandes superfícies da encosta.

Apesar disso, supomos que os fragmentos cerâmicos, porque reconstituem formas globulares de boca fechada e taças semi-esféricas, e ainda porque decorados com filas de funcionamentos simples e/ou arrastadas, ou triângulos incisos mas também preenchidos com funcionamento, apontam um povoado aproximadamente contemporâneo do Cemitério dos Mouros (Abreiro) e mesmo da fase intermédia de ocupação do Buraco da Pala (Vd. 1.3.2.1.).

A detecção e posterior escavação de possíveis áreas preservadas deste povoado, reveste-se da maior importância no estudo do povoamento do III.^o-II.^o mil. da Serra de Passos; a mesma poderá contribuir decisivamente para o entendimento do tipo de ocupação humana do Buraco da Pala, a qual, nesse período, parece ter-se especializado no armazenamento de sementes.

Referências: inexistentes

1.3.2. Abrigos sob rocha

1.3.2.1. Buraco da Pala (Est. X a XIV-1)

Topónimo - Pala

Freguesia - Passos

Coordenadas:

Latitude - 41° 27' 35" N

Longitude - 1° 50' 45" E de Lx.

Alt. absol. - 860m (Seg. a Carta Militar de Port., na esc. 1.25000, folhas 76 e 90).

Para chegar ao Buraco da Pala, atravessa-se a aldeia de Passos e toma-se o caminho dos Serviços Florestais, o qual acompanha a encosta Leste da Serra até à Casa do Guarda daqueles Serviços. A partir daqui o caminho penetra na serra e uma das suas bifurcações desemboca no topo do monte, actualmente marcado por uma grande cruz de ferro.

Trata-se de um abrigo sob rocha, inserto numa extensa crista de xisto quartzítico, encimada por um Cruzeiro, que desce do topo da Serra de Passos e se desenvolve até à sua meia encosta do lado Leste.

A fenda alongada na vertical que anuncia o abrigo, situa-se num ângulo da formação quartzítica apontada, precisamente a 860m de altitude absoluta. Deste modo, a estação arqueológica destaca-se claramente desde longa distância já que domina tanto a baixa bacia depressionária de Mirandela, como dela se avistam ainda as Serras de Bornes e Assunção, assim como o planalto de Carrazeda de Ansiães.

O Buraco da Pala encontra-se em fase de estudo arqueológico, tendo sido aí desenvolvidas já duas campanhas de escavação, uma em 1987 e outra em 1988. Sobre os resultados preliminares da primeira campanha já foi feita uma publicação para a qual remetemos os leitores interessados e nos dispensamos assim de descrições muito pormenorizadas que, aliás, não se enquadram bem no âmbito deste trabalho (¹).

Será, porém, oportuno, apontar aqui as principais conclusões ou ilacções tiradas do trabalho já desenvolvido.

Em primeiro lugar, estamos perante um abrigo de razoáveis dimensões pois o mesmo inclui uma área interior de cerca de 88m² (aprox. 16 x 8m). O tecto, em forma de V invertido, situa-se aproximadamente a 25m do solo, definindo assim uma alta entrada rasgada na vertical e aberta a SE (Est. X-1).

Tais dimensões, aliadas à configuração e orientação do abrigo, tornam evidente que qualquer habitat que se desenvolvesse no seu interior, teria de ser estruturado por forma a criar protecções contra a humidade, os ventos e as chuvas. Assim parece ter acontecido na ocupação mais recente deste espaço habitacional, aquela onde melhor se conservaram os vestígios de estruturas de construções.

Entre o início e o final do III^o mil a.C., tiveram lugar no Buraco da Pala pelo menos três ocupações humanas.

A mais recente, datada pelo C14 do final do III^o mil a.C. (?), está patente na camada 1 e exprime-se pela construção de um *socalco* na parte NW do abrigo. Este desenha-se em arco contra o pendor descendente do solo rochoso e insere mesmo um buraco de poste. O mesmo deve corresponder ao «alicerce» de uma estrutura habitacional feita com materiais perecíveis (troncos, argila e ramagens?).

Na área circunscrita ao seu interior, definem-se seis lareiras, presumivelmente domésticas e, no espaço mais próximo das paredes do abrigo, inicia-se *uma zona de silos* (essencialmente de fava, embora ocorram também de bolota e trigo) (Est. X-2).

Estes silos acompanham a área imediatamente contígua às paredes do abrigo tanto a N como a NE, e representam os testemunhos mais interessantes desta ocupação.

Os silos desta camada consistem genericamente em grandes recipientes cerâmicos (lisos e decorados) cujos fundos, convexos, assentam em pequenas estruturas circulares de pedras, estas por vezes providas de argila no seu interior. Num grande número de casos estas estruturas circulares de pequenas pedras assentam em níveis de cascalho af intencionalmente colocado, supomos, para o efeito.

Desta camada provém uma grande quantidade de cerâmica manual, da qual se destaca aquela com decoração impressa «penteada». Alguns destes recipientes foram recentemente restaurados pela Dr.^a Anabela Lebre e encontram-se expostos na Biblioteca-Museu Municipal de Mirandela, acompanhados de outro espólio proveniente do abrigo (Est. XIII-2, XIV-1).

É de referir ainda o aparecimento de bastantes elementos de adorno pessoal (contas de colar de matérias-primas raras - de variscite e mesmo ouro) ainda em curso de análise, e de alguns artefactos líticos - pontas de seta e machados - e metálicos (machado de cobre?) (Est. XII-1).

Uma *ocupação intermédia* deste abrigo está patente nas *camadas 3A e 3B*, tendo sido datada pelo C14 dos meados do III mil a.C..

Tal ocupação, restrita por ora à parte NE, evidencia a utilização sucessiva de várias lareiras.

Em torno a estas lareiras, que nos parecem de carácter doméstico, define-se aquilo que nós interpretamos como *áreas de limpeza*. Estas consistem em níveis alternados de argila e carvão, os quais integram bastante espólio arqueológico inutilizado e ainda ossos que julgamos serem de animais. Uma análise osteológica cuidada destes poderá contribuir em muito quer para o estudo das actividades praticadas em torno às lareiras, quer para o conhecimento do tipo e idade dos animais consumidos.

Os silos correspondentes a esta ocupação (na camada 3A), indicam ser estruturalmente diferentes daqueles mais recentes. Mesmo atendendo a que esta zona do habitat se encontrava muito mais destruída pela construção de escadas de acesso e pela prática do culto a S. Bento, não encontramos qualquer recipiente com sementes no seu interior. As sementes encontram-se quer em pequenas «fossas» de contorno irregular ou buracos (similares a buracos de poste) ladeados de pequenas pedras e argila, quer formando pequenos estratos (de 2 a 5 cm de espessura) adentro da camada. Nesta encontram-se ainda grossos troncos carbonizados com cerca de 5 cm de espessura.

É provável que se tratasse de construções aéreas de madeira, assentes nos presumíveis buracos de poste. Estas estruturas de madeira, que poderiam segurar recipientes de cerâmica ou de cortiça (já que esta aparece em grandes quantidades, por vezes acompanhada de pequenos «entrançados» de fibras vegetais - de giesta?), aquando da destruição (pelo fogo?), ao ruir, teriam permitindo que um grande número de sementes se escoasse pelos interstícios das pedras da base da camada onde se definem os possíveis buracos de poste.

Um estudo antracológico destes troncos carbonizados poderá vir a precisar melhorara esta hipótese interpretativa.

Além do grande número de fragmentos cerâmicos lisos e decorados com as técnicas de punção e incisão, exumámos algumas pontas de seta de xisto e sílex e ainda um machado polido.

A ocupação mais antiga (de entre aquelas já escavadas), datada pelo C14 do início do III^o mil a.C., corresponde à *camada 3* da parte central do abrigo e, julgamos, também à *camada 3C* da zona NE.

Numa e noutra áreas, a camada de sedimentos é pouco espessa e integra lareiras pouco estruturadas. O espólio arqueológico desta camada é escasso.

Na zona da entrada do abrigo parece ter tido lugar uma ocupação anterior ao III^o mil a.C.. Contudo, a mesma, patente na camada 4, ainda não foi escavada.

A correcta compreensão desta estação arqueológica revelar-se-á de fulcral importância no estudo do povoamento do III^o mil a.C. da bacia depressionária de Mirandela, pois tanto a estratigrafia como as datas absolutas indicam que o abrigo foi ocupado durante um largo período cronológico. Deste modo, uma interessante sucessão estratigráfica vertical poderá ser paralelizável, tanto em termos cronológicos como culturais, com outros locais arqueológicos - povoados de ar livre, monumentos megalíticos ou providos de *tumuli*, abrigos com pintura esquemática - que atestam o povoamento, quer das zonas contíguas ao médio vale do rio Tua, quer dos planaltos adjacentes.

Além disso, a extraordinária documentação paleoclimática proporcionada pelos milhares de carvões e sementes carbonizadas, se vier a ser estudada por especialistas, como pretendemos, dará um contributo fundamental ao conhecimento, não só da transformação da cobertura vegetal natural da Serra de Passos, como do tipo de agricultura e, porventura, dos hábitos alimentares destes grupos humanos (Est.XI-1).

Visto sob este ângulo, o Buraco da Pala pode ser considerado um habitat «único» a nível peninsular e o seu estudo fará avançar enormemente os conhecimentos de que agora dispomos, não só sobre as comunidades que durante o III^o mil a.C. ocuparam Trás-os-Montes, como, a um nível mais geral, proporcionar uma melhor caracterização económica e social das comunidades neolíticas e calcolíticas desse período.

Contudo, uma das primeiras questões a solucionar, é a do tipo de habitat patente em cada um dos momentos referidos no Buraco da Pala. Tornar-se-á necessária a compreensão da relação do abrigo com o espaço geográfico, morfológico, climático e arqueológico envolvente, por forma a determinar, por ex., a sazonalidade ou não das diferentes ocupações humanas.

Por outro lado, a presença, no final do III^o mil a.C., de cerâmicas decoradas com a técnica de impressão «penteada» (também patentes no povoado de ar livre da Muralha - Vale de Telhas), constitui um «indicador» de relações com outras comunidades que, desde os meados do III^o mil e até aos inícios do II^o, pontuam uma vasta área geográfica que se estende a todo o Trás-os-Montes e Alto Douro (3).

A comprovar essas relações com o exterior, estará também a utilização de matérias-primas estranhas à região, como a variscite (para a qual estão a ser feitas análises visando a identificação do local de origem) e, provavelmente, o sílex.

O aparecimento de pequenas contas de ouro, que supomos terem sido obtidas por martelagem de pequenas pepitas de origem aluvionar (também se encontram em curso de análise), pode constituir mais um documento dessas relações exteriores. Porém, elas não indicam necessariamente o início do trabalho efectivo dos metais, nem mutações de ordem técnica ou mesmo social e simbólica adentro da comunidade, pois tais elementos de adorno simples, embora mais frequentes em sepulcros e achados soltos, são comuns a comunidades neolíticas do Sul de França e mesmo P. Ibérica, onde concorrem com outros objectos de adorno e/ou votivos, estes de carácter não excepcional (4).

Queremos com isto dizer que o seu valor simbólico pode ter sido similar ao de outros elementos de adorno, por ex., ao das contas de variscite. cremos, no entanto, que a prossecução desta linha de pesquisa - a do entendimento do significado social e simbólico de certos objectos «excepcionais» - é fundamental para a compreensão das transformações económicas e sociais que parecem estar patentes nalgumas comunidades dos finais do III^o inícios do II^o mil a.C.. Como já tivemos oportunidade de referir (*Vd. pontos 1.1.3., 1.3.1.1.*), o estudo, quer da anta, quer do povoado da Arcã (Abreiro), junto do local onde apareceram as alabardas de cobre (*Vd. ponto 1.4.2.*), insere-se nessa linha de investigação.

O trabalho (ou somente uso) dos metais está patente também no Buraco da Pala, através do achado de um artefacto metálico muito deteriorado - machado de cobre (?) o qual, após ter sido objecto de conservação, se encontra ainda e também em fase de análise espectrográfica.

Graças à boa-vontade e claro entendimento do significado do abrigo do Buraco da Pala por parte da Câmara Municipal de Mirandela, esta estação conta já, na sua entrada, com um portão de protecção. Pretende-se somente que enquanto decorra o seu estudo arqueológico, aquele abrigo não seja sujeito a eventuais remoções de terras, as quais muito prejudicariam o entendimento estratigráfico (já de si difícil) deste local.

Referências:

- (1) SANCHES, M. J. (1987), O Buraco da Pala - um abrigo pré-histórico no concelho de Mirandela (Notícia preliminar das escavações de 1987), *Arqueologia*, n.º 16, pp. 58-77.
- (2) Idem, (1989), 5 datas de C14 para Pré-história recente do Leste de Trás-os-Montes, *Arqueologia*, n.º 19 (no prelo).
- (3) JORGE, S. O. (1986), *Povoados da Pré-história Recente da Região de Chaves - V. P. Aguiar*, IAFLUP, Porto; SANCHES, M. J. (1988), *Contribuição Para o Estudo da Pré-história Recente do Planalto Mirandês*, Trab. apresentado à Fac. de Letras do Porto, em 10 de Nov.
- (4) ELUÈRE, C. (1982), *Les Ors Pré-historiques*, «L'Age du Bronze en France-2», Picard.

1.3.2.2. *Abrigos do Regato das Bouças*
Abrigos A, B, C, e D

Topónimo - Regato das Bouças

Freguesia - Passos

Coordenadas: as mesmas dos abrigos com pintura esquemática do Regato das Bouças.

Existem quatro abrigos sob rocha na margem direita do Regato das Bouças, inseridos numa crista de xisto quartzítico que se desenvolve Serra acima ao longo daquele ribeiro. Os mesmos surgem mais ou menos intercalados entre aqueles que possuem pintura esquemática, os quais já foram referidos atrás no ponto 1.2.3. deste trabalho. Embora não tenhamos encontrado espólio em nenhum deles, a presença de consideráveis enchimentos e a sua própria configuração, poderão apontar para uma eventual ocupação humana, ocupação que pretendemos confirmar ou infirmar em futuros trabalhos de campo.

A fim de melhor os distinguir daqueles com pintura, atribuímos-lhe letras: de A a D.

Abrigo A

O abrigo A situa-se acima do abrigo n.º 2 e consta de uma grande e profunda pala voltada a NE, ao ribeiro.

É constituído por uma «sala» de entrada com contorno semi-circular, espaçosa e alta, pois tem cerca de 5m na entrada e 1,5 na parte mais funda. Aqui, uma abertura na própria rocha dá acesso a uma segunda «sala». Esta é de forma oval (com aprox. 2 x 5m), e tem cerca de 1,20m de altura.

A entrada do abrigo encontra-se parcialmente tapada por um muro de pedra solta de cerca de 1,20m de altura.

Possui um espesso enchimento o qual, à superfície, tem o aspecto de terra muito queimada, mas esta camada superficial pode ser decorrente da utilização do abrigo pelos pastores.

Abrigo B

O abrigo B, imediatamente abaixo do caminho dos Serviços Florestais e, conseqüentemente, do abrigo n.º 2, é constituído por uma grande pala alargada e voltada ao ribeiro. A pala tem cerca de 10m de largura por 5m de profundidade e, o espaço protegido e provido de enchimento, é fechado por um muro baixo de pedra solta.

Abrigo C

Já próximo dos abrigos com pintura n.ºs 3-7, uma pala profunda, com cerca de 3m de largura por 5m de altura, aparece voltada ainda ao Regato das Bouças. O enchimento foi quase todo «lavado» pela erosão.

Abrigo D

Já na zona contígua ao Regato das Bouças e abaixo do abrigo C, abre-se uma outra pala alargada e funda, provida de um enchimento considerável.

Referências: inexistentes

1.4. *Achados Fortuitos*

1.4.1.1 *«Estátua menir» da Bouça (Est. XV-1 e 2)*

Freguesia - Bouça

Este monólito de granito encontra-se actualmente erguido na posição vertical e assente sobre uma «sapata» de cimento frente à Casa do Povo da Bouça, aguardando ainda que lhe seja colocada a programada, prometida e imprescindível, cobertura de protecção. Esta minimizará essencialmente a deterioração que as águas das chuvas aí irão provocar e contribuirá para que se preserve um exemplar tão raro de estatuária primitiva que tantas vicissitudes já sofreu desde o seu local de origem até àquele onde agora se encontra.

Este achado já foi objecto de uma publicação, pelo que nos dispensamos da repetição da sua descrição pormenorizada (1).

Resumidamente, diremos que este exemplar provém de uma área algo vaga, situada mais ou menos a 2,5km para SW da aldeia da Bouça, contígua ao rio Rabaçal, afluente do Tuela.

É um monólito de granito de carácter fálco, com cerca de 2,45m de altura e 75cm de espessura máxima, com perfil e secção transversal plano-convexos, sendo muito mais estreito no topo que na base. Deste modo, apresenta somente duas faces - um anverso, plano, e, um reverso, convexo.

Por toda a superfície da peça, mas essencialmente na parte inferior, observam-se sulcos e covinhas de tamanhos e secções variadas, as quais, apesar do método de levantamento utilizado (bicromático), não conseguimos distinguir claramente (em termos de execução técnica), se se trata de gravuras anteriores ou contemporâneas daquelas que pontuam a parte média superior e superior. Alguns sulcos parecem-nos mesmo decorrentes dos vários «transportes» da peça e mesmo da acção do arado, pois este monólito esteve durante bastante tempo tombado num terreno agricultado.

Destacam-se como gravuras mais profundas, mais largas e com mais «patine», um círculo na extremidade distal e dois traços curtos, verticais e paralelos entre si, tangentes ao círculo anterior, que descem lateralmente do topo da peça escultórica. Estas gravuras como que «coroam» o monólito, podendo o círculo corresponder ao meato uretral deste menir de carácter fálco. Abaixo do círculo, e também na vertical, desenha-se um traço curto em cuja base se alonga, por todo o perímetro convexo da peça, um sulco sub-horizontal, o qual pode ser interpretado como a «glande» do pénis.

Contígua à parte central deste sulco define-se, na vertical, uma figura de forma sub-rectangular e rematada em trapézio em ambas as extremidades. Tal motivo é interceptado na parte superior e do lado esquerdo por um outro sulco sub-horizontal.

Trata-se de um grande monólito de *carácter fálco*, onde presumivelmente os motivos mais apagados poderiam constituir os atributos de uma primeira utilização da pedra. No entanto, dada a deterioração das gravuras, o estudo realizado não permitiu uma interpretação segura nesse sentido.

Embora sem uma definição de contornos que apontem a peça como estátua-menir, ela contém um motivo sub-rectangular que, sendo comum a *inequívocas estátuas-menires* no N de Portugal (por ex. da de Faiões e da de Chaves) (2) - onde é interpretado como *bandoleira* ou *suspensório de fixação de correias* nas quais se prenderiam as armas -, poderá aqui ser apreendido do mesmo modo. Todavia, na «estátua-menir» da Bouça, e ao contrário daquelas citadas, não existem armas, a não ser que possa ser tida como tal um motivo em forma de sulco alargado vertical (muito deteriorado nos seus contornos), que se liga do lado direito da peça, quer ao sulco sub-horizontal (digamos, àquele que define a «glande»), quer à «bandoleira».

Estamos perante uma peça muito deteriorada onde qualquer interpretação segura se torna arriscada. Porém, se por um lado é inegável o carácter fálco do monólito, por outro, seria o atributo «bandoleira» aquele que constituiria o elemento essencial da caracterização da *entidade* a representar - a de um guerreiro. O mesmo motivo poderá, por si só, aglutinar ou então indicar de um modo abreviado e sintético, a representação de uma entidade ou personagem de simbologia bélica.

Por ora é impossível atribuir uma cronologia precisa a esta «estátua-menir», dada, por um lado, a ausência de elementos susceptíveis de datação (como a tipologia das armas, inexistentes ou já não definíveis aqui) e, por outro, de uma clara semelhança formal com outros exemplares conhecidos do N de Portugal.

Ficamos no entanto com a ideia de que se trata de um dos primeiros exemplares de «estatuária» primitiva, estatuária ligada (tal como as suas congéneres de Chaves), à exaltação, senão de um «personagem» guerreiro, pelo menos de uma entidade guerreira.

Referências:

- (1) SANCHES, M. J. e JORGE V. O. (1987), A «estátua-menir» da Bouça (Mirandela), *Arqueologia*, n.º 15, pp. 78-82.
 (2) ALMEIDA, C. A. F. e JORGE, V. O. (1979), *A Estátua-menir de Faiões (Chaves)*, GEAP, Porto; JORGE, V. O. e ALMEIDA, C. A. F. (1980), *A Estátua-menir Fálca de Chaves*, GEAP, Porto.

1.4.2. Alabardas de Abreiro

Freguesia - Abreiro (Vd. Carta Militar de Portugal, na esc. 1.25000, folha n.º 104)

A SW da aldeia de Abreiro encontra-se um cabeço com 299m de altitude e em cuja vertente sul, à cota aproximada de 270m, foi rasgada uma estrada. Trata-se da EN n.º 314 que estabelece a ligação entre o Cruzamento de Abreiro (EN 15) e Vila Flor (EN 213).

Parece ter sido na encosta SE deste cabeço, já bem perto deste riacho que passa junto da anta de Arcã e contorna o povoado homónimo, que, no decurso das obras da estrada, foram encontradas as duas alabardas de cobre, actualmente guardadas no Museu Abade de Baçal em Bragança.

Estas peças foram estudadas por Maria de Lourdes Bártholo, a qual afirma estarem já «fortemente oxidadas» e «muito danificadas», pois que lhe faltava tanto a parte do gume como as «pontas e os orifícios de encabamento» (1).

Segundo a sua descrição, uma das alabardas - a alabarda A - tinha 25 cm no maior comprimento e 7,3 cm na maior largura e, a outra - a alabarda B - 22cm no maior comprimento e 8cm na maior largura.

Baseando-se nos exemplares achados no local de Vale Benfeito que é relativamente próximo deste, L. Bártholo propôs como prováveis as seguintes medidas de comprimento original: 28,5cm para a alabarda A e 31,7 cm para a B.

Estas alabardas foram objecto de análise espectrográfica no Landesmuseum de Stuttgart, onde se obteve o seguinte resultado:

Alabarda A - Sn - 0; Pb - 0; As - 5,8; Sb - 0; Ag - 0,01; Ni - 0; Bi - 0,002; Au - 0; Zn - 0; Co - 0; Fe - vest..

Alabarda B - Sn - 0; Pb - 0; As - 9,1; Sb - 0; Ag - 0,012; Ni - 0; Bi - 0,002; Au - 0; Zn - 0; Co - 0; Fe - 0⁽²⁾.

A obtenção destes dados, permitiu a L. Bártholo a caracterização destes artefactos metálicos «como sendo de um cobre arsenioso muito rico em arsénio»⁽³⁾.

Estas armas são vulgarmente conhecidas como «alabardas tipo Carrapatas» ou de «tipo transmontano». Carrapatas é um local do concelho de Macedo de Cavaleiros onde foram exumados dois exemplares muito semelhantes aos de Abreiro. De Vale Benfeito, ainda no concelho de Macedo de Cavaleiros, provêm mais quatro e, do Alto das Pereiras, em Vimioso, uma outra.

Totalizam 9 exemplares e foram encontrados numa região geograficamente restrita, embora fora de contexto ou sem contexto determinado. L. Bártholo refere que, dadas as suas semelhanças, quer no tipo de técnica, quer no fabrico e na morfologia, elas farão «pensar, senão num mesmo artífice, pelo menos num mesmo local de manufactura»⁽⁴⁾.

H. Schubart relaciona as alabardas de tipo Carrapatas com o grupo de Montelavar⁽⁵⁾, e Galvez-Priego refere, em abono de tal periodização, a associação de duas alabardas desta «família» com punhais campaniformes (em Pantoja - Toledo e num depósito galego⁽⁶⁾). É ainda esta investigadora que as data do início do Bronze Antigo (da periodização europeia) - 1800-1700 a.C.⁽⁷⁾.

As alabardas «Carrapatas» integram um grupo de «artefactos de prestígio» ou de «luxo» - armas, utensílios, jóias metálicas - de tipo atlântico (pois que a sua circulação se estende à Inglaterra - *Wessex* - e à Bretanha - 1.ª série de Tumulos armoricanos) que circularam, ou foram integrados, no seio de diversos grupos datados do início do IIº mil a.C..

No caso das «alabardas transmontanas», o seu achado fora de contexto não permitiu tirar ilacções sobre a sua associação ou não a enterramentos. De qualquer modo, os artefactos de luxo apontados ligam-se frequentemente a ricas sepulturas individuais e parecem anunciar, segundo diversos autores, a emanação do poder social individualizado.

Seria interessante saber que tipo de sociedade as produziu ou integrou e, é nesse sentido, que intentaremos nos próximos anos, centrar a nossa investigação no estudo das comunidades humanas que, no IIIº e IIº mil., se desenvolveram na bacia depressionária de Mirandela.

Deste modo, cremos que a acção prioritária a levar a cabo deverá ser a do estudo arqueológico das estações geograficamente mais próximas do local deste achado, estações que julgamos, poderem, de algum modo, correlacionar-se cronologica e culturalmente com as alabardas. É o caso do povoado e anta de Arcã, também na freguesia de Abreiro (*Vd. 1.1.3. e 1.3.1.1.*) os quais não distam do local do achado das alabardas mais de 700m (em linha recta).

Referências:

- (1) BÁRTHOLO, M. de L. (1959), Alabardas da Época do Bronze do Museu Regional de Bragança, *Actas e Memórias do 1.º Congresso Nacional de Arqueologia*, Vol. I, Lisboa, pp. 431-432.
- (2) Dados extraídos de HÖCK, M e COELHO, L. (1972), Materiais metálicos da colecção arqueológica do Museu do Abade de Baçal em Bragança, *O Arq. Port.*, Série III, vol. VI, Lisboa, pp. 250.
- (3) BÁRTHOLO, M. de L. (1959), Alabardas da Época do Bronze do Museu Regional de Bragança, *Actas e Memórias do 1.º Congresso Nacional de Arqueologia*, Vol. I, Lisboa, pp. 433.
- (4) Idem, *ibidem*, pág. 439.
- (5) SCHUBART, H. (1973), Las alabardas de tipo Montejícar, *Estudios dedicados ao Prof. Dr. Luis Pericot*, Barcelona
- (6) RUIZ-GALVEZ PRIEGO, M. (1979), Bronce Antiguo en la fachada atlantica peninsular: un ensayo de periodización, *Trab. de Preh.*, vol. 36, Madrid.
- (7) Idem, *ibidem*.

2. ESTAÇÕES E ACHADOS PROTO-HISTÓRICOS ESTAÇÕES E ACHADOS ROMANOS

2.1. Povoados fortificados

2.1.1. Nossa Senhora do Monte (Est. XVII-1)

Topónimo - Nossa Senhora do Monte

Lugar - Agueira

Freguesia - Agueiras

Coordenadas de um ponto central da estação:

Latitude - 40° 44' 29" N

Longitude - 1° 56' 40" E de Lx.

Alt. absoluta - 580m (Seg. a Carta Militar de Portugal, na esc. 1.25000, folha n.º 48)

O acesso a esta estação é feito por um caminho carreteiro que parte da povoação da Agueira em direcção a NW, culminando precisamente no topo aplanado do monte onde se situam os vestígios do povoado.

Trata-se de uma estação já noticiada em 1915 por Celestino Beça, a qual diz ser uma «fortaleza dos mouros que foi ocupada pelos romanos» (¹).

O cabeço onde se implanta «o castro de Nossa Senhora do Monte» corresponde ao «remate» de um vasto peneplano sobre as margens alcantiladas do rio Rabaçal. Deste modo, as condições naturais de defesa do povoado são evidentes.

A SW a encosta abrupta é «adornada» de enormes batólitos em granito os quais formam uma barreira quase intransponível. A estes é ainda adossada, no seu lado interior, uma linha de muralha que se desenvolve a partir de N.

Trata-se da única linha defensiva detectada. É de aparelho irregular, tem cerca de 1,20m de largura, e compõe-se de lajes de granito de tamanho médio. A SW é provida de um torreão, do qual ainda hoje se conservam escassos vestígios - um «murete» baixo (50cm de altura), de contorno rectangular.

Os fragedos que serpenteiam a vertente SE parecem ter sido aproveitados como elementos de parede de uma provável construção circular. Esta estrutura circular, de «aparelho» regular, supomos ter sido usada com finalidade habitacional e não defensiva.

A NE e E, o monte aplanado é utilizado na agricultura. Trata-se, em termos defensivos, do ponto mais vulnerável do povoado, mas o arroteamento permanente deve ter transformado completamente a fisionomia desta zona do habitat e destruído as eventuais estruturas defensivas que aí tivessem existido.

O espólio arqueológico que recolhemos na prospecção, embora escasso e pouco significativo, atesta uma ocupação proto-histórica em data que não sabemos determinar. Este resume-se a fragmentos cerâmicos, uns de fabrico manual e outros feitos já ao torno, que ocorrem com frequência, dado que as obras de cristanização do local, através da construção de uma capela, na parte mais soerguida deste cabeço - a NE -, os removeram para a superfície do solo.

Referências:

(¹) BEÇA, Celestino (1915), *Arq. Port.*, vol. XX, n.º 1 - 12. p. 101.

2.1.2. S. Brás

Topónimo - S. Brás

Vila - Torre de D. Chama

Coordenadas de um ponto central da estação:

Latitude - 40° 40' 51" N

Longitude - 2° 00' 27" E de Lx.

Alt. absoluta - 419m (Seg. a Carta Militar de Portugal, na esc. 1.25000, folha n.º 49).

Este povoado tem dois acessos possíveis. Ou se parte da povoação de Torre Dona Chama por um caminho carreteiro que se dirige ao topo do monte, o qual é encimado por um marco geodésico e, do lado oposto, implanta-se a capela de S. Brás, que lhe dá o nome; ou então, a partir da EN 206-1, e ao km 00, toma-se também um caminho carreteiro que se dirige para Sul. A cerca de 200m da Estrada Nacional, este caminho bifurca, dirigindo-se para a esquerda (para Leste) aquele que atinge o topo do monte em questão.

Este povoado fortificado situado no topo aplanado deste monte de perfil cónico mas de vertentes pouco declivosas, é sobranceiro à povoação de Torre D. Chama, esta situada a W.

A NE e E, após uma curta encosta, abre-se o vasto peneplano, sobre o qual o povoado tem um domínio visual evidente.

Às suas relativamente fáceis condições naturais de acesso, contrapõem-se duas linhas de muralha, uma exterior e outra interior (separadas por um espaço de cerca de 6m), que originalmente deveriam contornar todo o monte. Hoje apenas se conservam a NE, SE e W. A responsabilidade desta destruição deve-se essencialmente à cristianização do local, perpetuada pela construção de uma capela em honra de S. Brás e respectiva plataforma de acesso (sendo esta e a estrada objecto, todos os anos, de «arranjos» por altura da festa), mas também à prática da agricultura em toda a vertente Sul.

Sem grande aparato, estas linhas defensivas, intercalam-se, como é corrente nestes povoados, entre as fragas de granito previamente existentes.

Possuem cerca de 2,40m de largura, aparelho bastante irregular e conseguido pela sobreposição de lajes de granito de tamanho médio nas faces exteriores. O interior era consolidado por um enchimento intencional de terra e pequenas pedras.

A linha de muralha que se encontra mais próxima do sopé deste cabeço é «cortada» por uma «entrada» de cerca de 1m de largura.

A «entrada» insere 4 degraus, e é irregular no seu remate, já que uma das suas extremidades culmina em ângulo recto e a outra é de feição arredondada.

Intra-muros soerguem-se inúmeros fraguados, sendo alguns deles circundados ou ligados entre si, por círculos de pedras de menores dimensões, os quais poderão corresponder a vestígios de estruturas habitacionais.

O material arqueológico que recolhemos à superfície, consiste em inúmeros fragmentos cerâmicos, sobretudo *tegulae*, os quais se espalham caoticamente por todo o topo do monte.

Contudo, temos notícia, através de Joaquim de Castro Lopo (1), do aparecimento de «machados de cobre, telha de rebordo, metade de uma fusiola de barro (com cerca de 10 gramas)», e de moedas de prata e de cobre romanas.

F. M. Alves completa esta notícia nas Memórias X, pág. 266 ao escrever «*Em volta da capela (de S. Brás) vêem-se restos de muralhas de pedra e cimento ainda bem patentes. No seu recinto apareceu um caixão cheio de machados do mesmo metal, uns em forma de cunha e outros do tipo de duas aselhas e encabadouro de tope, podendo utilizar-se como os actuais formões, bem como várias moedas de prata e cobre, sendo a mais antiga um "quinário" cunhado pela família Carisia*».

Supomos que deve tratar-se de um «depósito» e que alguns desses «machados de cobre» serão aqueles de bronze de dupla face e de dois anéis (2) que se encontram no Museu de Bragança. Luís Monteagudo insere-os no tipo 26D, variante 16D1 e data-os do Bronze Final II (900 a.C. (3) e Coffyn, baseando-se também na sua tipologia, classifica o povoado fortificado de S. Brás de «habitat do Bronze Final Atlântico». Porém, refere ainda que este tipo de machados de bronze com grande % de chumbo, cujo fabrico se centraria no N de Portugal e na Galiza, teriam eventualmente continuado a ser fabricados na I. do Ferro (4).

Desconhecemos o paradeiro dos restantes materiais.

Este povoado fortificado foi classificado como *Imóvel de Interesse Público* pelo Decreto-Lei n.º 40361 de 20/10/1955 (5).

Referências:

- (1) LOPO, J. de C. (1885), Excurção à Torre D. Chama. *O Arq. Port.*, vol I (9), p. 235.
- (2) HOCK, M. e L. COELHO (1972), Materiais metálicos da colecção arqueológica do Museu do Abade de Baçal em Bragança, *O Arq. Port.*, série III, vol. VI, pp. 242-243.
- (3) MONTEAGUDO, L. (1977), *Die Beile Auf Der Iberischen Halbinsel*, Prahistorische Bronzefunde, Abteilung IX, 6. Band, pág. 160.
- (4) COFFYN, A. (1985), *Le Bronze Final Atlantique Dans Péninsule Ibérique*, págs. 215 e 219.
- (5) *Imóveis Classificados*, IPPC, Lisboa, p. 50.

2.1.3 Muralha

Topónimo - Muralha

Freguesia - Vale de Telhas

Coordenadas de um ponto central da estação:

Latitude - 41° 38' 19" N

Longitude - 1° 53' 45" E de Lx.

Alt. absoluta - 390m (Seg. a Carta Militar de Portugal, na esc. 1.25000, folha n.º 62).

A Muralha é um povoado fortificado situado no topo aplanado de um monte, cujas vertentes abruptas se debruçam sobre o rio Rabaçal, curso de água que corre no seu sopé W.

O acesso ao povoado é facilitado pela existência da Estrada Nacional n.º 206 - aquela que liga Valpaços à Bouça - a qual atravessa, entre o km 178 e o 181, as faldas S do monte onde se implanta o povoado. Da Bouça para Valpaços e após o km 181, perto da Quinta da Freixeda, parte para a direita um caminho carreteiro que vai conduzir precisamente à parte mais alta do «castro».

O monte onde se define o povoado corresponde precisamente ao remate de um vasto peneplano (que se estende ainda e muito para Leste), sobre as margens alcantiladas do rio Rabaçal. Deste modo, as excepcionais condições naturais de defesa são óbvias. Sobre o rio, a W e NW, a encosta é abrupta e pejada de afloramentos graníticos. A Sul, a orografia irregular do terreno, cortado por inúmeros cursos de água e povoado de fraguedos, também não permite um fácil acesso.

Apesar de relativamente «aberto» a Leste - facto que proporciona a agricultura dessa vertente - , não detectámos aí qualquer linha de muralha. Ela é visível, porém, a W, um pouco antes da falésia e, a N, um *amontoado* de pedras de configuração circular parece-nos corresponder a um «torreão».

A linha de muralha que se intercala entre penedos é constituída por lajes de granito de grandes dimensões. Tem de largura, em média, cerca de 2,20m, a despeito do seu avançado grau de destruição, isto é, do seu derrube.

É precisamente no troço Sul da área menos declivosa que parecem ter tido lugar as construções habitacionais.

Esta zona, porque mais aplanada, é actualmente utilizada para a agricultura, a qual é praticada nos razoáveis espaços deixados livres pelos penedos.

Não pudemos observar aí qualquer resto de construções, mas, o espólio recolhido à superfície, atesta uma insistente ocupação do local na Pré e/ou Proto-história e no período romano.

Recolhemos alguns fragmentos de cerâmica manual, lisa e decorada, cuja tipologia nos permite inseri-la ou aproximá-la daquela de povoados de ar livre ou de abrigos sob rocha pré-históricos, da bacia do Rabaçal/Tua, e mesmo de todo o interior de Trás-os-Montes.

Trata-se de pequenos fragmentos decorados com incisões simples, uns, e com impressões «penteadas», outros. Ambos estão presentes, por ex., no povoado pré-histórico de Argeriz (vertente W da Serra da Padrela) e na ocupação dos finais do IIIº milénio a.C. do abrigo Buraco da Pala em Passos (*Vd. 1.3.2.1*).

Por seu turno, Albino Lopo noticia o achado de «uma foicinha de ferro muito oxidada» que actualmente se guarda no Museu Abade de Rabaçal em Bragança, e «telhas de rebordo, tijolos, fragmentos de lança e pesos de barro» (¹).

Nós recolhemos unicamente alguns fragmentos de cerâmica lisa feita a torno e observámos uma «peça» de cantaria toscamente talhada que nos parece corresponder a um capitel romano ou de influência romana.

Referências:

(¹) LOPO, Albino P. (1903), Arqueologia do Distrito de Bragança, *O Arch. Port.*, vol. VIII (10 a 12), Lisboa, pp. 252-253.

2.1.4. S. Juzenda

Topónimo - Cabeço de S. Juzenda

Lugar - Vale de Prados

Freguesia - Múrias

Coordenadas de um ponto central de estação:

Latitude - 41° 36' 08" N

Longitude - 1° 58' 28" E de Lx.

Alt. absol. 342m (Seg. a Carta Militar de Port. na esc. 1.25000, folha 63).

O acesso ao «castro» faz-se através de um caminho carreteiro que parte da povoação de Vale de Prados para NW. Um pouco acima da povoação bifurca, sendo então necessário tomar o troço da esquerda.

Este, após percorrer longitudinalmente o topo de uma lomba aplanada, orientada de Oeste a Leste, atinge o início da encosta que precede as margens do rio Tuela.

É, porém, a Sul, num outro cabeço que se situa o povoado em questão, ao qual se chega também por um caminho que parte do cabeço anterior.

Um trabalho de limpeza, um pomenorizado levantamento topográfico e ainda a abertura de dois cortes estratigráficos, feitos neste povoado por Martin Höck e Luís Coelho desde 1974 a 1976, resultaram em duas pequenas publicações em língua portuguesa (1).

Da observação do levantamento topográfico, patente na fig. 2 da publicação feita nas Actas do Sem. de Arq. do NW Peninsular, e ainda da exposição de Martin H., há a reter o seguinte.

— O povoado fortificado de S. Juzenda ocupa a extremidade sobreelevada de um esporão, este delimitado pela foz da ribeira de Vale de Prados e pelo rio Tuela. É sobre a ribeira e o rio, a SW, que as encostas são mais íngremes e pontuadas por várias «frentes» de rochedos.

— Tal «castro» é provido de numerosas linhas de muralhas em todas as suas encostas, muralhas que atingem por vezes 2m de altura mas que, num grande número de casos, se restringem a troços mais ou menos longos, sendo difícil ver quer o seu primitivo ponto de ligação, quer a(s) entrada(s).

— *O topo do monte é cercado por dois lances de muralhas, consideradas a 1.ª e a 2.ª muralhas superiores, mais ou menos visíveis, as quais passamos a descrever.*

Na encosta mais escarpada, pendente sobre o rio Tuela, os dois troços de muralha referidos alongam-se por toda a encosta W, indo embater nos penedos situados a SW do esporão, quase sobre a confluência do Tuela com a ribeira de Vale de Prados.

Na parte mais acessível do cabeço, por onde passa o actual caminho, a N, existe uma *terceira muralha* separada da anterior (2.ª muralha), em cerca de 90m. Apresenta uma grande extensão a descoberto o que permite ver o seu traçado trapezoidal, os muros com cerca de 1m de altura e, no canto NW, está patente um bastião ou saliência em forma de torre.

Martin H. refere que a presença de um caminho que a atravessa neste local, o impede de afirmar da existência de uma provável entrada por este lado.

A encosta Leste, usada até bem recentemente para a agricultura, também é provida de vários troços de muros, os quais se poderiam integrar, mais uma vez, *na terceira muralha avançada.*

Num ponto mais alto, e ainda nesta encosta, existem dois troços da 1.ª e 2.ª muralhas, os quais se ligam entre si numa construção não definida. É ainda aquele autor que sugere *que teria sido ou aqui ou a N, na já citada zona de acesso actual, que se deveria procurar a primitiva entrada na área fortificada.*

A Sul, além das duas muralhas superiores que se ligam mais ou menos claramente àquelas que temos vindo a referir - a Leste e a Oeste -, há, na parte média da encosta, vários troços de desmoronamentos e troços de muralhas, dispostos obliquamente em relação ao pendor da encosta.

— Acerca da existência dum tão elevado número de muros nas encostas Leste, Sudeste e Sul, Martin H. põe a hipótese de os mesmos não deverem ter um carácter eminentemente defensivo, mas antes poderem servir para criar socacos que, além de escorarem um provável caminho de acesso, permitiriam a implantação de habitações.

— A abertura de duas valas de sondagem, uma situada a N e coincidente com a brecha que o caminho abriu na terceira muralha (zona de entrada do «castro») - *corte 2* -, e uma outra NW, feita desde a 1.ª muralha superior aos rochedos que circundam a parte mais soerguida do povoado - *corte 1* - permitem tirar algumas ilacções interessantes acerca quer da construção das estruturas defensivas, quer da própria ocupação do cabeço de S. Juzenda.

No corte 1 verifica-se que a muralha atinge, na parte exterior, 2,40m, embora sobre a sua «frente interior» pouco se possa dizer pois para tal seria necessário proceder ao corte da própria muralha.

Analisando a estratigrafia desse corte (infelizmente descrita de forma muito sumária na publicação), e seguindo de perto a opinião expressa por Martin H., a face interior da muralha assenta num aterro de terra e pedras, o qual compensa o declive do solo de base, e parece ser formada, até à altura de 1m, por algumas camadas de pedras que formam como que «escadas». A partir daqui definir-se-ia a «frente interior» da muralha, a qual no corte não é claramente visível. É o próprio Martin H. que refere que o corte é pouco explícito pois embora anote como inquestionável a existência do aterro, o mesmo já não acontecerá com os degraus que tanto poderiam resultar de sucessivas alterações da «frente interior», como da efectiva existência de umas escadas de acesso constituídas por estreitas rampas ou degraus paralelos entre si, como acontece noutros castros.

No corte 2, realizado na terceira muralha, volta a parecer um aterro similar àquele apontado para o corte 1. Aqui é marcado, no seu topo, por um lajeado disposto em plano inclinado, o qual deve constituir uma rampa de acesso pela parte interior da muralha.

— Da descrição estratigráfica do corte 2, aquele com maior potência de terras, há a reter o seguinte: *Existem quatro «conjuntos» de estratos. O primeiro, inferior e assente directamente sobre a rocha, tem cerca de 15cm, integra-se no aterro e deve resultar da acumulação intencional de terras (previamente existentes no local) aquando da construção da muralha. O segundo «conjunto», formado de terras escuras e rico em espólio arqueológico e ossos de animais, vai «de encontro» aos «degraus» supracitados e corresponderá a uma fase durante a qual a muralha se encontrava já em funcionamento. Um terceiro, com terra mais queimada mais dura que a dos estratos anteriores, também se define «contra» a face interior da muralha e um quarto e último, que atinge uma maior extensão em área, coincide com o limite superior da própria muralha (ou melhor, daquilo que dela se conservou).*

A leitura vertical do corte estratigráfico parece ser mais elucidativa que o registo horizontal dos diferentes estratos pois, devido à exígua área intervencionada, Martin H. só refere, para o 2.º e 3.º «conjuntos» de estratos, *a existência de algumas lareiras e, eventualmente, de «encaixes de postes»*. Estes não definem estruturas habitacionais concretas mas podem apontar para a sua existência. Neste caso seriam feitas em materiais perecíveis.

— *O espólio exumado e publicado, apesar de bastante escasso, permite uma primeira, embora muito genérica, ordenação diacrónica dos principais «momentos» de ocupação patentes no povoado.*

Porém, como se trata da primeira e única sondagem feita em «castros» do Leste de Trás-os-Montes, torna-se difícil atribuir cronologias precisas pois, para tal, seria necessário *conhecer e distinguir*, quer ao nível do povoado em causa, quer a nível regional, *os elementos culturais internos característicos de determinado momento, daqueles produzidos sob influência exterior ou mesmo exteriores.*

Nos dois «conjuntos» de estratos inferiores, mas essencialmente no 2.º, além de ossos de animais e mós manuais, apareceu bastante cerâmica de fabrico manual que, pelos desenhos publicados, nos parece pré-histórica.

No «conjunto» de estratos 1 do corte 2, um vaso globular fechado e decorado com triângulos incisivos preenchidos interiormente com linhas horizontais de puncionamentos simples ou arrastados (SJ 421-II), e, no corte 1, base do estrato 1, um outro recipiente (SJ 150) em forma de calote esférica e decorado sob o bordo com uma faixa de três linhas de puncionamentos, sugerem uma ocupação anterior ao Bronze Final (o mesmo «conjunto» de estratos é, repetimos, anterior à construção da muralha).

Trata-se de recipientes cuja forma e decoração é comum a um grande número de povoados não fortificados recentemente estudados em Trás-os-Montes⁽²⁾, datados do III.º e dos inícios do II.º mil. a.C.. Na própria bacia de Mirandela, um abrigo sob rocha - O Buraco da Pala -, recentemente datado em três dos seus «momentos» de ocupação pelo C14 (datas que percorrem todo o III.º milénio a.C.), exhibe, em todos eles, cerâmica similar a esta dos estratos inferiores de S. Juzenda.

Embora estas formas e decorações apresentem uma longa pervivência cronológica nos povoados conhecidos, parece-nos sintomático que em S. Juzenda só apareçam em estratos anteriores à construção de linhas defensivas.

No «conjunto» de estratos 2, o número de achados é maior e daí talvez a maior diversidade de formas cerâmicas.

Encontram-se, além de taças em calote esférica (SJ 339-1), recipientes de forma tronco-cónica (SJ 339-IV), subcilíndrica (SJ 352-XXIX), globular (?) (SJ 319-III) - estes dois últimos decorados com pequenos puncionamentos ou «dedaças» sobre o lábio -, taças baixas de perfil anguloso (SJ 244) ou simplesmente muito abertas (SJ 336-IX).

Um grande número de recipientes parece ter o fundo plano, sendo este provido, por vezes, de um ressalto exterior.

Sobre estas cerâmicas que Martin H. coloca no Bronze recente, diremos tão só que se trata de formas já comuns a alguns povoados fortificados numa área mais litoral do país - S. Julião-Vila Verde⁽³⁾, N.ª Sr.ª da Guia-Baiões e Coto da Pena-Caminha⁽⁴⁾ - ou não fortificados - Lavra ou Alto da Caldeira-Serra da Aboboreira⁽⁵⁾, datados ou datáveis de entre o X.º e o VII.º séculos a.C..

Da limpeza do perfil do corte 1, portanto sem contexto estratigráfico, foi publicado um pequeno fragmento cerâmico (SJ 249), de superfícies brunidas e com uma decoração que nos parece de «tipo Baiões». Este facto poderia constituir um indício do prolongamento, para a área da teceira muralha, portanto fora do reduto defensivo interior, da ocupação do Bronze Final.

Contudo, na ausência de uma localização estratigráfica precisa - o fragmento pode ter resultado de escorrimientos de terras da parte superior -, e de uma descrição particular do fragmento, fica-nos somente a sugestão da provável integração de S. Juzenda, já no interior de Trás-os-Montes, num grupo de povoados que mantêm, no Bronze Final, relações supra-regionais ditas *atlânticas*.

Tal como Martin H. acentua, é no Bronze Final que se constrói e entra em funcionamento o reduto

defensivo superior de S. Juzenda. Este facto alerta-nos com certeza para a existência de eventuais ocupações fortificadas anteriores quer à I. do Ferro, quer à romanização noutros «castros» da região, hipótese que a ausência de escavações não permite confirmar ou precisar. Só num caso, já referido (*Vd. ponto 1.3.1.2.*) - *o da Muralha - Vale de Telhas* -, a simples prospecção permitiu a identificação duma ocupação conectável cronologicamente com o primeiro povoamento de S. Juzenda, embora nada saibamos do início da fortificação daquele povoado.

No terceiro «conjunto» de estratos, dois fragmentos de recipientes cerâmicos (SJ 202 e SJ 114), ainda de fabrico manual, permitem a Martin H., atribuir esta ocupação à Idade do Ferro e, o quarto «conjunto», com cerâmica feita a torno, *tegulae* e moedas tardo-romanas (cunhadas nos meados do séc. IV), corresponderá à romanização do povoado já no Baixo Império.

Pertencerão a esta fase as casas redondas, feitas em pedra, que aparecem já fora da área interencionada, pois inserem-se no mais recente «conjunto» de estratos. Tal não invalida que tenham existido estruturas pétreas em estratos anteriores.

Na prospecção havia aparecido uma fíbula de pé alto fechado, em bronze e com eixo de ferro⁽⁶⁾, que actualmente se guarda no Museu Abade de Baçal em Bragança e pertence ao designado «tipo transmontano» (de José Fortes).

Com uma larga expansão no N de Portugal, estas fíbulas integrar-se-iam cronologicamente, seg. Armando Coelho⁽⁷⁾, na 2.^a Idade do Ferro - La Tene I (aprox. séc. V-I^o a.C. na área atlântica), e, em S. Juzenda o exemplar citado, poderá eventualmente articular-se com o terceiro «conjunto» de estratos..

Embora baseadas somente nas publicações de Martin Höck e Luís Coelho, não pretendemos, apesar da extensão desta exposição, fazer uma nova publicação dos dados, mas tão só anotar algumas reflexões que a documentação publicada em português nos sugeriu.

Ficamos com a impressão que o extenso «castro» de S. Juzenda, apesar da exígua área interencionada, se revelou, mesmo assim, um rico e promissor povoado em termos de documentação arqueológica. Parece aí atestada uma longa pervivência de populações desde provavelmente o III/II^o mil. a.C. ao séc. IV da nossa era, mas cujas diferentes «ocupações» se tornaria urgente estudar na sua especificidade. S. Juzenda pode constituir, em termos documentais, um «marco» ou referencial do máximo valor, no estudo da evolução do povoamento pré e proto-histórico e mesmo da romanização, no Leste de Trás-os-Montes.

Referências:

- (1) HÖCK, M. e L. COELHO (1974-77), O castro de São Juzenda em Valde de Prados, Mirandela (Nota preliminar), *O Arq. Port.*, série III, vols. VII a IX, pp. 203-208; HÖCK, M. (1980), Corte estratigráfico no Castro de S. Juzenda (concelho de Mirandela), *Actas do Sem. de Arq. do Noroeste Penins.*, vol. II, pp. 55-70 e 7 figs.
- (2) Povoados do «Planalto Mirandês» - Cunho e Barrocal Alto *Vd. SANCHES, M.J. (1988), Contribuição para o Estudo da Pré-história Recente no Planalto Mirandês*, Trab. apresentado à Fac. de Letras do Porto, em 10 de Nov. de 1988, no âmbito das Provas Públicas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica (*Policopiada*), e povoados da bacia de Chaves-V.^a P.^{ca}. de Aguiar - Mairós, Pastoria e Castelo de Aguiar *Vd. JORGE, S.O. (1986), Povoados da Pré-história Recente da Região de Chaves - V.^a P.^{ca}. de Aguiar*, IAFLUP, Porto.
- (3) MARTINS, M. (1985), A ocupação do Bronze Final da citânia de S. Julião, em Vila Verde, *Trab. da Soc. Port. de Antrop. e Etnol.*, t. XXV, fasc. 2-4, Porto, pp. 197-240.
- (4) COELHO, A. (1986), *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Mus. Arq. da Cit. de Sanfins, Paços de Ferreira.
- (5) SANCHES, M.J. (1988), O povoado da Lavra (Marco de Canaveses), *Arqueologia*, n.º 17, Porto, pp.125-134; JORGE, S.O. (1980), Sondagens Arqueológicas na estação do Alto da Caldeira (Baião), *Arqueologia*, n.º 2, Porto, pp. 67-76.
- (6) HÖCK, M. e L. COELHO (1972), Materiais metálicos da colecção arqueológica do Museu do Abade de Baçal em Bragança, *O Arq. Port.* série III, vol. VI, págs. 221 e 222.
- (7) *Vd. nota 4, pág. 189.*

2.1.5. Regato da Vacaria

Topónimo - Regato da Vacaria

Freguesia - Múrias

Coordenadas de um ponto central da estação:

Latitude - 41° 35' 00" N

Longitude - 1° 58' 26" E de Lx.

Alt. absoluta - 300m (seg. a Carta Militar de Portugal na esc. 1/25 000, folha n.º 63)

O acesso a esta estação é facilitada pela E. N. n.º 206 - 1, via esta que estabelece a ligação entre a Vila de T. de D. Chama e a cidade de Mirandela. Ao Km. 9 dever-se-á tomar o caminho carreteiro que daqui

parte em direcção a W. Na sua segunda bifurcação, à esquerda, inicia-se um outro caminho, que, dirigindo-se sempre para SW, vai culminar justamente no cimo do monte onde está implantado o «castro».

Trata-se de um pequeno cabeço (um «remate» da montanha que se estende mais para Leste), de encostas bastante declivosas e cujo sopé N, W e S, é marcado por três cursos de água: o Regato da Vacaria, rio Tuela e o Regato da Cova, respectivamente.

Neste povoado não detéctamos qualquer estrutura habitacional, mas somente uma linha de muralha com cerca de 1,20m de espessura que contorna todo o monte a meia encosta. É de aparelho regular e contínuo com lajes de xisto grauvaquico de pequenas dimensões.

Tal como o Dr. Francisco Sande Lemos, que em 1984, identificou este povoado⁽¹⁾, não encontramos qualquer espólio que especifique melhor a ocupação humana aqui patente, indicada unicamente pela estrutura defensiva. Talvez isso se deva ao fraco revolvimento actual do solo.

De qualquer modo, é de referir que este esporão fortificado apresenta uma implantação topográfica e geográfica assim como uma configuração, similares ao de S. Juzenda, este situado a cerca de 2Km. mais a N. Distingue-se daquele, por possuir, à primeira vista, somente uma linha de muralhas.

Referências:

(1) Levantamento Arqueológico da Terra Quente Transmontana - concelho de Mirandela. Conjunto de fichas descritas das estações arqueológicas que aquele autor nos permitiu consultar. Por tal razão mostramos aqui o nosso agradecimento.

2.1.6. A «Cidade» ou Fraga do Penedo

Topónimo - Fraga do Penedo

Freguesia - Mascarenhas

Coordenadas de um ponto central da estação:

Latitude - 41° 33' 38" N

Longitude - 1° 59' 05" E de Lx.

Alt. absoluta - 356m (Seg. a Carta Militar de Portugal, na esc. 1/25 000, folha n.º 63)

A «cidade» ou Fraga do Penedo situa-se num monte de média altitude, a escassos 750m para W da povoação de Mascarenhas e o acesso faz-se por um caminho carreteiro que passa precisamente no sopé N da encosta.

O povoado fortificado em questão implanta-se no topo deste monte de perfil cónico, quase completamente rodeado por cursos de água de médio volume: a SW, S e W é contornado pela Ribeira da Cidade e, a N, por um riacho afluente da ribeira anterior.

Não temos condições de apreciar as dimensões do povoado, nem sequer de calcular o provável espaço intra-muros devido a duas ordens de razões. Por um lado, o monte foi arroteado a N, para o plantio de pomares e olivais, não restando aí qualquer estrutura habitacional visível e, por outro, o material arqueológico espalha-se caoticamente por vastas áreas dessa encosta mas sem acusar concentrações particulares. Nas outras zonas do monte, pelo contrário, regista-se uma quase ausência de espólio de superfície, facto que pode ter a ver somente com afalta de revolvimentos recentes do terreno.

No entanto, a realidade actualmente descrita contrasta com aquela que em 1904 José Fortes⁽¹⁾ noticiá. Segundo o mesmo, existiram aí restos de casas circulares, quadrangulares e ainda muros defensivos.

Por outro lado, só do lado SW do monte, precisamente num local onde se erguem imponentes fragas de xisto grauvaque, detectámos dois muros - prováveis linhas de muralha (?) - com cerca de 1,40m de largura e constituídas com pequenas lajes dispostas em aparelho irregular. Outras partes do monte, mais vulneráveis em termos defensivos, apesar de as encostas serem bastante declivosas, não acusam qualquer estrutura defensiva.

À superfície, recolhemos inúmeros fragmentos cerâmicos - *tegulae*, tijolo e cerâmica romana de uso doméstico - e, Francisco Sande Lemos encontrou ainda aí um fragmento de mó e um peso de xisto⁽²⁾. Desconhecemos, no entanto, onde se poderá encontrar o espólio noticiado por José Fortes⁽³⁾ o qual consistiria em moedas romanas, cerâmica, trituradores e fíbulas de bronze de tipo circular.

Trata-se, sem dúvida, de um povoado fortificado, ocupado na época romana.

Referências:

(1) Referência feita por ALVES, F. M. (1975²), *Memórias Arqueológico - Históricas do Distrito de Bragança*, Tomo IX, Bragança, pág. 181.

(2) Levantamento Arqueológico da Terra Quente Transmontana - concelho de Mirandela. Conjunto de fichas descritivas das estações arqueológicas, elaboradas pelo Dr. Francisco de Sande Lemos.

(3) d. Ref.³ 1.

2.1.7. *Senhora do Viso*

Topónimo - Senhora do Viso

Freguesia - Mascarenhas

Coordenadas de um ponto central da estação:

Latitude - 41° 32' 12" N

Longitude - 1° 58' 46" E de Lx.

Alt. absoluta - 345m (Seg. a Carta Militar de Portugal, na esc. 1/25 000, folha n.º 77)

Quem seguir na E. N. n.º 206 - 1 (a qual liga T. de D. Chama a Mirandela), deve tomar entre o Km 15 e o 16, no centro da povoação de Valbom dos Figos, o rumo SE e seguir pela estrada hoje alcatroada que se dirige a Vale Pereiro. A partir desta, um caminho carreteiro de traçado rectilíneo, alcança o topo aplanado do monte onde está implantado o povoado fortificado de Nossa Senhora do Viso, encimado por uma capela.

É um monte de média altitude e de encostas pouco declivosas ou mesmo suaves, e no seu sopé N, corre a Ribeira do Viso.

Dadas as condições orográficas deste local, as quais o tornam razoavelmente propício às práticas agrícolas, a estação foi quase completamente destruída.

Contudo, encontramos ainda na vertente SW vestígios de uma linha defensiva de aparelho irregular e constituída por lajes de xisto quartzítico de pequenas dimensões. Aliás, já F. M. Alves, quando visitou o monte por volta de 1930, referiu o elevado grau de destruição desta muralha (¹).

No topo NE, o revolvimento dos sedimentos motivado pela construção do santuário, pôs a descoberto fragmentos de cerâmica comum e *tegulae*, datáveis do período romano.

Referências:

(¹) ALVES, F. M. (1975²), *Memórias Arqueológico - Históricas do Distrito de Bragança*, Tomo IX, Bragança, pág. 458.

2.1.8. *S. Martinho de Cima ou Castelo do Mourel (Est. XVIII-2)*

Local - Quinta da Raposeira

Freguesia - Mirandela

Coordenadas de um ponto central da estação:

Latitude - 41° 29' 29" N

Longitude - 1° 58' 10" E de Lx

Alt. absoluta - 288m (Seg. a Carta Militar de Portugal, na esc. 1/25 000, folha n.º 77)

Quem de Mirandela se dirige para Cedães pela E. N. n.º 315, a escassos mil metros do cruzamento da estrada, deverá seguir pelo caminho carreteiro que outrora estabelecida a ligação com a povoação de Vale de Madeiro. Após 800m do percurso, dever-se-á tomar o rumo W através de um outro caminho carreteiro, o qual vai contornar o monte de S. Martinho de Cima no seu sopé S e SW.

Trata-se de um monte alongado no sentido SE-NW, rodeado por três cursos de água dos quais a Ribeira de Mourel é o mais importante, e pontuado por 3 cabeços. É o cabeço mais alto, situado a 288m de altitude, aquele que insere o povoado fortificado em questão. É ainda este que apresenta encostas mais declivosas.

Apesar da destruição evidente desta estação - facto para o qual concorreu a agriculturagem de toda esta área -, é ainda visível, a SW e W, uma linha defensiva que se intercala com os fragedos xistosos. A W, define-se uma outra linha de muralha, distante da anterior cerca de 5m. Ambas são constituídas por pequenas lajes de xisto quartzítico, dispostas irregularmente, mas o grande escorrimento das terras, provocado pela erosão, não permitiu avaliar das dimensões efectivas destas linhas defensivas.

Na zona N desta estação foi já feita, sob a responsabilidade do Dr. F. S. Lemos, uma sondagem arqueológica. Desconhecemos os seus resultados, uma vez que não foram publicados e, o corte visível que resultou de tal escavação encontra-se já de tal modo derrubado, que não nos permitiu obter qualquer informação específica.

Também já não se vêem os «alicerces de casas circulares e rectangulares e dos sulcos cavados artificialmente na rocha», de que F. M. Alves fala nas suas Memórias IX (¹).

É sim visível, na vertente N, uma quantidade enorme de espólio arqueológico, caoticamente espalhado por toda a encosta.

Aí recolhemos fragmentos de cerâmica de uso doméstico, lisa e feita ao torno, *tegulae*, tijolo, mós circulares com perfuração central e uma «peça» de cantaria toscamente talhada.

F. M. Alves noticia ainda a existência de «pesos de barro» e «cantarias lavradas» ⁽²⁾.

Parece-nos portanto evidente a ocupação romana deste povoado, já classificado como Imóvel de Interesse Público, pelo Decreto-Lei n.º 40361 de 20/10/1955 ⁽³⁾.

Referências:

⁽¹⁾ ALVES, F. M. (1975²), *Memórias Arqueológico - Históricas do Distrito de Bragança*, T. IX, p. 471.

⁽²⁾ *Idem, ibidem*

⁽³⁾ *Imóveis Classificados*, I.P.P.C., (1986), Lisboa, p. 50.

2.1.9. Alto do Prado do Castelo

Topónimo - Alto do Prado do Castelo

Lugar - Vila Verdinho

Freguesia - Cedães

Coordenadas de um ponto central da estação:

Latitude - 41° 29' 35" N

Longitude - 2° 02' 20" E de Lx.

Alt. absoluta - 540m (Seg. a Carta Militar de Portugal, na esc. 1.25000, folha n.º 77).

A leste da povoação de Cedães, partem vários caminhos carreteiros em direcção a Vila Verdinho.

Para se atingir o cabeço do Alto do Prado do Castelo, deve-se progredir rumo a N, até ao local do Barreiro. Aqui este caminho bifurca, sendo o da direita, aquele que se dirige a NE, o que conduz ao Alto do Prado do Castelo.

No topo deste monte, situa-se um povoado fortificado onde se conservam vestígios arqueológicos bem evidentes e em bom estado de conservação.

O monte onde se implanta o povoado corresponde precisamente ao «remate», sobre a confluência de duas linhas de água, da zona montanhosa que se desenvolve para SE.

A orografia particular do terreno confere ao local excepcionais condições naturais de defesa: o acesso a partir da montanha, a E, SE e Sul, é difícil; a SW, W e N, as vertentes são muito declivosas; a NW, a encosta é mais suave, mas é pontuada na sua base pela confluência de dois cursos de água.

Como atrás referimos, o estado de conservação do povoado permite uma razoável definição das respectivas estruturas defensivas que passamos a descrever.

A E existem duas linhas de muralha com cerca de 50m de comprimento que se dirigem a enormes fraguados em granito presentes tanto a N como a S. De aparelho irregular, compõem-se de lajes em granito de tamanho médio. O derrube não permite supor sequer a largura original destas estruturas defensivas.

Para colmatar as falhas defensivas existentes entre as fragas situadas mais a N, foi construído aí um pequeno «muro», do qual infelizmente apenas podemos observar um imenso derrube.

A W está presente apenas uma linha de muralha de características similares àquelas anteriormente referidas. A orografia desta encosta deve ter tornado perfeitamente dispensável a construção de uma segunda barreira defensiva.

Todo o cume deste monte está pejado de pequenos montículos caóticos de lajes, os quais, em nosso entender, devem ser decorrentes de acções de «limpeza» do terreno para as práticas agrícolas.

O espólio arqueológico que recolhemos junto às duas linhas defensivas, a N, reduz-se a fragmentos de *tegulae*. Contudo, a presença no Alto do Prado do Castelo de uma capela em ruínas de origem medieval, pode ser um indicador de uma longa permanência de populações no local, presumivelmente desde a Idade do Ferro até à Idade Média.

Referências: inexistentes.

2.1.10 Santa Catarina

Topónimo - Santa Catarina

Lugar - S. Pedro de Vale do Conde

Freguesia - Marmelos

Coordenadas de um ponto central da estação:

Latitude - 41° 25' 12" N

Longitude - 1° 55' 45" E de Lx.

Alt. absoluta - 440m (Seg. a Carta Militar de Portugal, na esc. 1.25000, folha n.º 90).

Da povoação de S. Pedro de Vale do Conde parte um caminho carreteiro em direcção a SE, o qual conduz precisamente ao local onde se define este povoado fortificado, hoje encimado por um santuário em honra de Santa Catarina.

Trata-se de um dos inúmeros morros que precedem o vale da Ribeira de Vila Verde, estabelecendo a ligação entre a massa de relevos moles e baixos da parte S da bacia depressionária de Mirandela e a região mais acidentada que o rio Tua transcorre a partir de Marmelos.

O monte de St.^a Catarina apresenta condições naturais de defesa, materializadas quer na altitude que atinge sobre o relevo circundante, quer na configuração declivosa de três das suas encostas - N, W e S. O acesso a partir da montanha que se desenvolve para NE, embora com um desnível topográfico de pouca monta (c. de 15m), implicaria, desde logo, que se tivesse escalado também as suas encostas igualmente acidentadas.

Pelas encostas escorrem pequenos cursos de água subsidiários da Ribeira de Vila Verde, afluente do Tua.

Apesar do mau estado de conservação do povoado, facto este decorrente da cristianização do local, consumado na edificação de um santuário, bem como da agriculturagem intensa das suas vertentes N e W, ainda são visíveis vestígios de duas linhas de muralha, localizadas na encosta NW e N.

Tais muralhas distam entre si aproximadamente 5m e intercalam-se nas fragas de xisto quartzítico aqui existentes. Tem cerca de 1,20m de largura e constituem-se por um aparelho irregular de pequenas lajes de xisto.

O revolvimento dos sedimentos trouxe à superfície inúmeros fragmentos cerâmicos, bem como escórias de metal (ferro?) fundido. Estes são sobretudo visíveis na encosta NW, junto à 1.^a linha de muralha.

O material cerâmico recolhido por nós apenas atesta uma ocupação do local no período romano, já que se compõe essencialmente de fragmentos de *tegulae* e cerâmica industrial romana, e, F. M. Alves refere ainda o aparecimento de mós manuais (¹).

O povoado fortificado de St.^a Catarina, do qual não se conservou qualquer estrutura habitacional, é de difícil atribuição cronológica e cultural. Pelos vestígios é-nos permitido tão só afirmar que se trata de uma estação ocupada durante o período romano.

Referências:

(¹) ALVES, F. M. (1975²), *Memórias Arqueológico - Históricas do Distrito de Bragança*, T. IX, p. 708.

2.1.11. Fraga do Castelo

Topónimo - Fraga do Castelo

Lugar - Vale de Sancha

Freguesia - Frechas

Coordenadas de um ponto central da estação:

Latitude - 41° 23' 08" N

Longitude - 1° 59' 03" E de Lx.

Alt. absoluta - 408m (Seg. a Carta Militar de Portugal, na esc. 1.25000, folha n.º 91).

O acesso a esta estação é feito pela estrada alcatroada que liga o Cachão a St.^a Comba da Vilariça. Esta contorna o remate de esporão onde se implanta o povoado justamente na sua meia encosta W.

A estação em causa é sobranceira ao vale já apertado da Ribeira da Fragosa, o qual anuncia o rio Tua.

Estamos perante um povoado de montanha, situado nas faldas duma zona de altos relevos, na base dos quais se começa a encaixar o baixo curso do Tua.

A pequena plataforma que insere o povoado é de difícil acesso porque as encostas voltadas a N e W são abruptas. A Leste o acesso faz-se pela montanha, mais alta, mas, também é precisamente aí que localizámos uma linha de muralha orientada no sentido N-S.

Na construção desta barreira artificial de cerca de 1,10m de largura, foram usadas lajes de xisto quartzítico de pequenas dimensões, dispostas regularmente.

Toda a presumível área intra-muros se encontra pejada de enormes fragedos. É possível que as estruturas habitacionais se concentrassem na zona mais espaçosa a SE, onde detectámos os vestígios de uma

casa de pedra de forma subcircular provida de um vão de entrada com 1m de largura, o qual é ladeado de dois pequenos muretes.

À superfície só aparece *tegulae*, cerâmica romana, uma e incharacterística, outra. Deste modo, o povoado fortificado Fraga do Castelo atesta uma incontestável ocupação no período romano mas não temos condições de avaliar do seu povoamento em época anterior.

Referências: inexistentes.

2.1.12. Vila Velha ou Vila Verde

Topónimo - Vila Velha

Freguesia - Vila Verde

Coordenadas de um ponto central da estação:

Latitude - 41° 26' 34" N

Longitude - 2° 02' 12" E de Lx.

Alt. absoluta - 540m (Seg. a Carta Militar de Portugal, na esc. 1.25000, folha n.º 91).

O caminho carreteiro que a Leste da aldeia de Vila Verde parte em direcção a Estojais, contorna, pelo lado NE, o local onde se implanta a Vila Velha.

O povoado situa-se num pequeno esporão definido pela confluência de 2 cursos de água com a Ribeira da Figueirinha Brava, sendo acessível somente a partir do peneplano, o qual se estende para NE e Leste.

Sobre os cursos de água as vertentes são muito declivosas, mas, a Leste, na zona de acesso, detectámos um derrube de uma estrutura pétreia de xisto que nos parece corresponder a uma linha defensiva.

A espessa vegetação que cobre o esporão mal deixa ver as construções de aspecto circular, mas bastante danificadas, que aí observámos. A mesma vegetação, e o solo endurecido também, não permitiram achados de superfície.

Deste modo, só uma sondagem arqueológica poderia indicar a presumível cronologia do povoado.

Referências: inexistentes.

2.1.13. Cabeço do Mouro

Topónimo - Cabeço do Mouro

Freguesia - Vila Verde

Coordenadas de um ponto central da estação:

Latitude - 41° 26' 02" N

Longitude - 2° 01' 57" E de Lx.

Alt. absoluta - 509m (Seg., a Carta Militar de Portugal, na esc. 1.25000, folha n.º 91).

Da povoação de Vila Verde, parte, em direcção a SSE, um caminho carreteiro, que, além da Ribeira da Figueirinha Brava, vai atravessar justamente o topo do Cabeço do Mouro.

O Cabeço do Mouro é um pequeno promontório definido na meia encosta da zona montanhosa que se estende para Leste. Tal promontório é sobranceiro à Ribeira da Figueirinha Brava, sobre a qual apresenta uma vertente muito declivosa. Das encostas deste cabeço partem vários cursos de água de fraco volume que se dirigem essencialmente para S, para a Ribeira de Vale do Covo.

Não conseguimos ver, por entre a vegetação, qualquer estrutura defensiva ou habitacional. À superfície encontrámos somente um fragmento de cerâmica lisa, manual, o qual poderá indicar a ocupação do monte, mas em época indeterminada.

Referências: inexistentes.

2.1.14. Castelo ou Poço dos Mouros

Topónimo - Santa Catarina

Freguesia - Abreiro

Coordenadas de um ponto central da estação:

Latitude - 41° 20' 51" N

Longitude - 1° 49' 47" E de Lx.

Alt. absoluta - 415m (Seg. a Carta Militar de Portugal, na esc. 1.25000, folha n.º 104).

O acesso a esta estação faz-se por um caminho carreiteiro que parte do topo NW da aldeia de Abreiro e se dirige precisamente ao monte de Santa Catarina.

Situado nas faldas W de uma alargada montanha encimada pelo marco geodésico de Barbeiro (510m), vai destacar-se como pequeno promontório isolado na meia encosta menos declivosa, a 415m de altitude. A partir daqui as encostas N, Leste e Sul tornam-se abruptas e são pontuadas na sua base pela confluência de pequenos cursos de água que, logo adiante, desaguam no Tua.

O monte é encimado pelo Santuário de Santa Catarina e, segundo informações orais prestadas pelo Sr. Cândido, motorista da C. M. de Mirandela que no Verão de 1988 participou nas obras de acesso à capela, teria sido nessa altura que se arrasou totalmente a muralha que existia a N e que F. S. Lemos nos dá notícia ⁽¹⁾.

Tal muralha delimitava um perímetro de cerca de 200m e intercalava-se, no topo da encosta, com enormes fragedos graníticos.

Desta remoção de terras, resultou unicamente uma grande quantidade de fragmentos de *tegulae*.

Contudo, F. M. Alves dá-nos conta do aparecimento, neste local, de uma «enorme quantidade de cerâmica fragmentada dos castros, telhas de rebordo, tijolos, mós manuais e pedras roladas do rio» ⁽²⁾.

O estudo particular destes materiais, cujo destino desconhecemos, poderia vir a fornecer dados acerca da cronologia do povoado. Mas, com os elementos de que dispomos, limitamo-nos a sugerir que o Monte de Santa Catarina, além de romanizado, pode ter contado, eventualmente, com uma ocupação anterior.

Referências:

⁽¹⁾ Levantamento Arqueológico da Terra Quente Transmontana - concelho de Mirandela. Conjunto de fichas descritivas das estações arqueológicas, elaboradas pelo Dr. Francisco de Sande Lemos.

⁽²⁾ ALVES, F. M. (1975²), *Memórias Arqueológico - Históricas do Distrito de Bragança*, T. IX, Bragança, pp. 697.

2.1.15. Muro

Topónimo - Muro

Freguesia - Lamas de Orelhão

Coordenadas de um ponto central da estação:

Latitude - 41° 26' 13" N

Longitude - 1° 50' 44" E de Lx.

Alt. absoluta - 500m (Seg. a Carta Militar de Portugal, na esc. 1.25000, folha n.º 90).

Da E.N. n.º 15 - Porto-Bragança -, entre o seu km 165 e 166, parte uma estrada alcatroada que conduz ao centro de Lamas de Orelhão. A estação do *Muro* implanta-se no morro onde actualmente se encontra o cemitério e o nome advém-lhe das muralhas de que era cercada, as quais, segundo J. L. Vasconcelos ⁽¹⁾ foram sendo utilizadas para edificar «a villa nova em logar mais commodo», isto é, a presente aldeia no sopé do morro.

O monte insere-se no conjunto de relevos moles e baixos, contíguos à Serra de Passos/St.ª Comba, e, deste modo, integra-se já na parte baixa da bacia depressionária do rio Tua. O morro é de perfil cónico e de encostas acidentadas; é ainda rodeado por dois cursos de água que, descendo da Serra, a NW, vão dar origem à Ribeira de Orelhão.

A despeito das remoções de terras decorrentes quer da construção do cemitério no topo, quer da agricultura de cereais e olival, praticada tanto no cume como nas encostas, ainda são visíveis a SW, vestígios arqueológicos correspondentes a um sistema defensivo, complementado a S e E por grandes fragedos em xisto quartzítico.

Segundo o *Tombo de S. Sebastião do Cobro* de 1688 ⁽²⁾, o morro era precedido, a N, de um fosso e, intra-muros ou dentro da *Cerca*, viviam nessa altura ainda alguns moradores.

O revolvimento a que os sedimentos desta estação têm estado sujeitos, tornou visível à superfície algum espólio arqueológico composto essencialmente por fragmentos cerâmicos - *tegulae*, cerâmica de uso doméstico feita ao torno, lisa, de paredes finas e de cor cinzenta.

Temos ainda notícia da recolha neste local de «muitas moedas consulares, imperiais e góticas»⁽³⁾, cujo destino desconhecemos.

Estes achados atestam uma longa pervivência de populações no Muro, presumivelmente desde a Idade do Ferro ou da Romanização à actualidade. A ocupação medieval, além de atestada pelo pelourinho, é comprovada pelas fontes escritas. D. Afonso III, em 1259, concede uma Carta de Foral a Lamas de Orelhão transformando-a em Vila⁽⁴⁾.

Referências:

- (1) VASCONCELOS, J. L. de (1902), *Archeologo Português*, vol. 7 (1), Lisboa, p. 14.
 (2) Referência feita por F. M. ALVES (1975²), *Memórias Arqueológico - Históricas do Distrito de Bragança*, T, IX, Bragança, págs. 447 e 448
 (3) *Vd. nota 1.*
 (4) *Vd. nota 2, pág. 527.*

2.1.16. *Castelo do Rei de Orelhão*

Topónimo - Rei de Orelhão
 Freguesia - Lamas de Orelhão
 Coordenadas de um ponto central da estação:
 Latitude - 41° 26' 48" N
 Longitude - 1° 49' 4" E de Lx.
 Alt. absol. - 883m (Seg. a Carta Militar de Port. na esc. 1.25000, folha 90).

O acesso ao Castelo do Rei de Orelhão faz-se a partir da EN n.º 15 (Porto-Bragança). Ao km 163, parte um caminho florestal em direcção à Serra, o qual passa ao lado do destacado monte onde se define a fortificação.

Trata-se da mais imponente elevação que pontua a extremidade Sul da Serra de Passos, e é encimada por um marco geodésico com 880m de altitude.

O monte de Orelhão apresenta reais condições naturais de defesa, pois o acesso mais fácil só se faria a partir da própria Serra, portanto pelo lado N.

Ao contrário da maioria dos povoados fortificados que observámos neste concelho, o monte não se apresenta aplanado no seu topo, nem aí se define qualquer plataforma. O seu perfil é perfeitamente cónico.

A N e a NE enormes fragedos dispensariam a construção de estruturas defensivas; a S existe uma única linha de muralha e, a NW, duas imponentes muralhas distam entre si cerca de 8m.

Apesar do seu deplorável estado de conservação - a imagem que nos ficou da prospecção, foi a de um grande derrube -, julgamos que tais linhas defensivas, de aparelho rude e feito à base de grandes blocos de xisto quartzítico, deveriam ter no mínimo 2m de largura.

Esta estação tem sido alvo de permanentes destruições, pois aí se tem ido buscar grandes camionetas de pedra para britar estradas. Porém, além de um machado polido que um pastor nos mostrou e disse ter aí encontrado, não vimos qualquer espólio à superfície, nem conseguimos distinguir nenhuma estrutura habitacional.

Trata-se de um recinto fortificado muito destruído de que não sabemos determinar a época.

Referências:

Todas as referências que conhecemos focam unicamente a lenda do Rei Orelhão, lenda que se liga mais estritamente à fortificação de Santa Comba, já fora deste concelho.

2.1.17. *Fraga do Castelo (Est. XVIII-1 e 2)*

Topónimo - Castelo
 Freguesia - Passos
 Coordenadas de um ponto central da estação:
 Latitude - 41° 28' 9" N
 Longitude - 1° 51' 5" E de Lx.
 Alt. absol. - 730m (Seg. a Carta Militar de Port. na esc. 1.25000, folha n.º 76).

O acesso a esta estação é feito do mesmo caminho dos Serviços Florestais que parte da povoação de Passos, passa nos abrigos com pintura esquemática do Regato das Bouças, para se dirigir ao topo da Serra, ao Cruzeiro.

Localiza-se frente ao abrigo com pinturas n.º 2, numa falésia em esporão que cai abrupta sobre a margem esquerda do Regato das Bouças.

O acesso ao reduto fortificado, ou seja, ao esporão, é feito unicamente pelo lado W, direcção para onde aquele se alonga sem grande desnível.

É precisamente deste lado, no acesso, que se encontra uma espessa muralha de 1,20m de largura, feita de pedra solta e argamassa, que parte da entrada do esporão e se alonga até à falésia do topo Sul.

Adentro da muralha e, nalguns casos, adossado a ela, surgem muros que definem pequenas construções circulares.

No topo N da muralha, encontram-se as ruínas de um torreão oval, feito de aparelho regular e preenchido por argamassa branca.

As estruturas referidas ocupam uma zona ínfima da entrada do esporão. Além daquelas, define-se uma alargada plataforma, pontuada por algumas pedras soltas, mas onde não foi possível detectar qualquer indício que nos identificasse arqueologicamente este recinto fortificado.

Referências: inexistentes.

2.1.18. Arasto

Topónimo - Arasto

Freguesia - Sucções

Coordenadas de um ponto central da estação:

Latitude - 41° 28' 43" N

Longitude - 1° 51' 7" E de LX.

Alt. absol. - 703m (Seg. a Carta Militar de Port., na esc. 1.25000, folha n.º 76).

Da aldeia de Sucções parte para SW um caminho carreteiro que conduz directamente ao Arasto, no extremo NE da Serra de Passos.

Trata-se de um real esporão que remata a encosta NE da Serra, sobranceiro à bacia depressionária de Mirandela. O mesmo é ladeado por dois cursos de água: a NW desce através de um vale alcantilado a Ribeira de S. Domingos e, a SE, corre o Regato da Figueirinha.

A plataforma onde se define o povoado fortificado, tem excepcionais condições de visibilidade sobre as zonas circundantes, todas mais baixas. As encostas, muito abruptas, também tornam o esporão inacessível, à excepção da «entrada» SW que parte da Serra de Passos. Contudo, a NE, no topo da falésia, é visível um troço de uma linha de muralha, com cerca de 2m de largura e 100m de comprimento, mas muito destruída.

Por sinal, na zona de mais fácil acesso, pela Serra, não se vê qualquer estrutura defensiva.

Na parte média desta plataforma, observam-se abundantes montículos de pedra que nos parecem corresponder a restos de uma estrutura habitacional. Esta aproveitaria ainda na sua parede uma das fragas que limitam a plataforma a NE.

Não encontrámos, nem temos notícia, do aparecimento de qualquer espólio arqueológico neste local.

Supomos que se trata de uma estrutura defensiva, ou, eventualmente, de um povoado fortificado, mas de época indeterminada.

Referências: inexistentes.

2.1.19. Cabeço Murado

Topónimo - Cabeço Murado

Freguesia - Caravelas

Coordenadas de um ponto central da estação:

Latitude - 41° 25' 45" N

Longitude - 2° 2' 55" E de Lx.

Alt. absol. - 636m (Seg. a Carta Militar de Port. na esc. 1.25000, folha n.º 91)

O acesso a esta estação faz-se a partir da aldeia de Caravelas de onde partem, para W, para o peneplano, vários caminhos carreteiros. De Estojais, para SW, segue um outro caminho que atinge o Cabeço Murado. Este situa-se num esporão o qual remata as superfícies aplanadas que se alongam para N e NE.

Tal esporão é circundado por dois vales profundos - o da Ribeira de Vale do Covo, a S, e o da ribeira da Figueirinha Brava, a NE.

A topografia confere-lhe um vasto domínio da paisagem em todas as direcções.

Apesar da sua proeminência topográfica, uma comprida linha de muralha desenvolve-se ao longo de toda a zona de acesso ao esporão, isto é, contorna-o em arco pelo seu lado N e S. Tem cerca de 90 cm de largura, é de aparelho irregular e compõe-se de pequenas lajes de xisto.

Intra-muros define-se um espaço de cerca de 4ha, nos quais as estruturas habitacionais dificilmente se definem por entre a vegetação. A Leste parece ter existido um torreão de planta circular, mas o derrube não permite que lhe façamos uma descrição mais precisa.

À superfície recolhemos alguns fragmentos de cerâmica lisa, manual, muito «boleados» e incaracterísticos.

O Cabeço Murado é, sem dúvida, um extenso povoado fortificado, ocupado por populações pré-romanas.

Referências: inexistentes.

2.2. *Berrôa de Torre D. Chama*

No centro da praça da Vila Torre D Chama, junto do pelourinho, encontra-se uma tosca e pesada escultura zoomórfica, vulgarmente denominada por *berrôa*.

Ao contrário do que o nome popular faz supôr, trata-se de um indivíduo do sexo masculino, um porco, com os atributos sexuais bem evidenciados.

Segundo J. R. dos Santos Júnior⁽¹⁾, é provável que esta escultura tenha sido trazida do vizinho monte de S. Brás, monte que integra um povoado fortificado romanizado (Vd. 2.1.2.), já que se desconhece a sua verdadeira proveniência.

A *berrôa* foi pormenorizadamente descrita por S. Júnior⁽²⁾ cabendo-nos a nós enunciar algumas das suas características.

É um grande animal do sexo masculino - pois nele são bem claras as saliências testiculares separadas entre si por um sulco -, feito de granito de grão grosso e ligado a uma peanha que actualmente se encontra enterrada.

Mede de comprimento 1,68m, de altura máxima 94cm (no aprumo das patas anteriores), e de largura máxima 57 cm.

Encontram-se bem marcadas quer as plantas anteriores, quer as posteriores.

Pelo corpo do animal espalham-se algumas covinhas, mas só aquelas situadas de um e do outro lados da cabeça, parecem marcar os buracos auditivos, umas, e os olhos, outras. Uma grande cova marca também o ânus.

Um elevado número de esculturas zoomórficas (mais de duas centenas no noroeste de Espanha e cerca de oitenta em Trás-os-Montes e «Beira Transmontana»⁽³⁾), representando por inteiro ou parcialmente, javalis, porcos e, mais raramente, touros (embora geralmente denominados também por *berrões*), tem aparecido dominantemente fora do seu contexto original, mas estendem-se por uma vasta região peninsular que intrega as províncias de Segóvia, Ávila, Cáceres, Toledo, Salamanca e Zamora. Precisamente uma das maiores concentrações regista-se em Trás-os-Montes, entre o curso do rio Douro e do Tua. Entre o Tua e Tâmega só se conhece a «porca de Murça», outro berrão de enormes dimensões, e, no Minho, há somente a registar dois no castro de Sabroso e um em Paderne (Melgaço)⁽⁴⁾.

Alguns investigadores têm tentado associar as esculturas zoomórficas a um povo ou tribo particular proto-histórica. J. de Alarcão refere, pr ex. que a área de distribuição dos berrões coincide com a do antigo povo dos Vetões, fazendo supôr entre aqueles e este povo uma relação estreita. Porém, neste ponto as opiniões multiplicam-se e a dificuldade de avançar nessa ou em qualquer outra identificação reside no facto de esta estatuária cobrir uma extensa e diversificada área geográfica, habitada, na 2ª met. do I mil a. C. por grupos humanos cuja cultura material (embora sumariamente conhecida na maioria dos casos) aponta como não homogéneos.

A cronologia destas peças também não é precisável, uma vez que a maioria provém de achados soltos.

Seg. J. de Alarcão, algumas peças «terão sido lavradas já na época romana, porque apresentam inscrições datáveis entre o séc. I e III d. C.»⁽⁵⁾, mas a maioria supõe-se que seja pré-romana. J. cabré exumou, dos castros de Las Cogotas (Cardeñosa) e Mesa de Miranda (Chamartín de la Sierra), alguns exemplares que encontrou *in situ*. Para estes propõe, já nos anos 30, uma cronologia anterior ao séc. IIIº a. C. (anterior à incursão de Aníbal em 220 a. C., aquela responsável pela destruição destes castros), opinião

que é, mais tarde, confirmada por Maluquer de Motes, em consequência de novas descobertas em estações similares ⁽⁶⁾.

A interpretação dos berrões prende-se ainda com a cronologia. No estado actual dos nossos conhecimentos, parece-nos lícito aceitar que estas esculturas toscas de animais se poderiam relacionar, nos tempos pré-romanos, com o culto da fecundidade ou com a evocação de qualquer entidade ligada à fertilidade pecuária pois que se trata de sociedades onde, na opinião de Armando Coelho, a componente pastoril e pecuária parece ter tido grande peso ⁽⁷⁾. Ainda num trabalho recente de Pilar Arias (e outros), se afirma que a mancha de distribuição dos berrões coincide com zonas graníticas, onde, actualmente, uma das principais actividades económicas continua a ser a criação de gado ⁽⁸⁾.

Quer Armando Coelho ⁽⁹⁾, quer Tranoy ⁽¹⁰⁾, referem ainda que estes animais, símbolos de força vital, se podem, nalguns casos, relacionar com práticas funerárias. J. de Alarcão ⁽¹¹⁾ frisa ainda que os poucos berrões encontrados *in situ*, se encontravam em recintos circulares definido por um muro de pedra (e este será o caso Picote anotado por S. Júnior ⁽¹²⁾), recintos esses que interpreta como santuários.

Trata-se de uma estatuária de cariz simbólico cujo significado estrito pode, afinal, ter variado tanto com os diferentes grupos como com a cronologia. Aliás, Tranoy refere que seria essa característica uma das principais responsáveis por uma tão grande difusão geográfica dos berrões ⁽¹³⁾.

Referências:

- (1) S. JÚNIOR, J. R. dos (1975), Berrões proto-históricos no Nordeste de Portugal, *Trab. da Soc. Port. de Antrop. e Etnol.*, t. XXII, fasc. 2, Porto, pág. 97;
- (2) *Vd. nota 2*, pp. 94-100;
- (3) *Idem*, A Cultura dos berrões proto-históricos fundamente radicada em Trás-os-Montes, *Trab. da Soc. Port. de Antrop. e Etnol.*, t. XXV, fasc. 1, pp. 31-40;
- (4) *Idem, ibidem*,
- (5) ALARCÃO, J. de (1986), Arte do Bronze Final e da Idade do Ferro, *História da Arte em Portugal*, 1, Alfa, SA, pág. 65.
- (6) ARIAS, P. M. LÓPEZ e J. SANCHEZ (1983), La cultura de los «verracos», *Rev. de Arqueologia*, n.º 28, pp. 18-27.
- (7) COELHO, A., (1986), *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Mus. Arq. da Cit. de Sanfins, Paços de Ferreira, pág. 299.
- (8) *Vd. nota 6*.
- (9) *Vd. nota 7*.
- (10) TRANOY, A. (1981), *La Galice Romaine, Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité*, CPP, pp. 118-119.
- (11) *Vd. nota 5*, pág. 65.
- (12) *Vd. nota 3*, pp. 38-39.
- (13) *Vd. nota 10*, pág. 119.

2.3. «Villa (?) Romana» da Sainça

Topónimo - Sainça

Freguesia - Sucções

Coordenadas de um ponto central da estação:

Latitude - 41° 29' 01" N

Longitude - 1° 52' 00" E de Lx.

Alt. absoluta - 420m (Seg. a Carta Militar de Portugal, na esc. 1.25000, folha n.º 76).

O acesso ao topónimo «Sainça» faz-se através de um caminho carreteiro que parte do extremo Sul da aldeia e se dirige para SSW. A estação arqueológica dista cerca de 1km da povoação.

Esta integra-se já no vasto peneplano que compõe a bacia de Mirandela e que se desenvolve a partir das faldas mais setentrionais da Serra de Passos, para os rios Rabaçal/Tua.

Situa-se numa encosta muito suave, pontuada na sua base pelos vales abertos das ribeiras da Figueirinha e Passos. Essa encosta encontra-se agricultada e, por entre os sulcos do arado, aparecem imensos fragmentos de *tegulae*.

Estas constituem o único indicador de ocupação romana do local, a qual poderá ter correspondido a uma *villa*, mas que só uma sondagem arqueológica poderia confirmar.

Referências: inexistentes.

2.4. *Buraco da Gralheira (Mina?)*

Topónimo - Buraco da Gralheira

Freguesia - Avidagos

Coordenadas:

Latitude - 41° 23' 55" N

Longitude - 1° 50' 52" E de Lx.

Alt. absoluta - 400 a 350m (Seg. a Carta Militar de Portugal, na esc. 1.25000, folha n.º 90).

A meia encosta Norte do monte cujo topónimo é «Fraga do Corvo» (Vd. localização e acessos em 1.2.2.) - desenvolve-se uma fenta com cerca de 100m de comprimento por 3m de largura (na sua parte mais aberta, que corresponde, segundo F. S. Lemos, à abertura de uma mina de exploração romana ⁽¹⁾).

A abertura da «mina», volta-se a N e é circundada por pequenos cursos de água que correm em direcção à Ribeira Pequena.

A profundidade deste «buraco» artificial é desconhecida, já que olhando do exterior ela nos parece interminável.

É ainda opinião do Dr. Francisco Sande Lemos ⁽²⁾ que o minério aqui explorado poderia ter sido o ouro, mas não dispomos de qualquer dado que permita confirmar ou infirmar esta hipótese.

Referências:

⁽¹⁾ Levantamento Arqueológico da Terra Quente Transmontana - concelho de Mirandela. Conjunto de fichas descritivas das estações arqueológicas, elaboradas pelo Dr. Francisco Sande de Lemos.

⁽²⁾ *Idem, ibidem*,

2.5.1. «Ponte da Pedra» (Est. XIX-1 e 2)

Ponte sobre o rio Tuela

Vila - Torre de D. Chama

Coordenadas:

Latitude - 41° 40' 11" N

Longitude - 1° 59' 13" E de Lx.

Alt. absoluta - 250m (Seg. a Carta Militar de Portugal, na esc. 1.25000, folha n.º 49).

Na Estrada Nacional n.º 206 (a que liga Valpaços à Torre de D. Chama), ao seu km 6, sobre o rio Tuela, situa-se uma ponte de fundação romana, sujeita a várias reconstruções posteriores.

Consta de 6 arcos de volta redonda e, numa e noutra extremidades, foram abertos dois viadutos para o escoamento das águas no caso de enchente.

Apesar dos seus talhamares estarem já alterados, os arcos são, segundo A. M. Mourinho ⁽¹⁾, de fundação romana. a atestar a mesma origem estarão também, e segundo F. M. Alves ⁽²⁾, os vincos do *forfex*, aqui cavados em cunha.

Apesar das várias reconstruções a que esteve sujeita - a última das quais destinada a adaptá-la ao trânsito automóvel -, a ponte foi classificada como Monumento Nacional pelo Decreto-Lei n.º 28/82 de 26 de Fevereiro ⁽³⁾, já que, segundo várias fontes, fez parte da via romana que ligara *Bracara Augusta* a *Asturica Augusta*, por *Aquae Flaviae* (Via XVII) ⁽⁴⁾.

Referências:

⁽¹⁾ MOURINHO, A. M. (1978), Ponte Romana no rio Tuela e síntese das vias e pontes romanas no Nordeste Transmontano, *Trab. da Soc. Port. de Arq. e Etnografia*, Vol. XXII, fasc. II e III, Porto, pp. 279-288.

⁽²⁾ ALVES, F. M. (1975²), *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, t. IX, p. 203.

⁽³⁾ *Imóveis Classificados*, (1986), IPPC, Lisboa, p. 49.

⁽⁴⁾ *Vd. nota 1.*

2.6. *Marcos Miliários*

Conhecem-se três marcos miliários epigrafados no concelho de Mirandela.

Segundo A. R. Colmenero ⁽¹⁾ (e outros autores), pertenceriam todos à *Via XVII* (do itinerário de Antonino), a qual ligava *Bracara Augusta* (Braga) a *Asturica Augusta* (Astorga), através de *Aquae Flaviae* (Chaves).

Dois deles encontram-se na aldeia de Vale de Telhas: um junto ao fontenário da praça principal (n.º 1) e outro no adro da capela de Nossa Senhora de Fátima (n.º 2).

Desconhece-se a real proveniência de ambos e as suas inscrições ainda nunca foram estudadas por especialistas.

A. R. Colmenero, a quem enviamos um esquema muito incompleto daquilo que é possível ver a olho nu e sem qualquer limpeza da pedra, sugeriu que o n.º 1 deveria datar do Baixo Império e que o n.º 2 pertenceria a Maximino e Máximo, datando de entre 235 e 238. O mesmo investigador chama a nossa atenção para o facto de este marco poder ser o mesmo que ele próprio publica na obra «*Aquae Flavie-I*», com o n.º 300 (2). Nessa obra e ainda nas «*Memórias IX*» do Abade de Baçal (3), é referido que o Contador de Argote situa este último marco junto ao pontão de Poçacos (Valpaços), na estrada para Vale de Telhas e em ambas as obras é transcrita e interpretada a inscrição. O paradeiro actual seria desconhecido.

Pelo que pudemos apurar, o marco n.º 2 teria permanecido tombado por muito tempo no adro da capela onde recentemente foi soerguido. Todavia, só um especialista que estudasse a sua inscrição poderia confirmar ou infirmar se estamos perante um só marco ou perante dois.

O terceiro marco, hoje situado no quintal da casa da família Verdelho, em Vale de Gouvinhas, teria sido trazido, segundo nos informaram, do leito do rio Rabaçal, junto à ponte de Vale de Telhas.

F. Manuel Alves, citando a obra de José Henriques Pinheiro, de 1895, anota precisamente um marco miliário que estaria quase todo enterrado na areia junto do rio Rabaçal, entre Poçacos e Vale de Telhas (4).

R. Colmenero, ainda com base no nosso esquema sumário, é de opinião que a sua inscrição poderia ler-se do seguinte modo «Ao Cesar Imperador Caio Valerio Maximiano, Augusto...» e dataria de entre 304 e 305.

A. Tranoy está também convicto de que os dois marcos por ele conhecidos (*os nossos n.ºs 1 e 3*) pertenceriam à Via XVII. Os mesmo (além de outros localizados nos concelhos vizinhos), conjuntamente com a «Ponte de Pedra» sobre o rio Tuela em Torre D. Chama, viriam apontar quer a *antiguidade*, quer a *direcção do traçado meridional* desta via que, no seu entender, seria *principal* e não *secundária*. De Vilarandelo e Poçacos, em Valpaços, passaria depois por Vale de Telhas, Lamalonga, Carrazedo, Castro de Avelãs e Babe (5).

Referências:

- (1) Agradecemos ao Sr. Professor Doutor António Rodriguez Colmenero a prontidão no apoio a este tema particular do Levantamento.
 (2) RODRIGUEZ COLMENERO, A., (1988), *Aquae Flaviae, I - Fontes Epigráficas*, C.M. de Chaves, pp. 417-418.
 (3) ALVES, F. M. (1975²), *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, t. IX, pp. 204-205.
 (4) *Idem, ibidem*, pp. 206-207.
 (5) TRANOY, A. (1981), *La Galice Romaine*, C.P.P.), pág. 214.

C. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objectivo primeiro deste «levantamento» consistia, tal como referimos na *Introdução*, na elaboração de um texto acessível que descrevesse as estações arqueológicas existentes no território actualmente integrado no concelho de Mirandela.

O mesmo teria uma dupla finalidade. Por um lado constituía-se um banco de dados, organizado por épocas e por tipos de estações arqueológicas, o qual representaria a documentação de base imprescindível quer à formulação e *orientação da pesquisa de campo* (nos diferentes temas e períodos abordados), quer ao *planeamento da protecção*, por parte das entidades competentes, do património arqueológico existente na bacia depressionária de Mirandela. Por outro, dava-se *conhecimento* à população em geral dos bens patrominiais do seu concelho, freguesia ou lugar. Procurar-se-ia, com um texto não demasiado erudito, que o valor e o sentido do património arqueológico fosse entendido por quem actualmente vive e labuta nesta terra já ocupada por homens de outros tempos. Seria esse *entendimento* que, em nosso crer, melhor contribuiria para a protecção dos diferentes sítios arqueológicos conhecidos ou mesmo daqueles ainda desconhecidos de nós.

Vários levantamentos arqueológicos se têm feito a nível nacional desde 1976, com vista à elaboração da «Carta Arqueológica de Portugal», embora, infelizmente, seja exíguo o número dos que se conhecem através de publicações. Tal como referiu Teresa Marques (do Departamento de Arqueologia do IPPC) numa publicação recente (1), vários são os problemas que se levantam relativamente a este assunto,

(1) MARQUES, T. (1988), Inventário de Carta Arqueológica: breve reflexão, *Arqueologia*, 18, GEAP, pp. 175-177.

problemas que também nós sentimos de forma muito premente na escrita deste texto de levantamento arqueológico. Eles prendem-se essencialmente *com a falta de uniformização de critérios e termos a utilizar* no preenchimento de uma ficha de Carta Arqueológica, a despeito das várias tentativas já feitas nesse sentido.

Para colmatar essa falha terminológica, procedemos a descrições o mais pormenorizadas que nos foi possível (*adentro daquilo que nós próprias entendemos serem os itens fundamentais a preencher*), aguardando que um dia as mesmas possam vir a ser «reconvertidas» e inseridas no programado banco de dados de carácter nacional que se pretende uniformizado e informatizado.

O traçado das grandes linhas orientadoras da progressão do povoamento no concelho (ou seja, genericamente na bacia depressionária de Mirandela) desde a Pré-história à Romanização, revelou-se uma pretensão impossível, dada a fraca incidência da investigação arqueológica de campo nesta região e o deplorável estado de conservação da maioria das estações arqueológicas. Os achados soltos também se revelaram pouco significativos.

Todavia, e ainda que a mero título de hipótese, passaremos a expôr algumas ideias decorrentes da reflexão sobre as estações arqueológicas descritas.

A quase totalidade das estações arqueológicas pré-históricas conhecidas - monumentos megalíticos ou somente providos de *tumulus* (mamoas), povoados de ar livre e abrigos sob rocha, abrigos com pintura rupestre - podem situar-se, genericamente, entre os finais do IV^o e os inícios do II^o mil a.C..

Desconhecemos se os monumentos megalíticos (a maioria dos quais já desaparecida), corresponderão realmente aos vestígios mais antigos desta região, isto é, presumivelmente aos finais do IV^o - inícios ou 1.^a met. do III^o mil a.C..

Segundo informações antigas, um razoável número de entre eles, deveria encerrar uma estrutura megalítica no seu interior - *anta de Trochos*, Barcel; *Antinha*, Marmelos (possível dólmen de câmara poligonal com vestíbulo) (ambos já desaparecidos) -, noutros ela ainda hoje pode ser observada - *anta de Caravelas* (dólmen de corredor) e uma das antas da Pedreira (Marmelos). Mas, na maioria dos casos, só resta a mamoa ou então uma ou duas lajes a apontar a primitiva câmara megalítica - *anta de Arcã*, Abreiro; *dólmen(?) de Padre Santo*, em Abambres.

Nenhum destes monumentos simbólicos ou simbólico-funerários, foi escavado até à data, nem conhecemos qualquer espólio que aí tenha sido recolhido durante as destruições a que estiveram sujeitos. Deste modo é-nos impossível conhecer a sua cronologia precisa. Aquela que apontamos é muito genérica e baseia-se nas datas absolutas obtidas para outros monumentos com *tumuli* do N de Portugal.

Eles ocupam pequenos *plateaux* que se soerguem na parte média da depressão ou então em plataformas alargadas integradas na zona montanhosa de Caravelas. Quer uma implantação topográfica, quer outra, torna-os visíveis desde longa distância.

A Arcã, em Abreiro, ao ocupar um vale aberto de um pequeno riacho, demarca-se dos restantes. Supomos que tal facto se pode relacionar eventualmente com uma diferente cronologia, dada a proximidade geográfica que apresenta relativamente a um povoado - o povoado *Cemitérios dos Mouros* datável do III^o mil. - inícios do II^o a.C. - e do local do achado das *alabardas de cobre*, cuja tipologia aponta também o início do II^o mil. a.C..

A totalidade dos monumentos situa-se na parte S e SE do concelho, fazendo supor o prolongamento para N, para a depressão, da «área megalítica» dos planaltos de Carrazeda de Ansiães/Alijó.

Os povoados de ar livre conhecidos são em fraco número e nenhum deles foi ainda escavado com vista a uma melhor definição do que aquela proporcionada pelo achado de cerâmicas de fabrico manual, lisas ou decoradas.

O povoado Cemitério dos Mouros em Abreiro (que, conjuntamente com a anta, será objecto de uma intervenção arqueológica no Verão de 1989), o da Muralha, em Vale de Telhas e o de S. Juzenda, em Múrias, situam-se em montes com condições naturais de defesa (os dois últimos foram mesmo fortificados em épocas posteriores), contornados ou próximos de cursos de água de razoáveis dimensões (Tua, Tuela e Rabaçal).

Ocupam a parte média da depressão, com altitudes absolutas que variam entre os 295 (Cemitério dos Mouros) e os 342m (S. Juzenda). A Muralha, situada já na parte N do concelho, onde dominam maiores altitudes médias, atinge os 390m, mas, em termos relativos, não se eleva na paisagem mais do que os anteriores.

Com uma cronologia genericamente sobreponível à destas povoados e mesmo com afinidades ao nível da cultura material, o abrigo Buraco da Pala, no alto da Serra de Passos, sobranceiro à depressão e o povoado Mãe d'Água, (na parte média da mesma Serra), indicam a fixação e a permanência de população em reais áreas de montanha, durante todo o III^o mil. a. C..

O Buraco da Pala é a única estação arqueológica que tem vindo a ser estudada de modo sistemático e ainda a única para a qual dispomos de 4 datas absolutas. Tanto o estudo arqueológico das estruturas habitacionais e dos materiais, como as datas de C14, apontam já para a ocorrência, ao longo do III^o milénio, de algumas mutações importantes quer ao nível das estratégias de subsistência (silagem de produtos diferentes), quer ao nível das relações com os grupos humanos exteriores (presença, nos finais do milénio, de cerâmicas com decoração impressa «penteada» e de matérias-primas estranhas à região), quer ainda mesmo ao nível das transformações sociais (ocorrência de artefactos de «luxo» e/ou metálicos).

Torna-se necessário um estudo que correlacione estes diferentes tipos de ocupação humana - na montanha e na depressão (mais baixa e com diferente clima e morfologia) -, com vista à resolução dos problemas apontados atrás. Nesse estudo dever-se-ia conceder uma atenção particular às manifestações predominantemente simbólico-religiosas patentes nos abrigos com pintura esquemática - abrigos do Regato das Bouças, também na Serra de Passos e, eventualmente, na Fraga do Corvo, Avidagos.

Já no Bronze Final (1.^a met. do I^o mil. aprox.), assiste-se em S. Juzenda ao início da fortificação do povoado, fortificação que parece ter sido mantida e acrescentada durante a Idade do Ferro.

S. Brás, em Torre D. Chama (além de outros povoados fortificados), pode ter contado, tal como S. Juzenda, com uma ocupação anterior à I. do Ferro. Os machados de bronze com dois anéis, datáveis, pela tipologia, do início do I^o mil. a.C., podem apontar nesse sentido.

Os povoados fortificados, vulgarmente denominados de «castros», são em grande número neste concelho. Cartografámos 19 (ver Est. II), mas muitos mais poderão ter existido ou existirão ainda.

A maioria encontra-se em ruínas e só um deles, S. Juzenda, foi objecto duma intervenção arqueológica no final dos anos 70, e de duas curtas publicações (desconhecemos os resultados da intervenção feita no Castelo de Mourel - Mirandela).

O estado de ruína da maioria destas fortificações e a ausência dum estudo arqueológico, impedem que conheçamos tanto a época da sua utilização, como o modo de vida específico destas populações.

Porém, dos dados recolhidos, é-nos permitido supor o seguinte:

— Vários destes povoados, ou somente fortificações, parecem ter tido uma grande pervivência no tempo, da Pré-história à Romanização, como é o caso da *Muralha* em Vale de Telhas ou de *S. Juzenda*, em Vale de Prados.

— Alguns deles, ocupados com certeza na I. do Ferro, nunca foram romanizados. Parecem estar nesta situação o *Cabeço Murado*, em Caravelas e a *Nossa Senhora do Monte*, em Agueiras, além de outros.

— Outros podem simplesmente ser fortes medievais: *Fraga do Castelo* em Passos, *Arasto* em Sucções e, eventualmente, *Castelo do Rei de Orelhão*, em Lamas de Orelhão.

— Na sua grande maioria encontram-se vestígios de ocupação romana (ou de relação com populações quer romanas, quer romanizadas): *S. Brás* em Torre D. Chama, *Cidade* em Mascarenhas, *Santa Catarina*, em Abreiro, etc..

— Estes «castros» são povoados fortificados (ou somente fortificações) de dimensões variadas e de épocas variadas. O termo «castro» só é indicador da sua implantação em pequenos esporões montanhosos ou em pequenos montes com condições naturais de defesa, providos de uma, duas ou três linhas de muralhas.

— A maior incidência destes «castros» é nos vales dos rios Rabaçal, Tuela e Tua, embora existam alguns mais afastados dos vales destes rios, em pequenos montes cónicos da depressão (*Muro* - Lamas de Orelhão), ou mesmo nas faldas das encostas que a circundam (*Cabeço do Mouro* - Vila Verde, ou *Arasto* - Sucções). Tal topografia pode constituir um indicador de diferentes modos de subsistência ou de diferentes épocas. Só um trabalho que implique escavações fará luz nesse sentido.

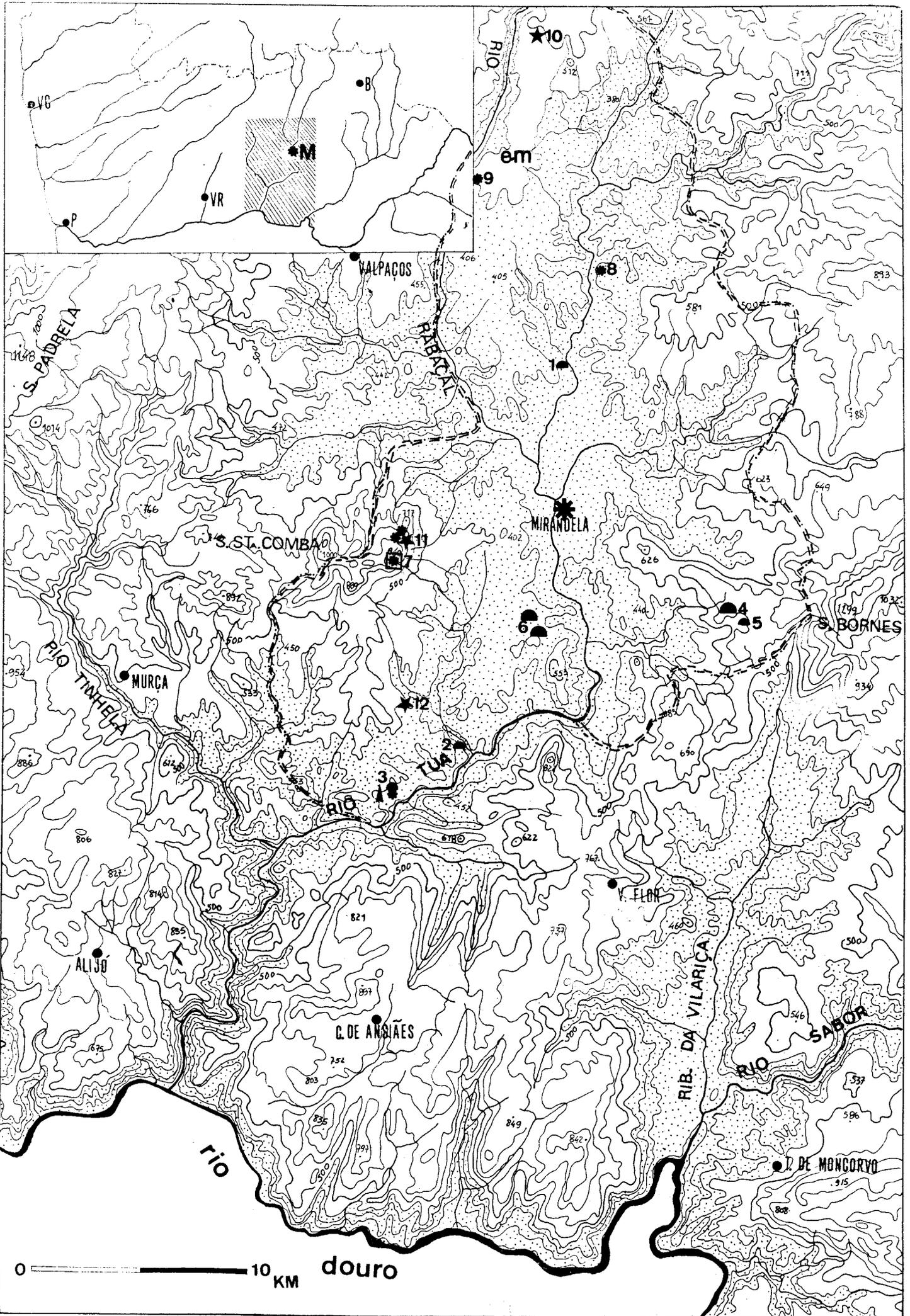
— A N do concelho três marcos miliários atestam a passagem da via Romana XVII (do itinerário de Antonino), que ligava *Bracara Augusta* (Braga) a *Asturica Augusta* (Astorga), através de *Aquae Flaviae* (Chaves). A «Ponte de Pedra», sobre o rio Tuela, em Torre D. Chama, embora com reconstruções posteriores, parece marcar, segundo diversos autores, esse mesmo percurso.

— Torna-se difícil perceber a ocupação romana no concelho pelas razões já apontadas. Os «castros» romanizados são vários, mas desconhecemos a aceção dessa «romanização». Por outro lado só parece existir uma real estação romana - a *Sainça*, em Sucções (eventual *villa*, mas já completamente destruída). Provavelmente o *Buraco da Gralheira*, em Avidagos, será uma mina romana, mas só uma escavação o poderá comprovar.

ESTAMPAS

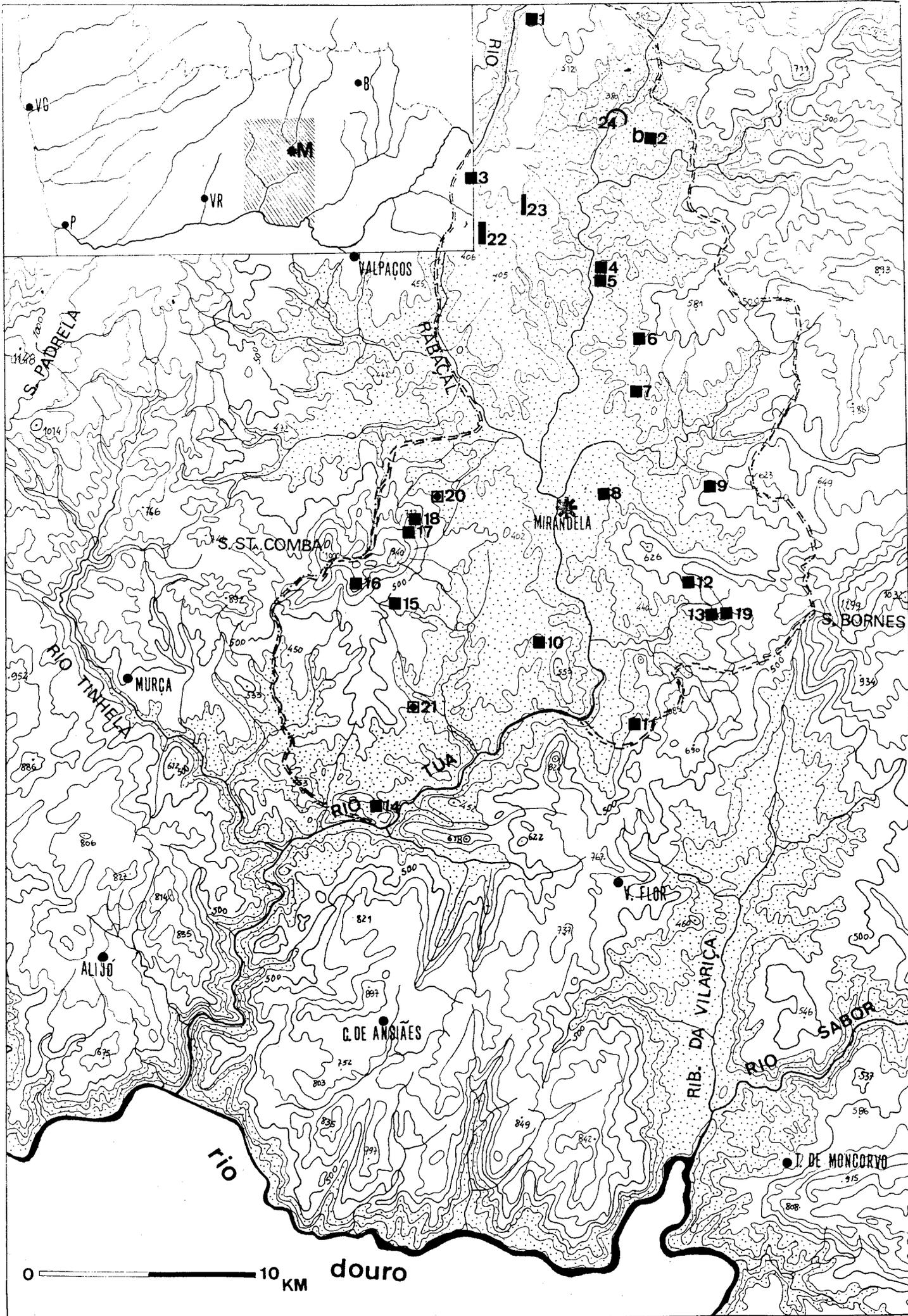
EST. I — Estações arqueológicas pré-históricas do concelho de Mirandela: *semi-círculos* - mamoaas; *asteriscos* - habitats; *estrelas* - abrigos com arte rupestre; *triângulos* - alabardas; e-m - estátua menir da Bouça.

1. Dólmen de Padre Santo - Abambres
2. Anta de Trochos - Barcel (desaparecida)
3. Anta da Arcã, povoado da Arcã e alabardas - Abreiro
4. Anta de Caravelas, *Madorra*, mamoa de Prada - Caravelas
5. Mamoa(s) e anta do «Malhado» - Caravelas
6. Mamoa(s) e anta da Pedreira - S. Pedro de Vale de Conde; 5 monumentos em *Vale de Arcã e Antinha* (hoje desaparecidos) - S. Pedro de Vale de Conde
7. Abrigo Buraco da Pala - Passos
8. Povoado de S. Juzenda - Múrias
9. Povoado da Muralha - Vale de Telhas
10. Fragão - Agueiras
11. Abrigos do Regato das Bouças (abrigos com pintura rupestre e abrigos provavelmente utilizados como habitat); povoado da Mãe d'Água - Passos.
12. Fraga do Corvo - Avidagos

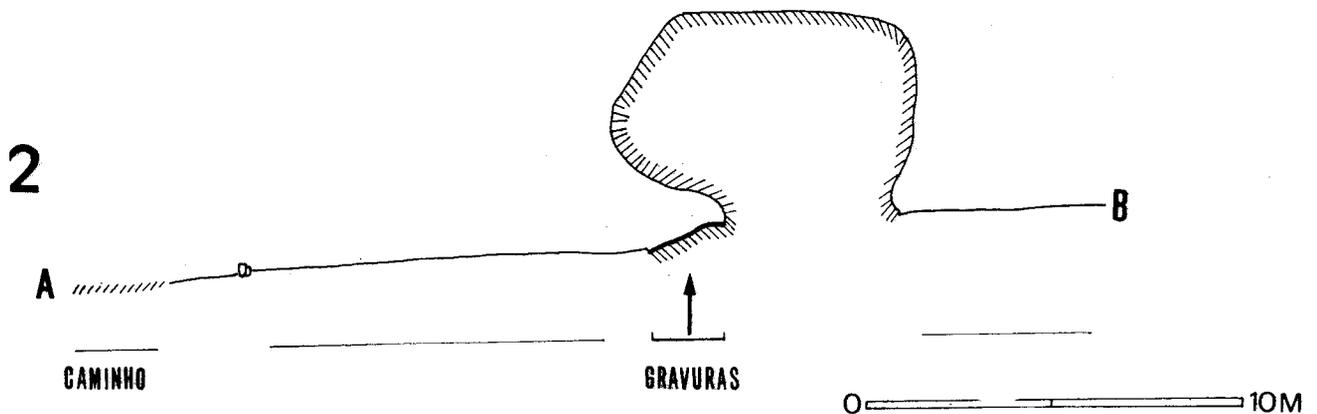
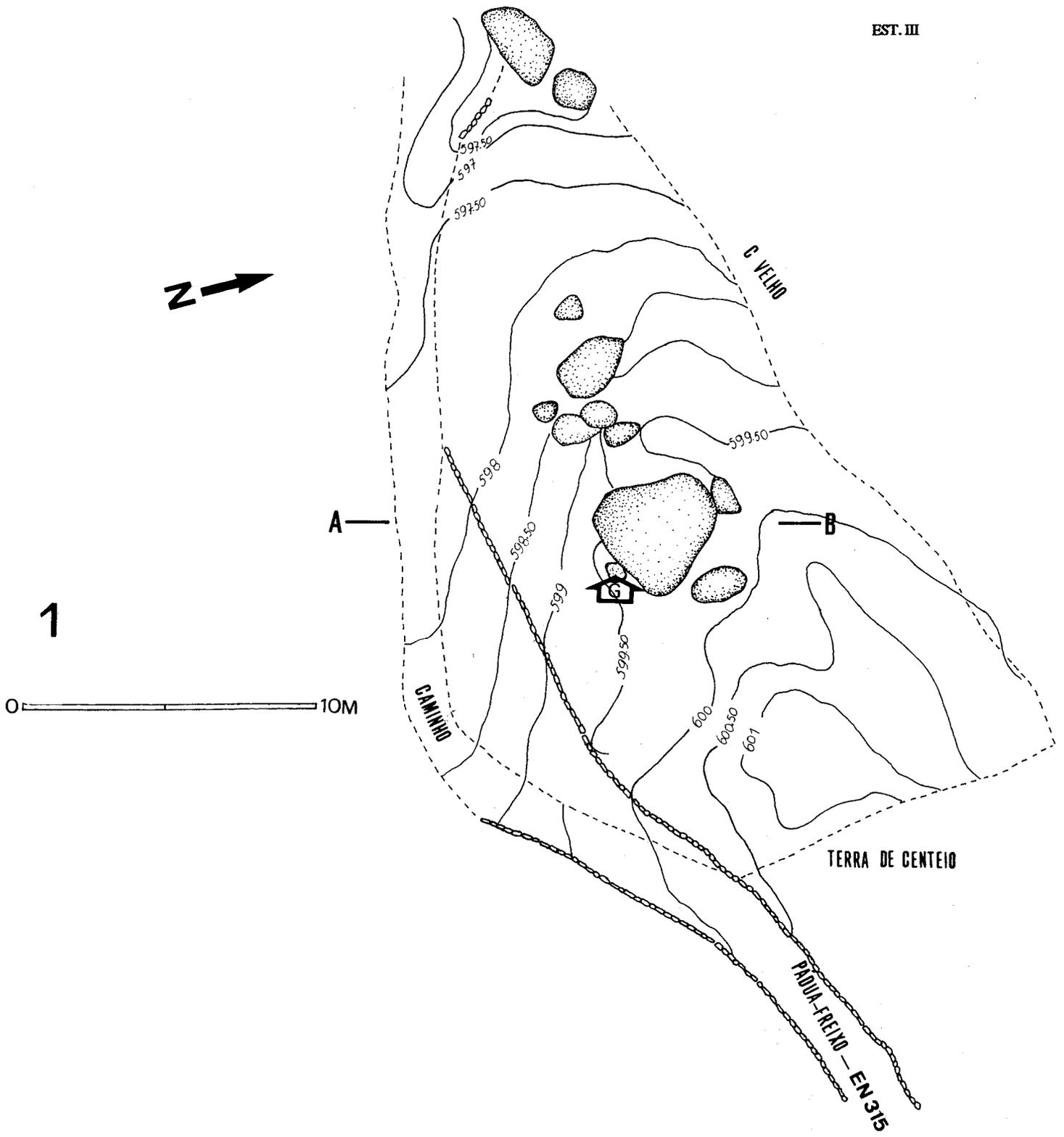


EST. II — Estações arqueológicas proto-históricas e/ou romanizadas; estações arqueológicas romanas do concelho de Mirandela:
quadrados a cheio - povoados fortificados ou fortificações; *quadrados com círculo* - estações romanas; *barras verticais* - marcos miliários, *semi-círculo* - ponte de origem romana; b - *berrôa*.

1. Nossa Senhora do Monte - Agueiras
2. S. Brás - Torre D. Chama
3. Muralha - Vale de Telhas
4. S. Juzenda - Múrias
5. Regato da Vacaria - Múrias
6. «Cidade» ou Fraga do Castelo - Mascarenhas
7. Senhora do Viso - Mascarenhas
8. S. Martinho de Cima ou Castelo de Mourel - Mirandela
9. Alto do Prado do Castelo - Cedães
10. Santa Catarina - Marmelos
11. Fraga do Castelo - Marmelos
12. Vila Velha - Vila Verde
13. Cabeço do Mouro - Vila Verde
14. Castelo ou Poço dos Mouros - Abreiro
15. Muro - Lamas de Orelhão
16. Castelo do Rei de Orelhão - Lamas de Orelhão
17. Fraga do Castelo - Passos
18. Arasto - Sucções
19. Cabeço Murado - Caravelas
20. *Villa* (?) da Sainça - Sucções
21. Buraco da Gralheira - Avidagos
22. Marcos miliários de Vale de Telhas
23. Marco miliário de Vale de Gouvinhas
24. «Ponte de Pedra» - Torre D. Chama



- EST. III 1. Levantamento topográfico do Fragão
2. Perfil A-B do Fragão, com a indicação da localização das gravuras *(Baseado no levantamento topográfico do GAT da Terra Quente Transmontana)*

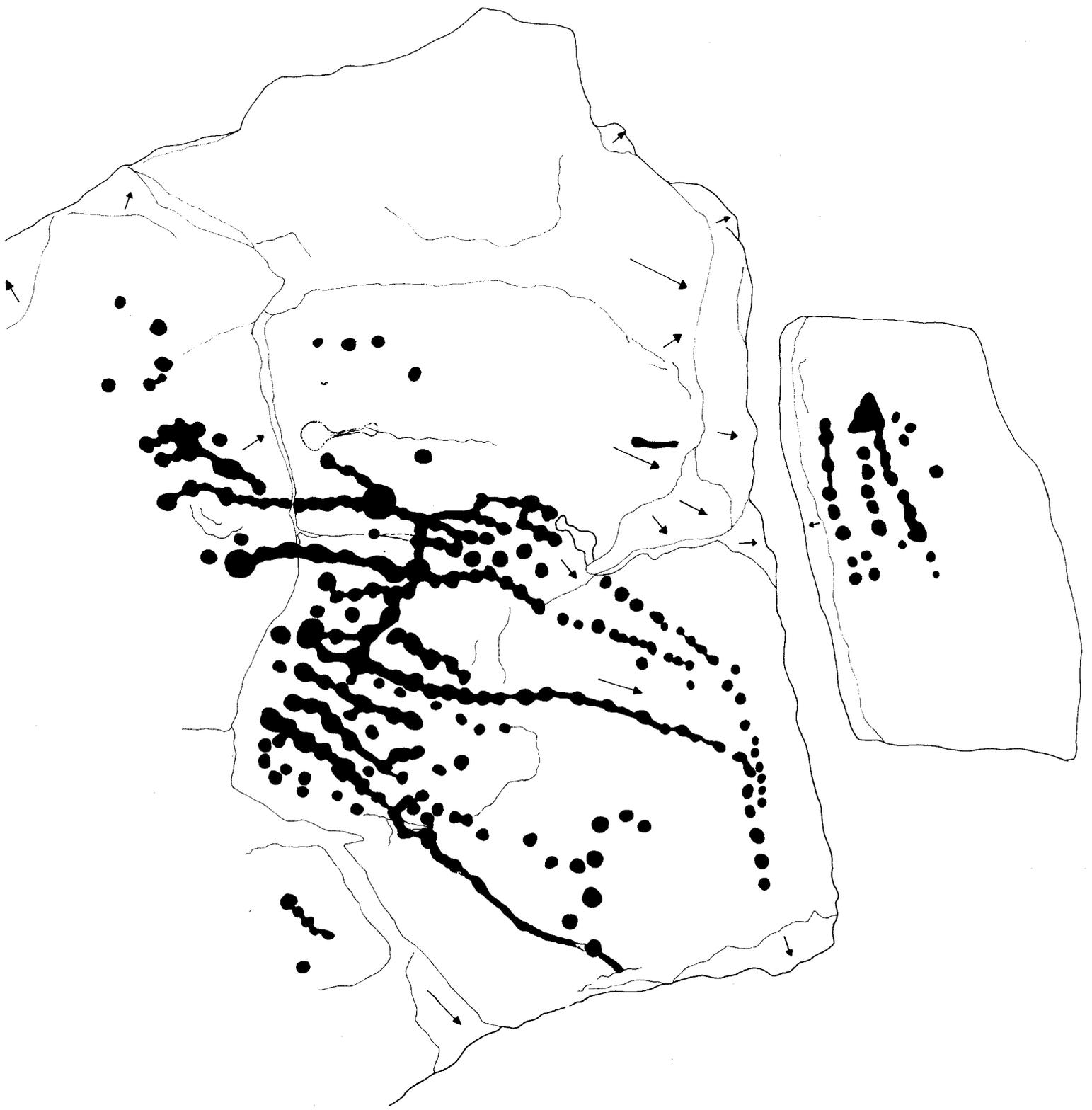


EST. IV — Gravuras do Fragão. (*Ver a sua localização na Est. III*)



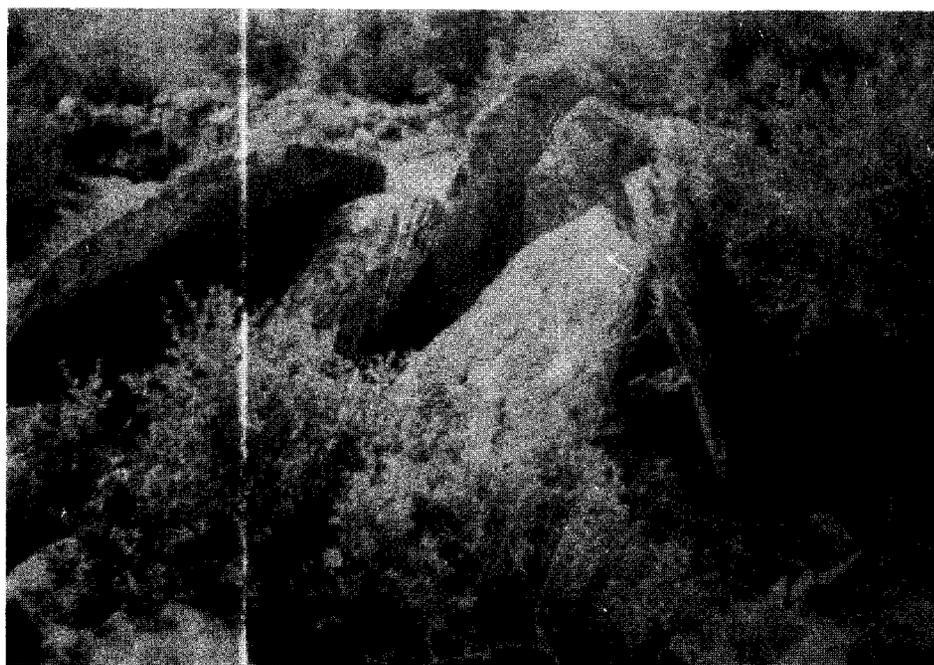
2

1

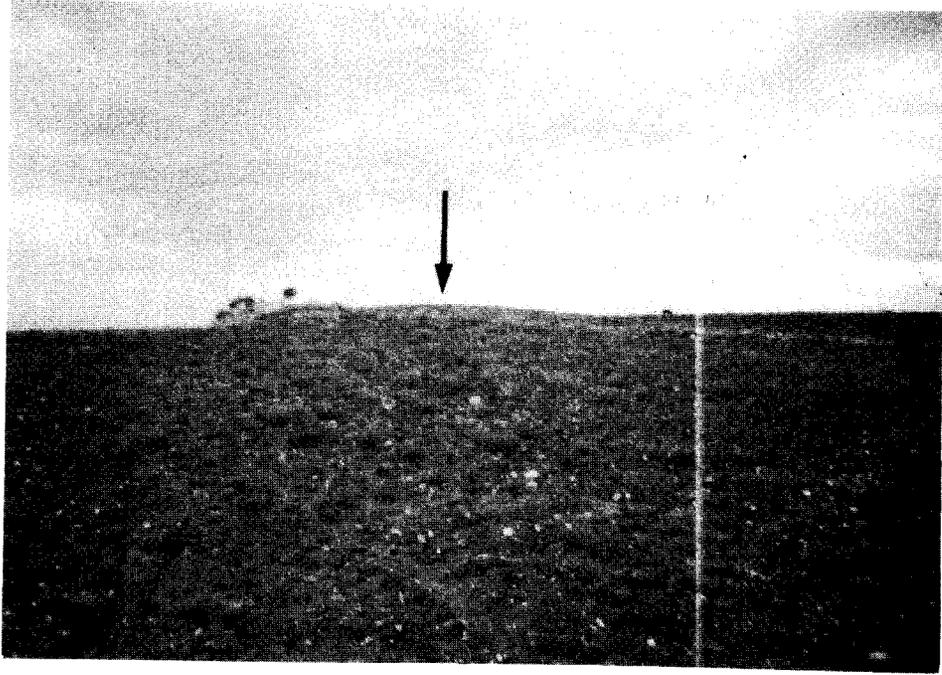




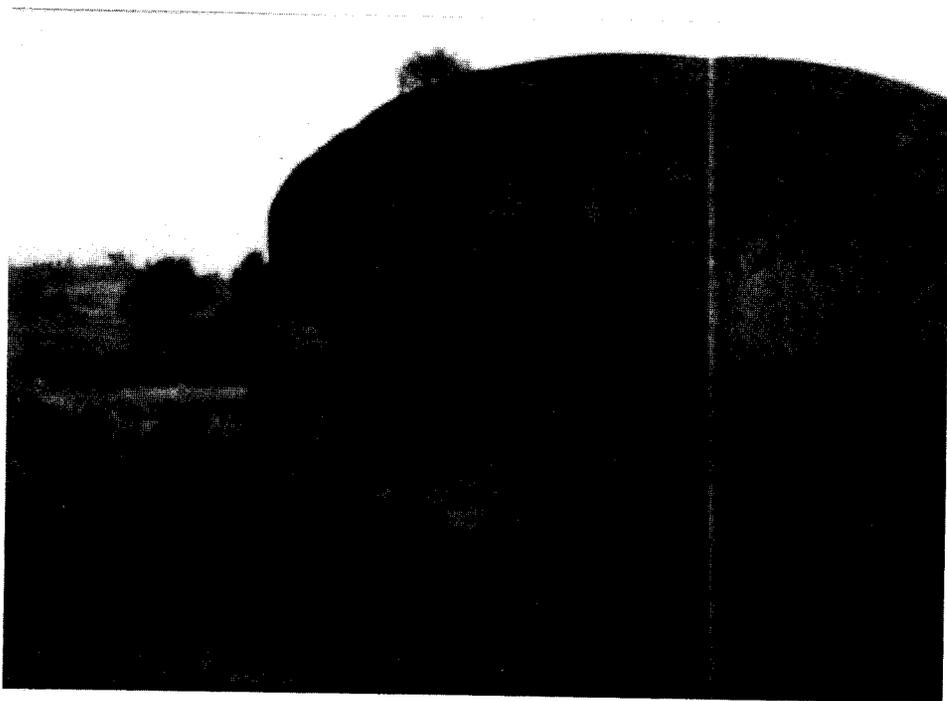
1 - Vista, a partir das faldas da Serra de Bornes, da área onde se implantam as mamoas de Caravelas e o povoado Cabeço Morado. Ao fundo vê-se a Serra de Paços.



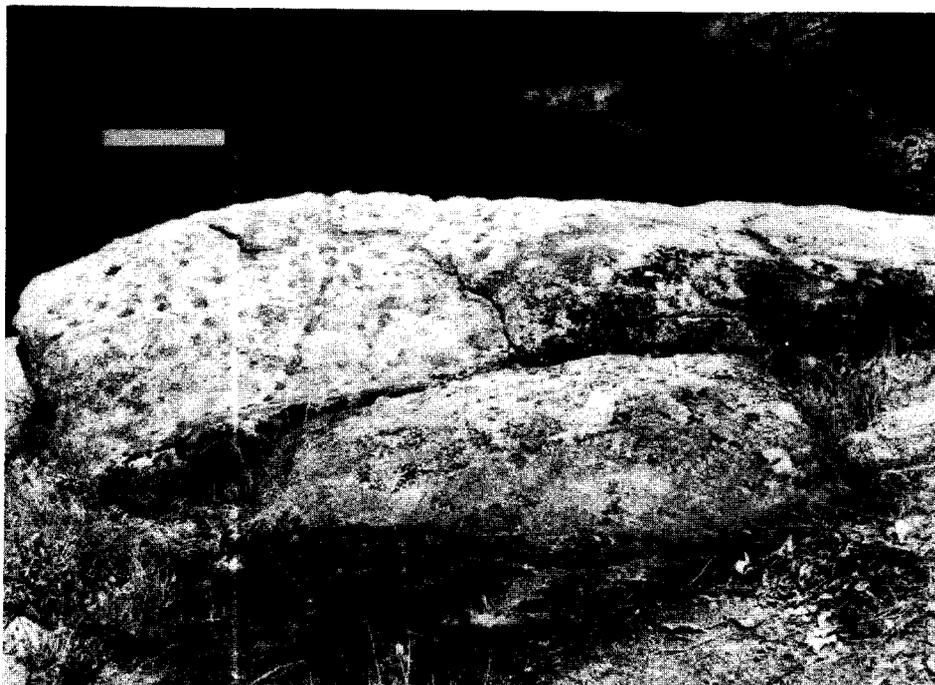
2 - Câmara megalítica em ruínas da anta de Caravelas.



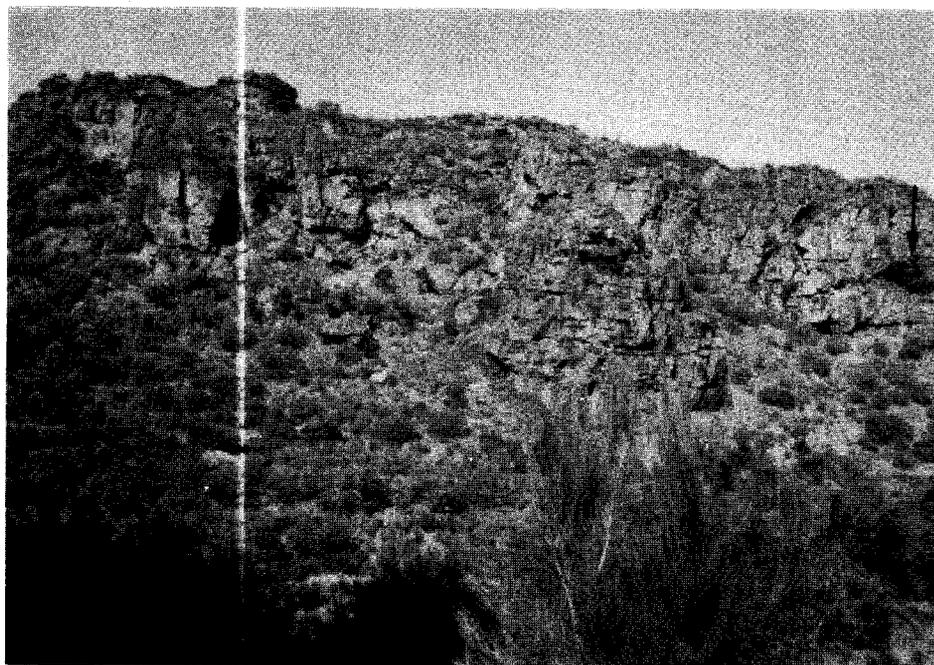
1 - *Medorra* em Caravelas.



2 - *Fragão* visto de N - Agueiras



1 - Fragão - pormenor das suas gravuras.



2 - Abrigo n.º 1 do Regato das Bouças - Serra de Passos.



1 - Interior do Abrigo n.º 2 do Regato das Bouças - Serra de Passos.



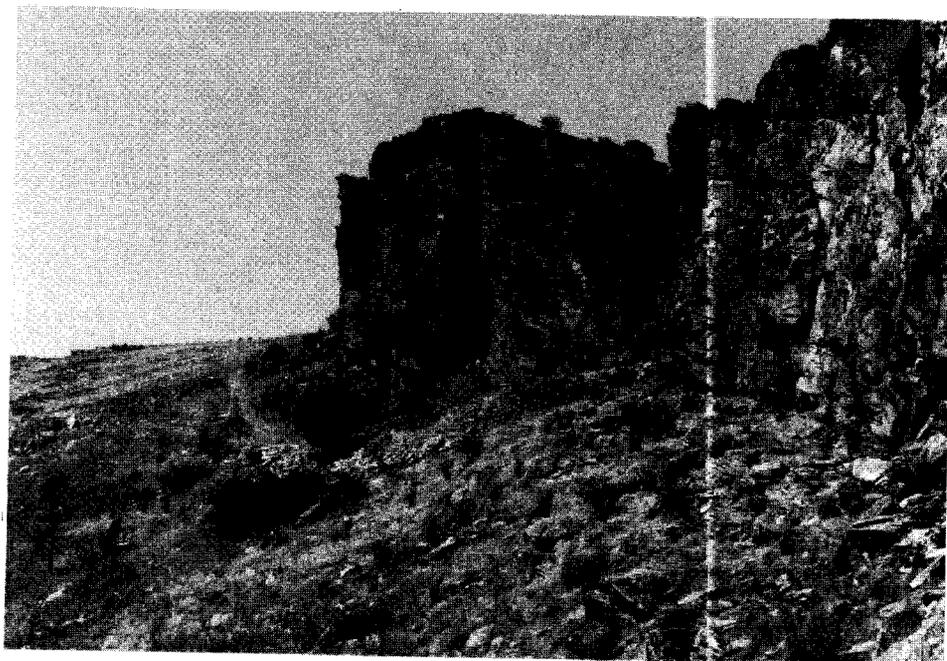
2 - Abrigo n.º 3 do Regato das Bouças ou «Casinhas de N.ª Senhora» - Serra de Passos.



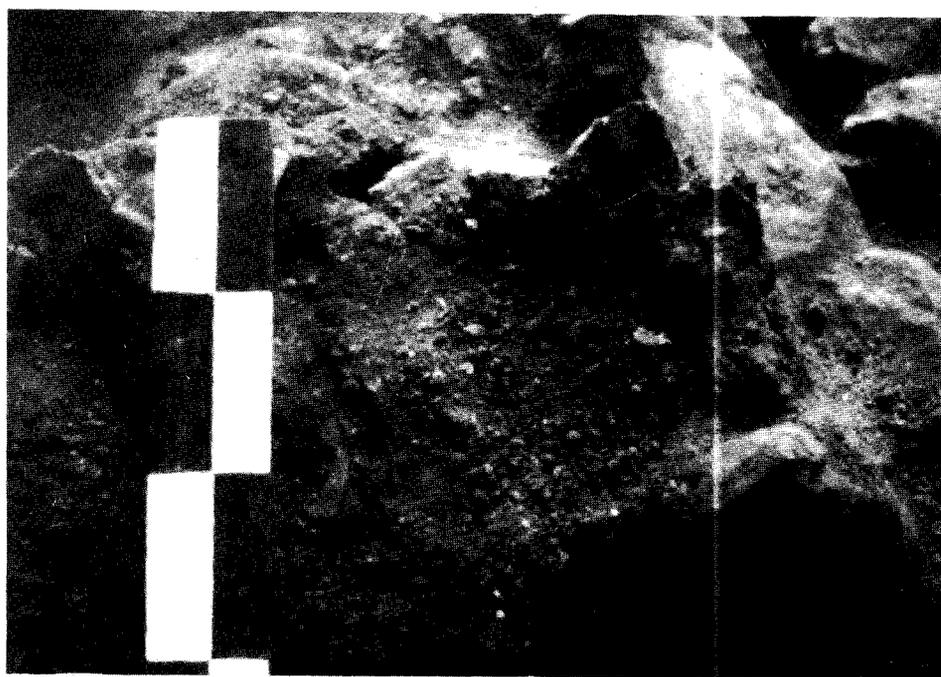
1 - Painel exterior do abrigo 3 do Regato das Bouças - Serra de Passos.



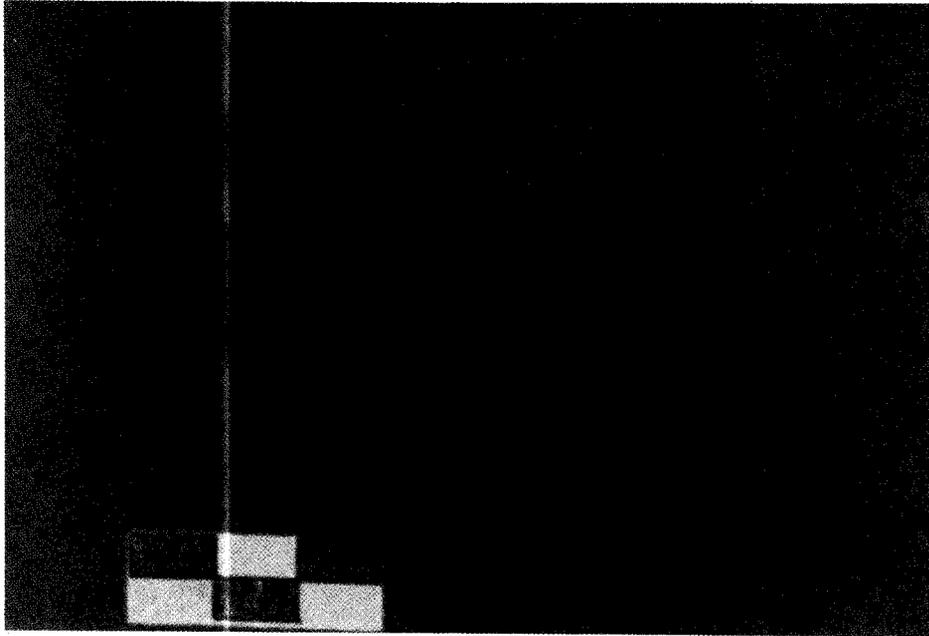
2 - Antropomorfo do abrigo n.º 4 do Regato das Bouças - Serra de Passos.



1 - Vista geral do abrigo Buraco de Pala - serra de Passos.



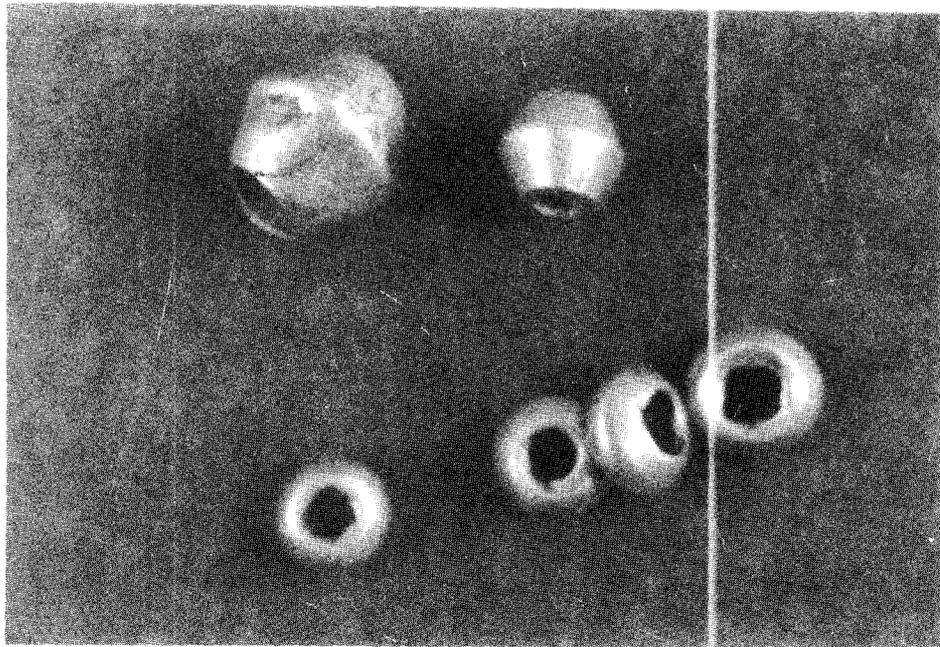
2 - Buraco da Pala - silo de trigo da camada 1.



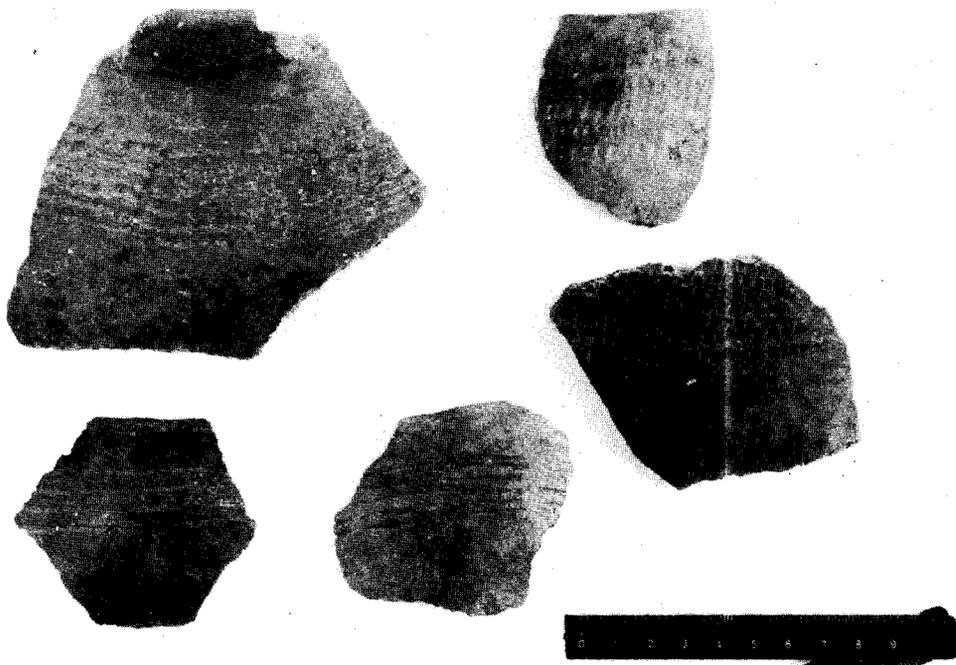
1 - Buraco de Pala - sementes carbonizadas de bolota, fava, trigo e cevada (*foto ICBAS*).



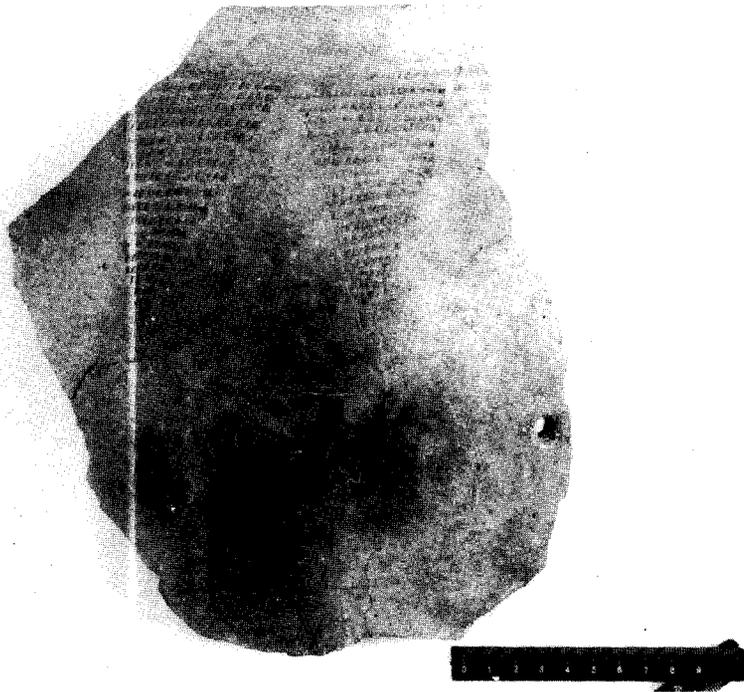
2 - Buraco da Pala - pontas de seta de xisto e sílex (*foto ICBAS*).



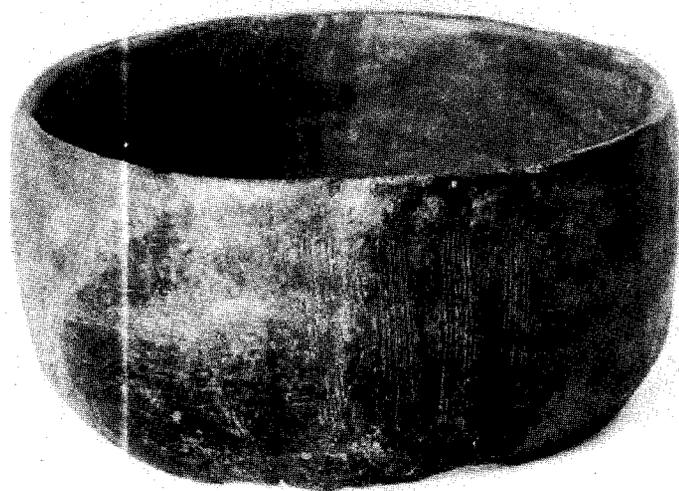
1 - Buraco da Pala - Contas de ouro.



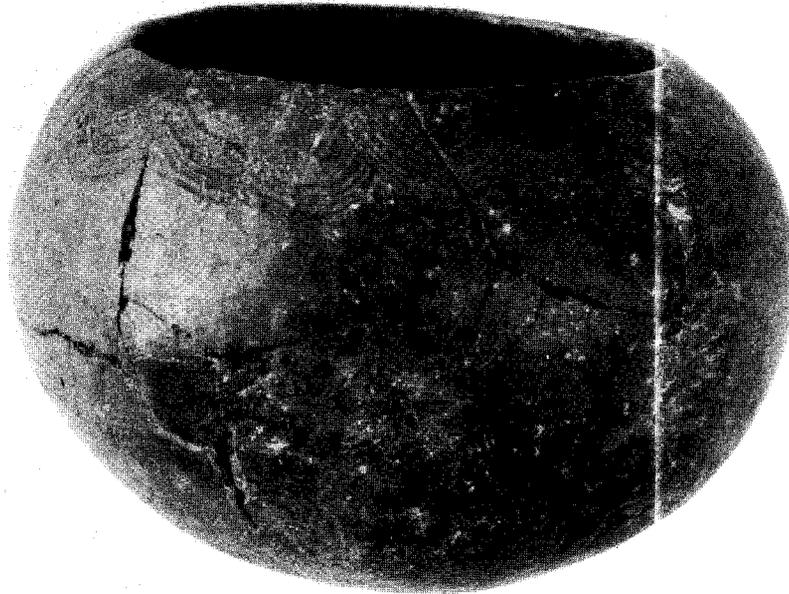
2 - Buraco da Pala - cerâmicas da camada 3A (foto ICBAS).



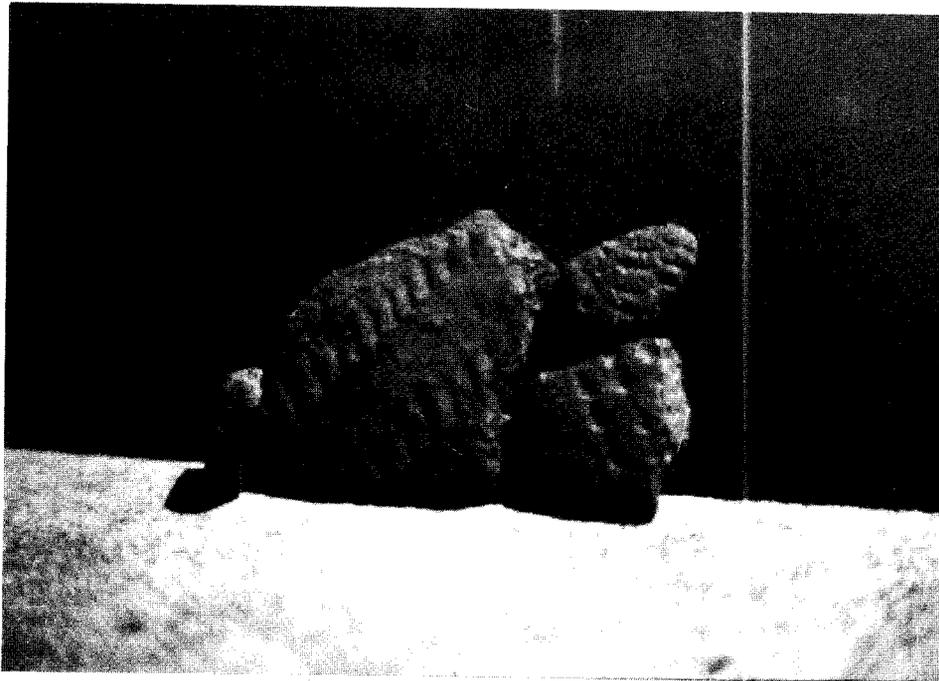
1 - Buraco da Pala - fragmento de recipiente de provisão da camada 3B (foto ICBAS).



2 - Buraco da Pala - recipiente da camada 1 (restaurado) (foto ICBAS).



1 - Buraco da Pala - recipiente da camada 1 (restaurado) (foto ICBAS).



2 - Povoado da Arcã (Abreiro) - cerâmicas decoradas (foto L. Prada).



1 - Estátua - menir da Bouça vista de frente.



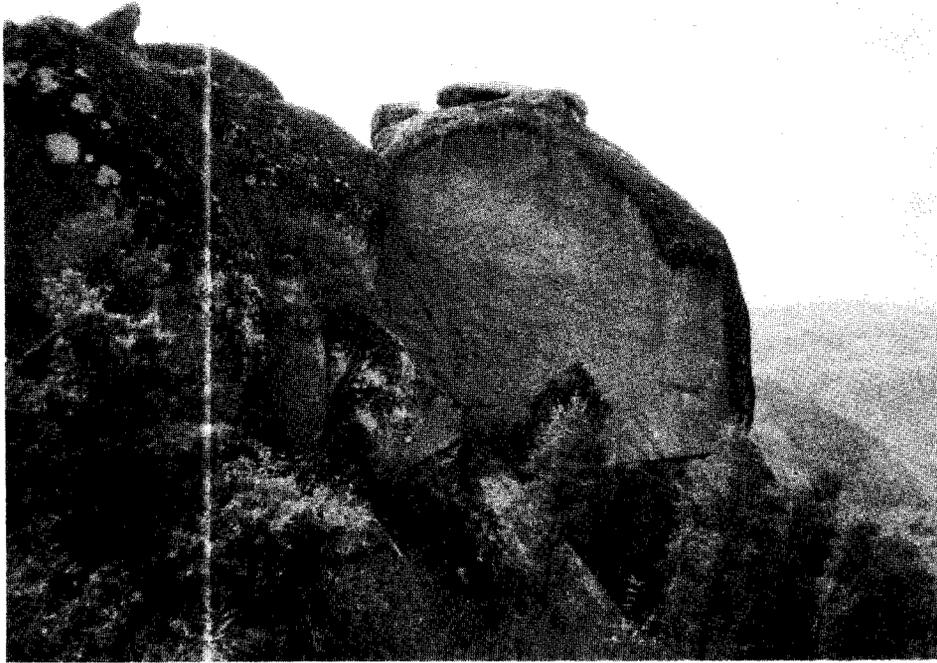
2 - Estátua - menir da Bouça - pormenor do topo superior.



1 - Berrôa de Torre D. Chama, vista de perfil.



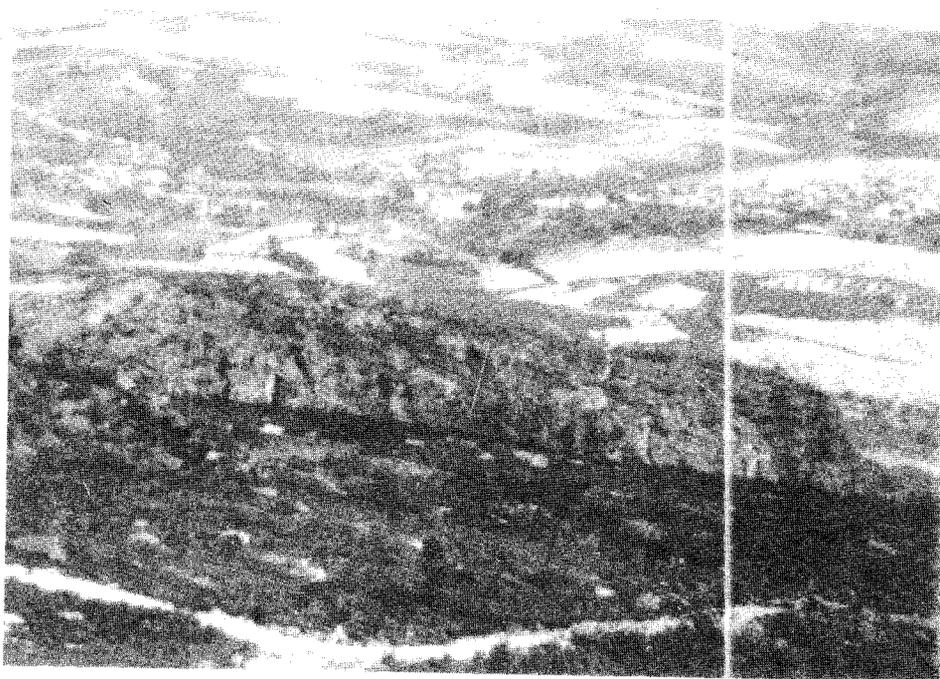
2 - Berrôa de Torre D. Chama, vista de frente.



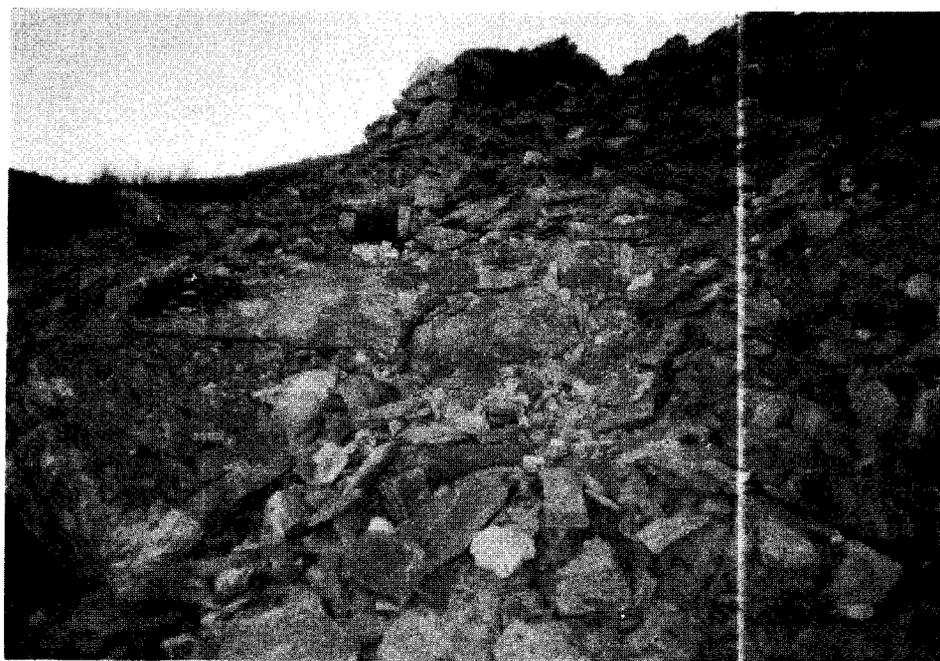
1 - N.ª S.ª do Monte - Agueiras, pormenor de falésia sobre o rio Rabaçal.



2 - S. Martinho de Cima ou Castelo de Mourel, Mirandela.



1 - Fraga do Castelo e falésia onde se «abre» o abrigo n.º 1 do Regato das Bouças - Serra de Passos.



2 - Fraga do Castelo - pormenor do derrube do torreão.



1 - «Ponte de pedra» - Torre D. Chama.



2 - «Ponte de pedra», pormenor que torna evidentes os vincos do *forfex*.

DOIS TORQUES CASTREJOS DO ASHMOLEAN MUSEUM OXFORD (*)

*Francisco M. V. Reimão Queiroga (**)*

O objectivo deste trabalho é dar a conhecer dois torques em ouro, inéditos, pertencentes à colecção do Ashmolean Museum, em Oxford, sobre os quais a única informação é uma vaga referência à sua proveniência da «Cultura Ibérica dos Castros da Idade do Ferro».

De acordo com a informação existente (Ashmolean Museum Report for the Visitors 1974-75, 16), uma das peças foi doada ao Museu por J. Bomford, tendo a outra sido comprada a este coleccionador. A mesma referência atribui aos dois torques uma datação entre os séculos III e I A.C.

Os exemplos conhecidos revelam que a grande maioria dos torques do Noroeste da Península Ibérica foram encontrados fora de contextos arqueológicos bem definidos (Perez Outeiriño 1986, 109); tratando-se geralmente de achados de carácter ocasional, exumados no decurso de trabalhos agrícolas ou terraplanagens. A raridade dos exemplos apoiados por contextos cronológicos/culturais seguros pode ser apontada como a causa principal de uma cronologia baseada maioritariamente em padrões tipológicos, fundamentados em análises exclusivamente estilísticas.

Muitos dos torques castrejos encontram-se no estrangeiro, integrados em colecções, públicas e privadas, facto que se deve mormente às circunstâncias em que foram encontrados. Tratando-se geralmente de descobertas ocasionais, como atrás se aludiu, o destino mais frequente na ouriversaria pré e proto-histórica sempre foi a venda a ourives ou, mais raramente, a coleccionadores. Casos houve em que as peças foram fundidas de imediato, não só para apagar os traços da sua origem, como

também para utilizar o metal precioso na manufactura de outras jóias. Coleccionadores e joalheiros, conscientes do valor artístico das peças, optaram, com frequência, pela sua venda no estrangeiro, onde a cotação de objectos de arte é extremamente elevada, sendo possível obter somas substanciais pelas peças, sobretudo em leilões organizados periodicamente por casas especializadas em venda de antiguidades. Este tráfico ilegal de joalharia proto-histórica foi já amargamente criticado por Mário Cardozo (1965), o qual publicou estudos sobre alguns dos mais belos exemplos de torques castrejos do Norte de Portugal (Cardozo 1930, 1942a, 1942b, 1959), tendo igualmente compilado a bibliografia referente à joalharia pré-histórica da Península Ibérica (Cardozo 1967, 1968).

Torques n.º 1

Trata-se da jóia de maiores dimensões (Est. I, 1, n.º de inventário 1975.350), cujo peso é de 275,68 gr.. A peça é constituída por uma barra circular em ouro, maciça, cujos extremos rematam em dois terminais periformes. O arco do torques encontra-se decorado com fio de ouro que, partindo dos dois terminais, o envolve, enrolando em espiral, numa área que ocupa cerca de três quartos do seu comprimento. O desenvolvimento desta espiral denota alguma imperfeição no enrolamento do fio, pormenor certamente derivado mais da manufactura do que da utilização. Esta espiral remata, nas partes opostas aos terminais, por duas associações de placas redondas, duplas, compostas por fio de ouro enrolada em espiral, as quais colam ao

(*) O presente artigo constitui a adaptação de um trabalho apresentado à Universidade de Oxford, e a publicar no Oxford Journal of Archaeology, o qual achamos por bem apresentar numa edição portuguesa pela necessidade de divulgação destes elementos em meios mais acessíveis aos investigadores Ibéricos que se debruçam sobre o tema.

Gostaríamos de expressar a nossa gratidão a Andrew Sherrat, Conservador de Ashmolean Museum, pelas facilidades concedidas no estudo dos torques, bem como a Christina Unwin pelo desenho dos mesmos.

(**) Bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian na Universidade de Oxford.

corpo principal do torques, envolvendo-o. Cada um destes apliques é formado por um único fio que enrola do centro para a periferia, numa das suas metades, sendo enrolado da periferia para o centro na segunda. O espaço posterior do torques, entre os dois conjuntos de apliques, não é decorado.

Torques n.º 2

Este torques é o mais pequeno dos dois (Est. I, 2, n.º de inventário 1975.351), e o seu peso é de 275,68 gr. A peça é constituída por uma barra de ouro maciça, com secção losângica, com arestas voltadas para o interior e exterior, diminuindo gradualmente a espessura da secção da direcção dos terminais. Estes são de perfil que designaríamos como de dupla escócia⁽¹⁾, com modelagem algo imperfeita, e terminam em superfícies planas, sem decoração. A decoração neste torques limita-se à parte média das faces exteriores do arco, em cerca de metade da sua extensão. Os motivos decorativos podem dividir-se em duas partes, sendo ambas formadas pela associação de um único padrão de círculos, executado com estampa, por puncionamento. O primeiro tipo é composto por duas linhas em zig-zag, uma em cada face, as quais se tocam em ângulos alternados, sendo o segundo formado por associações de linhas paralelas, transversais às duas faces do arco. Como anomalia de manufatura, note-se o facto de a ligação de um dos terminais ser um pouco descentrada.

Tipologia

Ambas as jóias possuem uma grande harmonia estética, a par com a simplicidade das decorações e com algumas nítidas imperfeições de manufatura.

O problema das tipologias dos torques do Noroeste está longe de ser simples e resolvido em definitivo. Com efeito, as tipologias e seus elementos directores variam com os autores que sobre o tema têm escrito, os quais valorizam nos seus trabalhos os diferentes padrões decorativos, formas, ou mesmo composições metalográficas. Tentaremos concentrar as considerações que se seguem apenas nos elementos e referências mais directamente ligados aos tipos de jóias em questão, evitando assim alargar este trabalho para além do seu âmbito.

a) - O torques n.º 1 pertenceria ao tipo C, definido por Lopez Cuevillas (1951, 39), cujo elemento director seria a forma dos terminais, periformes, atribuindo-lhe este autor uma distribuição geográfica concentrada no Norte da Galiza. Mário Cardozo (1942a, 98) integrá-lo-ia no seu tipo A, enquanto Raddatz (1969, 177-Abb.3) no seu tipo B, ambos, também, devido à forma dos terminais. Monteagudo (1952, 289), se bem que em concordância com os aspectos mais relevantes da sistematização tipológica de Cuevillas, afasta-se um pouco desta através da valorização do «arame enrolado», o qual considera como elemento director, atribuindo-lhe um significado cultural e geográfico mais preciso. Com base nesta definição, Monteagudo (1952, 289) propõe uma divisão entre o tipo C de Cuevillas, criando os tipos «Ártabro» - no qual se insere o torques em questão - e «Astur-Norcalaico», para o que se apoia na valorização dos seguintes elementos:

Tipo 1 - «Ártabro», definido pela presença de terminais periformes e «arame enrolado», correspondendo, grosso modo, ao tipo «Norcalaico» de Cuevillas, se bem que excluindo os exemplares com terminais periformes e secção redonda ou quadrangular, mas sem «arame enrolado».

Tipo 2 - «Astur-Norcalaico», com terminais em dupla escócia e «arame enrolado», o qual corresponde ao tipo B de Cuevillas, que este designa como «Astur».

b) - Analisando agora o torques n.º 2, afigura-se-nos de importância demarcar desde logo este tipo, definido pelo arco de secção poligonal e terminais em dupla escócia, do tipo designado como pertencente à «Escola de Chaves» (Cardozo 1942b, 98; 1965, 168), localizado em volta deste região, no Norte de Portugal - Sul da Galiza. De resto, definindo quatro variantes dentro do seu tipo A, Raddatz (1969, 177 - Abb.3) deixa-nos em aberto campo para discussão sobre o significado tipológico das variações dos terminais genericamente designados por «dupla escócia». Não há dúvida que o torques 2 (tipo Raddatz A3) se afastará tipologicamente dos exemplares conhecidos no Norte de Portugal, mormente pelo contraste entre o seu aspecto maciço e decoração sóbria — tão característica dos torques galegos — e os grandes torques com maior profusão de decoração no arco e terminais, como os de Vila Flor (Santos Júnior-Freire 1966)⁽²⁾, e os da região de Chaves⁽³⁾ (tipo Raddatz A1). Por outro lado, e sem

⁽¹⁾ Ressalvando sub-divisões tipológicas (Raddatz 1969, 177), e tomando em linha de conta a generalização proposta por Santos Júnior et ali (1966-448) quanto ao uso desta designação.

⁽²⁾ Ver Silva 1986, Est. CXI, pela excelente ilustração.

⁽³⁾ *In genere*, os torques estudados por Cardozo (ver referências em Cardozo 1967 e 1968).

entrar em linha de conta com os «tipos regionais», cuja inserção cronológica, cultural e étnica tem vindo ultimamente a ser calibrada, parece-nos que a cronologia proposta para estas jóias por Silva (1986, 6, tipo D2), na sua fase II (*cf. infra*), é suficientemente ampla para contemplar a ideia de uma evolução dentro dos vários sub-tipos de terminais em dupla escócia, e em que os exemplos conhecidos do Norte de Portugal pertenceriam certamente a uma fase mais avançada.

Cronologia e discussão

Ambos os tipos de torques em questão foram incluídos por Silva⁽⁴⁾ (1986, Est. CIX - 5, CX - 1 - 2 - 3 - 4) na sua fase II, balizada entre 500 e 138 a. C. (Silva 1986, 66). Esta cronologia parece ser aceitável, tanto mais que se baseia numa série de correlações tipológicas fundamentadas em trabalho de campo recente. No entanto, ela parece-nos ser demasiado ampla e englobando sub-famílias tipológicas com uma cronologia relativa e significado cultural ainda obscuros.

A área de origem atribuída por Monteagudo (1952, 289), para o seu tipo correspondente aos torques n.º 1, como tendo uma distribuição centrada no Norte da Galiza, parece plenamente justificada pelos exemplos provenientes desta região⁽⁵⁾. Aliás os torques com «arame enrolado» são raros no Norte de Portugal e, com justeza, considerados como produção já tardia dentro do mundo castrejo (Silva 1986, 237)⁽⁶⁾, denotando ligações estilísticas e técnicas com o mundo mediterrânico.

A proveniência dos torques n.º 2 é já algo menos precisa, dadas as variações tipológicas que caracterizam esta peça, parecendo-nos, contudo, de excluir a área do Norte de Portugal, pela raridade deste sub-tipo de terminais, sendo mais provável o Norte da Galiza, onde encontramos paralelos próximos para estes elementos, apesar de, nalguns casos, eles estarem associados a arcos com arame enrolado.

Seguindo a tese de Lopez Cuevillas (1951), complementada por trabalhos recentes, parece es-

tabelecido que os torques são um ornamento masculino, que reflecte estatuto social e étnico, e estão normalmente conotados com a função e prestígio guerreiro, como parecem denotar as estátuas de guerreiros «Calaicos»⁽⁷⁾, algumas das quais ostentam representações de torques. Deveríamos, no entanto, atender ao facto de recentes trabalhos atribuírem estas representações já ao período da presença romana no Noroeste. Outro dos argumentos reside na mudança da sociedade Gaulesa, situada na transição La Tène I - La Tène II, período no qual se nota um decréscimo significativo no número de torques em sepulturas femininas (Déchelette 1913, 1207), aparecendo mais tarde como ornamento ligado ao prestígio da função guerreira.

As influências célticas na cultura castreja, das quais a Arqueologia pouco mais pôde assinalar do que elementos de cultura material dispersos, têm sido demoradamente discutidas, e mesmo sobrevalorizadas. Se quiséssemos admitir que os torques castrejo é um assimilação dos tipos europeus, então teríamos que considerar essas influências como contemporâneas dos primeiros contactos Hallstáticos, e nunca posteriores, pois é por esta época que parecem surgir os primeiros exemplos dessas peças no Noroeste, tendo a evolução posterior sido abandonada ao sabor dos padrões culturais locais. Não cremos, contudo, que a evolução da cultura material do mundo pós-Hallstático europeu tenha influenciado decisivamente o desenvolvimento tipológico dos torques do Noroeste, tão evidentes são os seus particularismos, e uniforme a sua evolução estilística.

Não há dúvida de que se encontram semelhanças entre alguns padrões decorativos dos torques castrejos e as decorações de outros da Idade do Ferro europeia⁽⁸⁾ (Blanco Freijeiro 1957), se bem que, estes eventuais paralelismos apareçam normalmente camuflados por padrões técnicos ou tipológicos locais.

Por outro lado, autores como Gómez (1979, 389-90) e Luengo (1979, 226) chamaram já a atenção para as dimensões de alguns dos torques estudados, por serem demasiado pequenos para serem usados por homens (*cf. supra*), o que parece ser o

(4) Silva (1986, 236), tipo D1 (terminais periformes) e D2 (terminais em dupla escócia).

(5) Ideia que poderemos reforçar com a significativa semelhança entre esta jóia e outras encontradas em Viveiros (Lugo), Centroña (Pontedeume), e Villadonga (Lugo).

(6) Referindo-se aos torques de Lanhoso (Braga), os quais este inclui no seu tipo D3 com base nos padrões tecnológicos, como filigrana e granulado, na variante constituída pelos terminais ocos, em urna, bem como numa maior racionalização do uso das ligas metálicas. Este último aspecto parece-nos especialmente pertinente, por o ouro destas produções tardias provir já de jazidas primárias, certamente relacionadas com a intensa mineração romana que bem cedo se estendeu pelo Noroeste, a qual, apesar de ter ocasionado um acréscimo da extração de ouro, motivou igualmente o seu escoamento para os cofres de Roma (Pérez Outeiriño 1986, 109).

(7) A bibliografia sobre este tema é bastante extensa. Silva (1986, 291-4), apresenta uma lista de referências substancial sobre o tema.

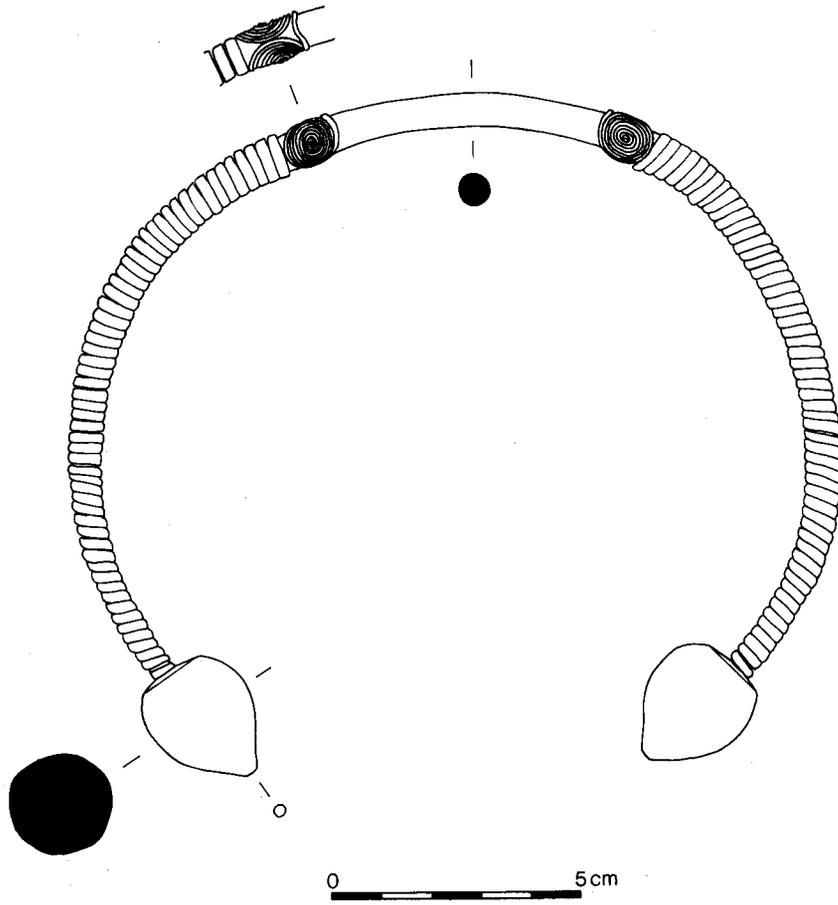
(8) Na linha das considerações de Blanco Freijeiro (*op. cit.*), tendo em mente que seria obrigatório excluir os torques galo-célticos do tipo dos de arco torcido e terminais em argola. Em todo o caso, devemos considerar que a amplitude de distribuição geográfica e cronológica de alguns elementos, tais como os motivos decorativos em SS ou os círculos concêntricos, deveria condicionar os conceitos de difusionismo ou afiliação cultural que muitos autores advogam.

caso dos torques nº 2. Apesar de as fontes clássicas, nomeadamente no que se refere ao uso dos torques pelos celtas, ligarem este ornamento à função guerreira, vários trabalhos (Lopez Cuevillas 1951, 21; Blanco Freijeiro 1958, 156; Jacobsthal 1969, 122) mantêm ainda reservas quanto à sua exclusiva conotação com o estatuto masculino.

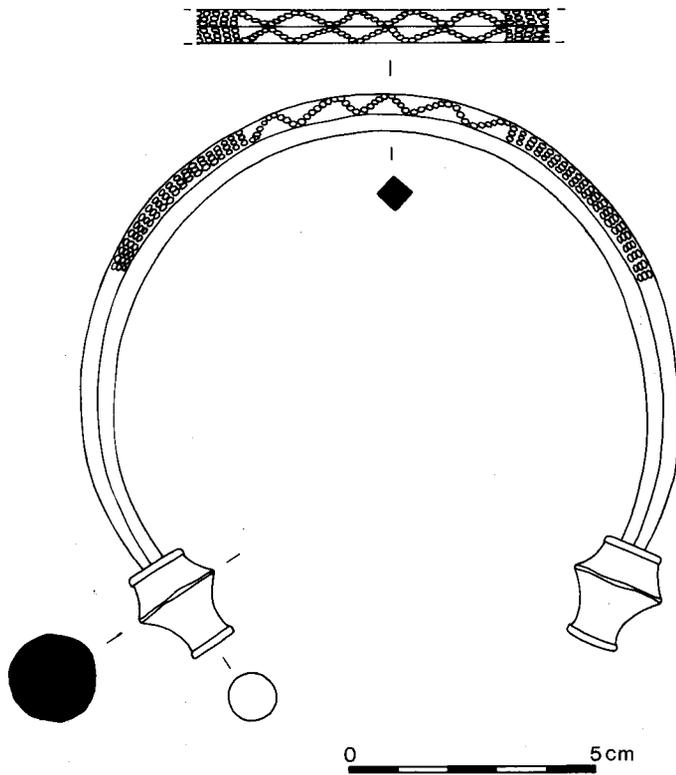
Por este conjunto de considerações, cremos que se deveriam manter algumas reservas quanto à hipótese de a função social dos torques castrejos ter tido carácter uniforme ao longo da sua história, sendo para isso necessário questionar a uniformidade da função guerreira e sua simbólica nas várias fases da Cultura Castreja.

Referências bibliográficas

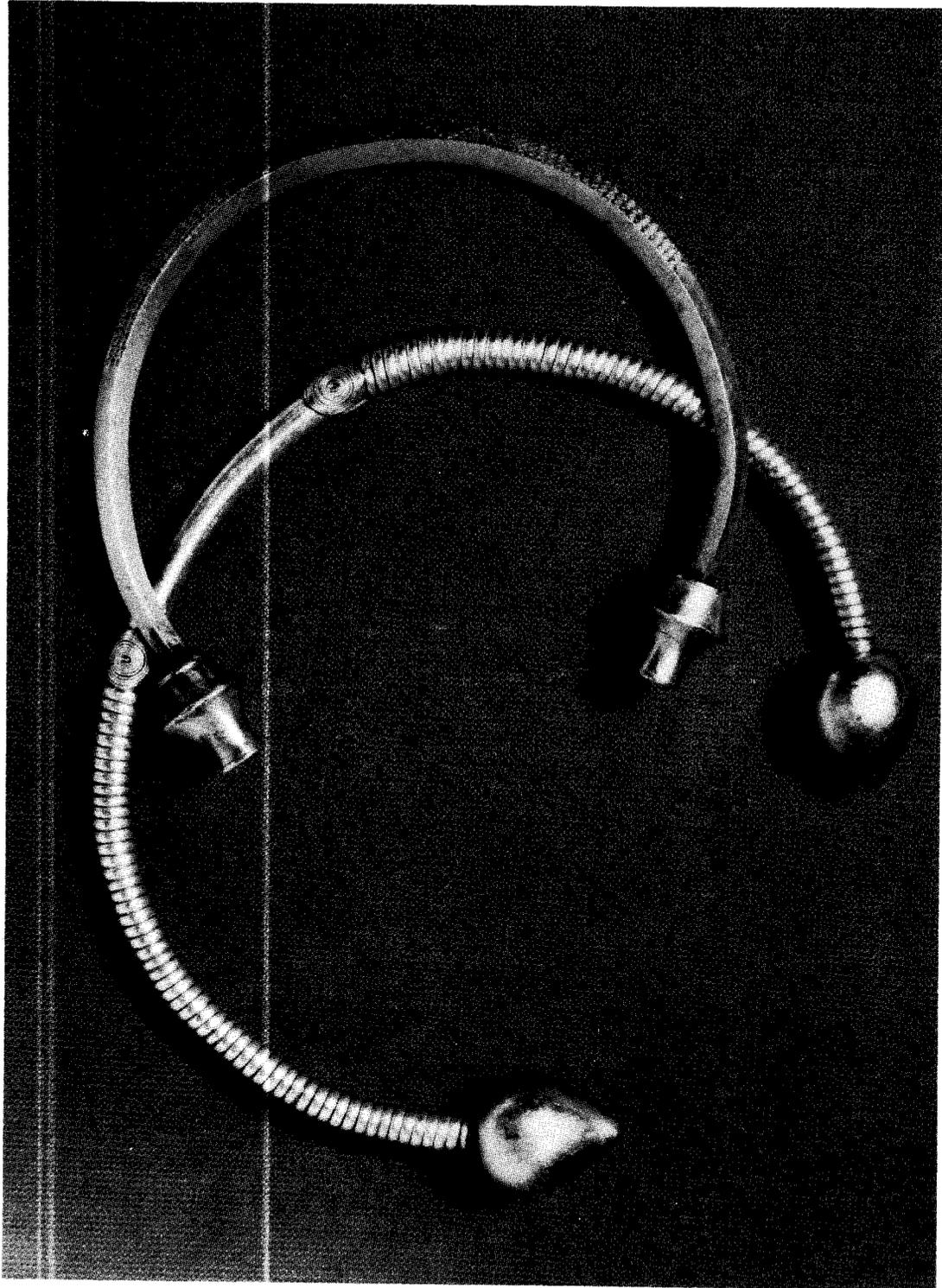
- Blanco Freijeiro, A. 1958 - En torno a las joyas de Lebução, *Revista de Guimarães*, 68 p. 155-96.
- // 1957 - Origen y relaciones de la orfebrería castreña, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, XII, p. 5-28, 137-57, 267-301.
- Cardozo, M. 1930 - *Jóias arcaicas encontradas em Portugal*, (sep.) N.ºs. Coruña.
- // 1942a - Uma notável peça de joalheria primitiva, *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, 27, p. 89-100.
- // 1942b - Una pieza notable de la orfebrería primitiva, *Archivo Español de Arqueología*, 15, p. 93-103.
- // 1959 - Joalheria lusitana, *Conimbriga*, 1, p. 13-27.
- // 1965 - A pedra frequente de especimenes preciosos da nossa joalheria arcaica, *Revista de Guimarães* 75, p. 153-68.
- // 1967 - Elementos bibliográficos para o estudo da joalheria arcaica luso-espanhola 1, *Revista de Guimarães*, 77, p. 329-76.
- // 1968 - Bibliografia das jóias arcaicas da Península Ibérica, *Revista de Guimarães*, 78, p. 85-8.
- Dechelette, J. 1913 - *Manuel d'Archeologie Prehistorique, Celtique et Gallo-Romaine*, Paris.
- Gómez, F. F. 1979 - Un tesoro de plata en el Castro de 'El Raso de Candeleda (Avila), *Trabajos de Prehistoria*, 36, p. 379-406.
- Jacobsthal, P. 1969 - *Early Celtic Art*, Oxford University Press, Oxford.
- Lopez-Cuevillas, F. 1932 - Os Torques do Noroeste Hispânico, *Arquivos do Seminário de Estudos Galegos*, 4, p. 37-132.
- // 1951 - *Las Joyas Castreñas*, Madrid.
- Luengo, J.M. 1979 - El tesoro de Elviña y tres torques coruñeses, *Trabajos de Prehistoria*, 36 p. 213-46.
- Monteagudo, L. 1952 - Torques castreños de alambres enrollados, *Archivo Español de Arqueología*, 25 p. 287-96.
- Pérez Outeiriño, B. 1986 - Torques, *Gran Enciclopedia Gallega*, 29, p. 107-10.
- Raddatz, K. 1969 - *Die Schatzfunde der Iberischen Halbinsel*, (Madrider Forschungen 5), Berlin.
- Santos Júnior, J. R.; Freire, O. S. 1966 - O Torques de Vilas Boas (Vila Flor, Trás-Os-Montes), *Lucerna*, 5, p. 443-58.
- Silva, A. C. F. 1986 - *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira.



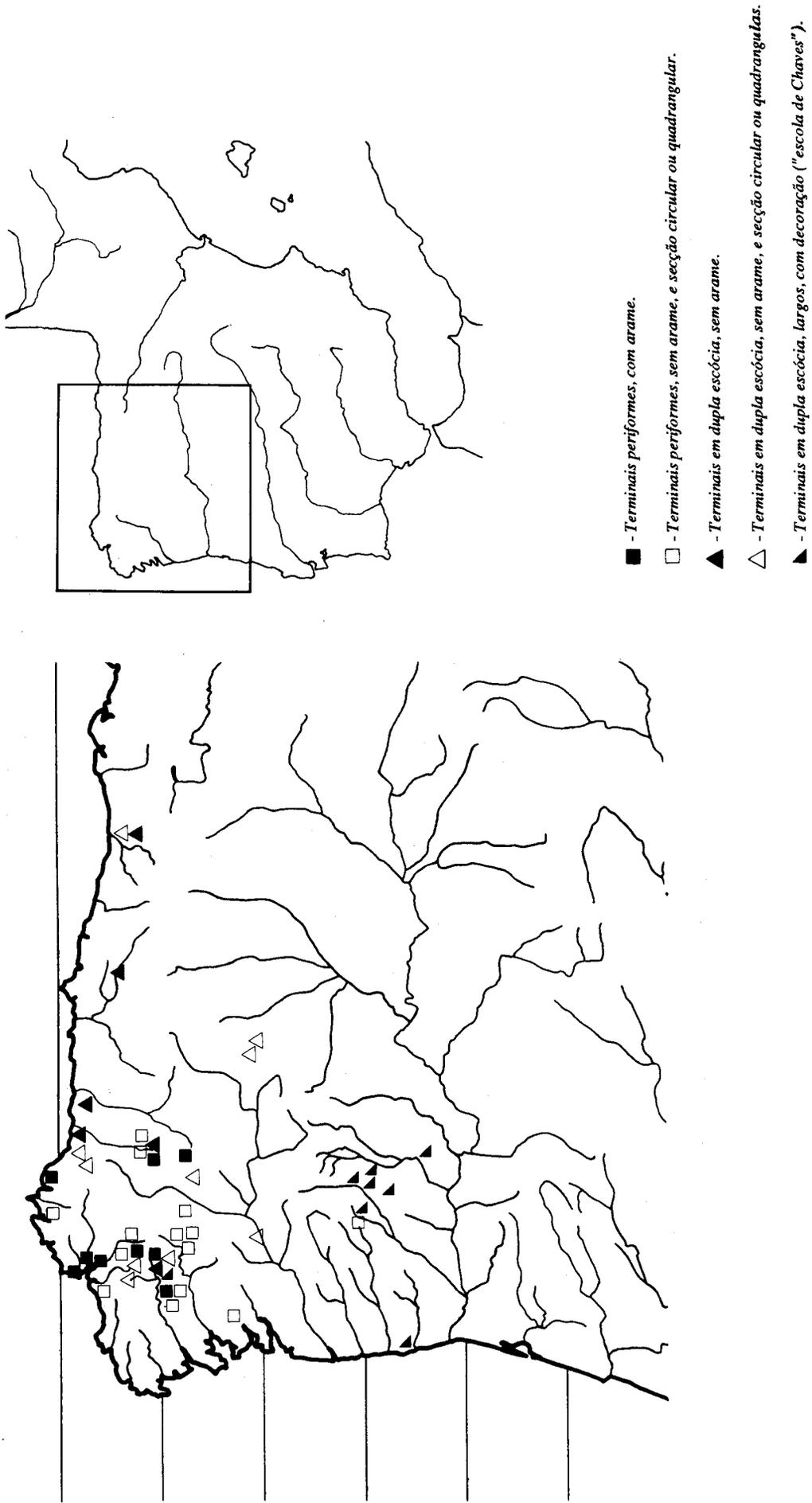
1



2



(foto Ashmolean Museum)



Distribuição de alguns tipos de torques castrejos no Noroeste, segundo Cuevillas (1951), Monteagudo (1952), Luengo (1979) e Silva (1986). Foi utilizado apenas um símbolo em casos de achados com a mesma localização. Devido à escala do mapa, a localização é aproximada

CANAS DE SENHORIM E CARVALHAL REDONDO EPIGRAFIA E ROMANIZAÇÃO

João L. da Inês Vaz

Dividimos o presente artigo em duas partes. Numa primeira, iremos estudar quatro inscrições romanas, três votivas e uma funerária. As votivas serão estudadas em conjunto em virtude de serem dedicadas pelo mesmo personagem e, muito provavelmente, à mesma divindade.

Na segunda parte falaremos um pouco dos vestígios romanos que têm aparecido no triângulo constituído pelas povoações de Canas de Senhorim, Carvalho Redondo e Minas da Urgeiriça.

Queremos agradecer aos proprietários das inscrições, Dr. Reis Pinto e Eng. Valejo, as facilidades que nos concederam para o seu estudo.

Não poderemos, nesta breve nota introdutória deixar de lembrar o caro amigo Horácio Peixoto, por nos ter conduzido ao Passal. A todos, o nosso agradecimento sincero.

1. INSCRIÇÕES

I, II e III

As três aras que estudamos foram encontradas em Canas de Senhorim, a primeira, em Carvalho Redondo, as restantes. Visto que as três contêm quase o mesmo texto e se integram num mesmo conjunto votivo, estudam-se também conjuntamente.

Leitura:

Ara 1: BESEN
CLAE
DOCQV
IRVS CEL
TI.V.A
L

Ara 2: DOCQV
IRVS CEL
TI
V

Ara 3: DOCQVIR
VS CELTI
V

Interpretação:

Ara 1: BESEN / CLAE / DOCQV / IRVS /
/ CEL / TIV(otum)
A (mimo) L (ibens soluit)

Ara 2: DOCQV / IRVS CEL / TI / V(otum)vel
V(oto)

Ara 3: DOCQVIR / VS CELTI / V(otum)vel
V(oto)

Tradução:

Ara 1: Docquiro, filho de Celto, cumpriu de bom grado o seu voto a Besencla.

Ara 2: Docquiro, filho de Celto, (cumpriu o seu) voto.

Ara 3: Docquiro, filho de Celto (cumpriu o seu) voto.

Medidas⁽¹⁾:

28
Ara 1: Gerais: 70x24x22
28
Letras: 1: 4-4,5; 2: 4,5; 3: 4,5-5; 4: 4-5;
5: 3,5-4; 6: 3,5.
Espaços: 1:0; 2: 1,5; 3: 2-2,5; 4: 0-1,5; 5: C.1;
6: 0,5; 7: C.2.

34
Ara 2: Gerais: 76x23x18
34
Campo epigráfico: 36x22,5
Letras: 1: 4-4,5; 2: 4-5; 3: 4-4,5; 4: 6
Espaços: 1:0; 2: C.1,5; 3:1; 4:1,5; 5:3,5

33
Ara 3: Gerais: 72x29x23
33
Campo epigráfico: 34x29
Letras: 1:3,5-5; 2:5-5,5; 3:3-7
Espaços: 1:1,5-2,1; 2:1; 3:3; 4:11.

A primeira ara (designamos assim a ara de Canas de Senhorim que contém o teónimo) foi encontrada no próprio local onde se encontra, o jardim da casa do Sr. Dr. Reis Pinto e as outras duas

foram retiradas recentemente (Verão de 1985) de um lugar de Carvalhal Redondo onde se encontravam a fazer de ombreiras num armário aberto na parede. Felizmente foram retiradas em boa hora, não tendo sofrido qualquer dano.

A divindade adorada em Canas de Senhorim é mais uma divindade a acrescentar à já longa lista dos deuses indígenas peninsulares. Com efeito, não se conhecia até agora o nome *Besencla*, pelo que se tratará de um *hapax* e nada também poderemos dizer sobre este nome ou sobre o carácter da divindade.

Os antropónimos, contrariamente ao teónimo, são comuns às três aras e conhecidos na epigrafia romana. *Celtus* é, no seu início, de nítida origem étnica (?). *Docquirus* é também de origem celta, ou próxima de celta, pelo menos ostenta características da linguística celta (?). O radical *DOC* está presente noutros nomes, mesmo for da Hispânia (4).

Porquê a ausência do teónimo nas duas aras de Carvalhal Redondo? Poderemos pensar que se trata de ex-votos presentes num templo dedicado a essa divindade, *Besencla* e daí não haver necessidade de repetir em todos os monumentos o nome, tanto mais que foram dedicados pela mesma pessoa.

No entanto, poderemos ter outras hipóteses de explicação para esta ausência. As três aras foram feitas na mesma oficina e só o terceiro monumento a ser gravado ficou à vontade do encomendador. É que, efectivamente, os monumentos têm uma distribuição diferente das letras. E senão vejamos: na ara n.º 2, a mais larga gravaram-se cinco letras na linha 1, sete na linha 2 e depois o V foi isolado numa 4.ª linha. Na ara n.º 3, gravaram-se sete letras na linha 1, sete na linha 2 e uma na linha 3 e deixaram-se em branco 11 cm de campo. Na ara n.º 1, a de Canas de Senhorim, todo o campo epigráfico foi ocupado. A linha 1 foi encostada à moldura superior e a linha 6 está separada apenas 2 cm da moldura inferior. Parece, pois, haver aqui uma certa imperícia do gravador que, não sendo ajudado por um paginador, só à terceira tentativa conseguiu agradar ao seu cliente.

Poderemos ainda pensar que as aras de Carvalhal Redondo seriam obra de principiantes, de aprendizes. E, com efeito, nota-se hesitação no alinhamento das letras, o tamanho é irregular e o V tem uma abertura muito grande. Ora, isto não se verifica em Canas de Senhorim onde se nota um fio condutor e um *ductus* seguro do lapicida.

Considerando os caracteres paleográficos, o único elemento de que dispomos para o efeito, pensamos que estas aras serão do séc. II da nossa era.

IV

Inscrição funerária romana aparecida haverá cerca de duas dezenas de anos mas que se tem mantido inédita nas mãos do seu proprietário (2). Tomamos conhecimento da sua existência aquando da visita que o GAAC - Grupo de Arqueologia e Arte do Centro efectuou ao concelho de Nelas em Setembro de 1984.

Trata-se de uma placa destinada a enterrar na cabeceira da sepultura, certamente de inumação. Mede 62x47x16 e é em granito de grão fino, muito friável e devido a isso encontram-se desgastadas as linhas 4 e 5. O campo epigráfico (49x38,5) é emoldurado, com uma meia-cana e um filete. A parte posterior da placa é decorada com uma rosa hexapétala.

Leitura:

MODESTINO
MODESTI
ANN XIII
FILIO.PISSIMO
MODESTVSETCILIA F C

Interpretação:

MOSDETINO/MODESTI (filio) / ANN
(orum) XIII (quattuordecim) / FILIO PIIS
SIMO / MODESTVS ET CILIA F (aciendum)
C (uraverunt).

Tradução:

A Modestino, filho de Modesto, de catorze anos de idade.
Modesto e Cília curaram de fazer (esta lápide) ao (seu) filho modelo de virtude.

Medidas:

Letras: 1:5,5; 2:5; 3:4; 4:4,5; 5:4
Espaços: 1:1,5; 2:C.2; 3:C.2; 4:1,5,2; 5:C.2;
6:C.3

A gravação é cuidada, elegante e perfeita. Bastará ver-se o M da 1.ª linha com as hastes absolutamente proporcionadas ou os O perfeitamente redondos. Repare-se ainda no E com as barras horizontais todas iguais.

(1) As medidas são todas indicadas em centímetros. As medidas gerais são indicadas pela seguinte ordem:

Frontão
Altura x Fuste x Espessura no fuste
Base

A inscrição tem um eixo central, podendo dizer-se que possui uma bela paginação. E mesmo o facto de as letras terem tamanhos diversos não é sinal de pouco cuidado posto na gravação, mas antes demonstra o objectivo de fazer ressaltar algumas palavras. E ressalta-se o que se relaciona com o defunto, nome, filiação e qualidades pessoais. A idade e os nomes paterno e materno foram, propositadamente feitos em tamanho mais pequeno. Além disso, é de salientar ainda que na última linha se meteram 17 letras e na segunda apenas sete. Há aqui, pois, uma intenção de salientar os dados do defunto subordinando-lhe os paternos e houve certamente a mão de um *ordinator* na distribuição prévia da inscrição.

Os nomes apresentados na inscrição são todos conhecidos da epigrafia romana e peninsular. *Modestinus*, nome do defunto, deriva de *Modestus* através da junção do sufixo *inus*, processo muitas vezes seguido para a formação de novos nomes. *Modestus* é um cognome muito frequente e aparece no CIL 310 vezes na forma masculina e 108 na feminina (6). Kajanto inclui-o entre os cognomes que demonstram qualidades de carácter (7). *Modestinus*, por sua vez, está registado 27 vezes no CIL, sendo 14 na forma masculina e 13 na feminina (8). Encarnação afirma que este nome é frequentemente atribuído a escravos (9). No entanto, no caso vertente, não nos parece que tal suceda.

Cilia, o nome materno aparece já registado em vários locais de Península. Todavia, a forma mais frequente é *Cilea* (10).

Apesar do uso do adjectivo *Piissimo* que nos remeteria para o século II da nossa era, pensamos que se trata de uma inscrição do séc. I d. C.

2. ROMANIZAÇÃO

As inscrições apresentadas anteriormente terão que se integrar no contexto da romanização do triângulo cujos vértices são Canas de Senhorim, Carvalho Redondo e Minas da Urgeiriça.

Porquê a presença dos romanos nesta área? Os mesmos motivos que os trouxeram à Península

trouxeram-nos até esta área, a presença de metais. Com efeito, a par do urânio, hoje a maior exploração metalífera, o estanho é também abundante e vários são os lugares onde tem sido explorado. Por outro lado, a agricultura tem sido também ao longo dos séculos, uma das principais fontes de riquezas da região e assim já seria há dois mil anos. Isso mesmo poderá explicar a presença do homem desde os recuados tempos da Pré-História nas grutas de Vale de Madeiros, lugar vizinho de Canas de Senhorim (11).

A presença romana está seguramente testemunhada em dois lugares, *Laja do Quarto* e *Passal*.

Na Laja do Quarto apareceram em 1980 vestígios abundantes de cerâmica de construção e doméstica, pedras almofadadas, uma soleira de uma porta, um piso de barro queimado (lareira?) e uma mó redonda (12). A inscrição funerária de Modestino, atrás estudada, será também deste lugar, segundo informações que conseguimos recolher.

Infelizmente não nos foi possível realizar qualquer sondagem na altura da descoberta destes vestígios, mas os elementos recolhidos permitem-nos colocar uma hipótese de habitação deste lugar entre os séc. I e IV d. C.. Tratar-se-ia de uma *villa* situada no meio de uma exploração agrícola cujos limites se desconhecem (13).

Num outro lugar de Canas de Senhorim, no *Passal* cerâmicas domésticas e de construção, mós, pedras talhadas encontram-se espalhadas pelo chão ou metidas em muros, testemunhando a habitação do lugar no passado. Seria aqui uma outra *villa*? Nada temos que no-lo comprove, no entanto é muito possível que assim sucedesse, o que suporia a existência de um *pagus* localizado algures. E esse algures poderia muito bem ser o sítio onde hoje assenta a própria vila de Canas de Senhorim. Que ela já existia na Idade Média é ponto assente, pois assim o comprova a existência de pelo menos uma sepultura escavada na rocha na *Rua da Estrada* e, aliás, o próprio nome *de Senhorim* revela uma origem medieval. O mais certo todavia, é ela ter já existência na época romana. Convém mesmo atentarmos nos três topónimos onde se situam os vestígios:

(6) I. Kajanto, *Latin Cognomina*, Helsínquia, 1965, p. 50 e 199.

(7) Ver, por ex., M. Palomar - Lapesa, *La onomástica personal pré-latina en la antigua Lusitania*, Salamanca, 1957, p. 127, 130, 136 e 144, ou, mais recentemente M. Lourdes Albertos Firmat, *La onomástica personal indígena del noroeste peninsular (astures e galaicos)*, *Actas del III Coloquio sobre Lenguas Y Culturas Paleohispanicas*, p. 282.

(8) No trabalho citado de Lourdes Albertos, *Docquirus* e seus derivados são apresentados como claramente lusitanos e muito bem documentados na Beira Baixa, Alto Alentejo e província de Cáceres.

(9) Pertence ao Sr. Eng.º Valejo de Canas de Senhorim, a quem agradecemos a facilidade do seu estudo.

(10) I. Kajanto, *op. cit.*, p. 263.

(11) *Idem*, p. 68.

(12) *Idem*, p. 263.

(13) José d'Encarnação, *Inscrições romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984, p. 311.

(14) Ver por ex., CIL II, p. 1081, ILER, p. 679 e M. Lourdes Albertos, *Nuevos Antroponimos Hispanicos*, *Emerita*, XXXII, 2, 1964, p.239-240.

Laja do Quarto, Passal e Rua da Estrada. O primeiro parece indicar a existência de habitações no lugar; o segundo, medieval, pode ser relacionado com a existência de um *Paço* - habitação, ou terrenos propriedade da paróquia; o terceiro, pode relacionar-se com qualquer época, mas de qualquer forma indica passagem de uma estrada.

Neste contexto de romanização não admira, pois que surjam as lápides estudadas. E se a inscrição funerária supõe a existência de uma ne-

crópole cuja localização desconhecemos, já as inscrições votivas pressupõem um templo a uma divindade local. É de salientar ainda em relação a estas o sincretismo entre a religião indígena e a civilização romana, aparecendo na mesma inscrição nomes tipicamente indígenas do dedicante e da divindade e a fórmula romana final de consagração.

Só novos achados poderão esclarecer completamente o passado romano desta região.

(¹¹) Nas grutas de Vale de Madeiros, onde há uns anos nos deslocámos têm aparecido vários objectos metálicos e cerâmicos. São objectos que devem datar da Idade do Bronze. Alguns estão guardados na Escola Secundária de Canas de Senhorim. Seria importante que os especialistas nesta época se debruçassem sobre esses achados e sobre as próprias grutas que muitas coisas terão ainda a revelar.

(¹²) Já em 1983 me referi a estes achados em conferência pronunciada na Casa do Miradouro, tendo, pela primeira vez, afirmado que se tratava de uma *villa romana*.

Recentemente, Julho de 1985, surgiram notícias nos jornais dando conta da descoberta de uma *villa romana* neste lugar. É falso que se trate de uma descoberta feita apenas nesta data.

(¹³) Deslocámo-nos à «Quinta do Milionário», como hoje é chamada, na companhia do Sr. Dr. Alberto Correia, e Mons. Celso Tavares da Silva, alertados para o aparecimento dos vestígios pelo ilustre canense, Sr. António João Pais Miranda. Aí fotografámos várias pedras aparecidas e recolhemos vários fragmentos cerâmicos.

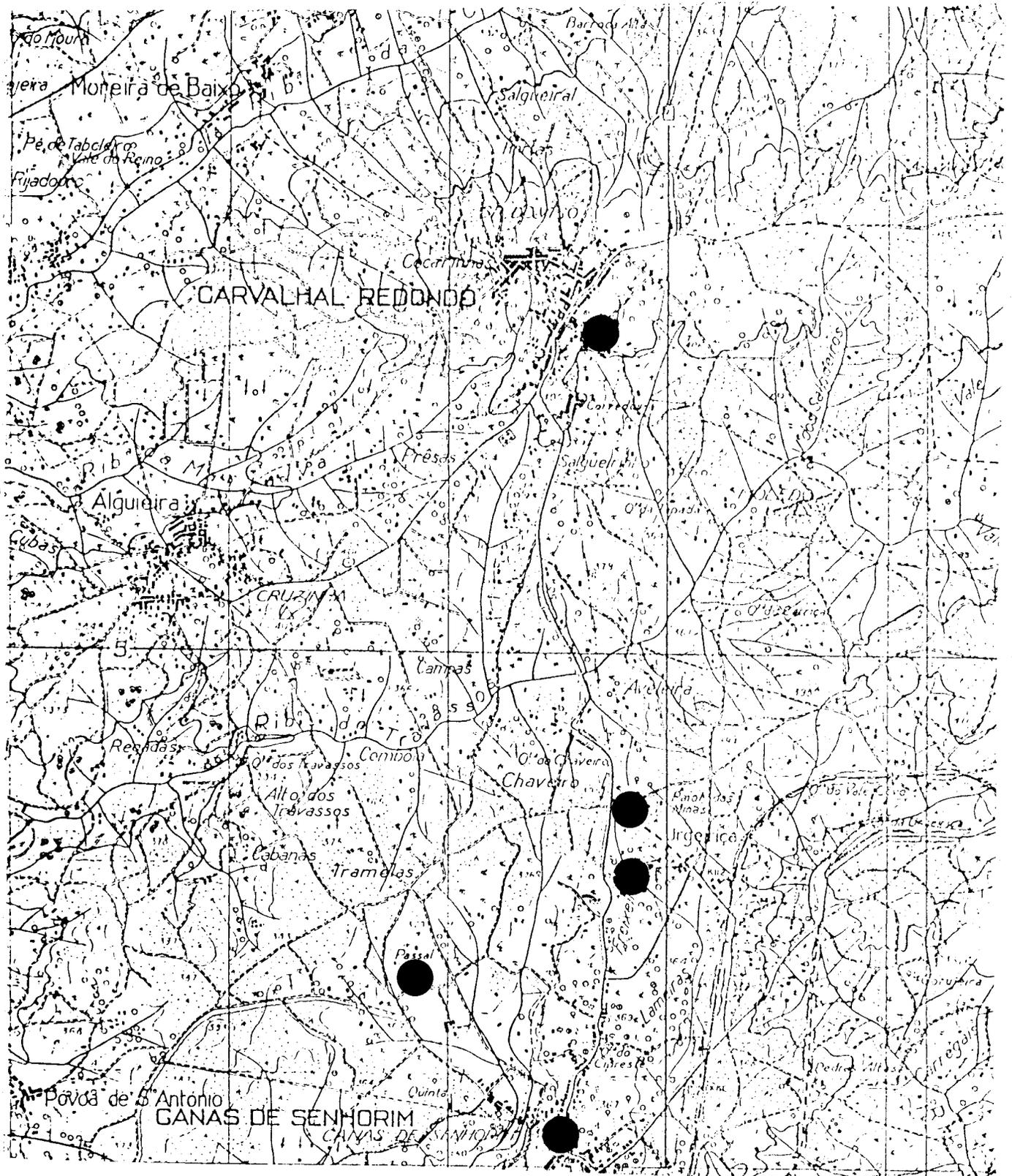


Fig. 1 - Carta militar 1: 25 000, n.º 200

● Localização dos sítios mencionados no texto.



Ara 1



As aras de Carvalhal Redondo antes de serem retiradas da parede onde foram encontradas



Ara 3



Ara 2



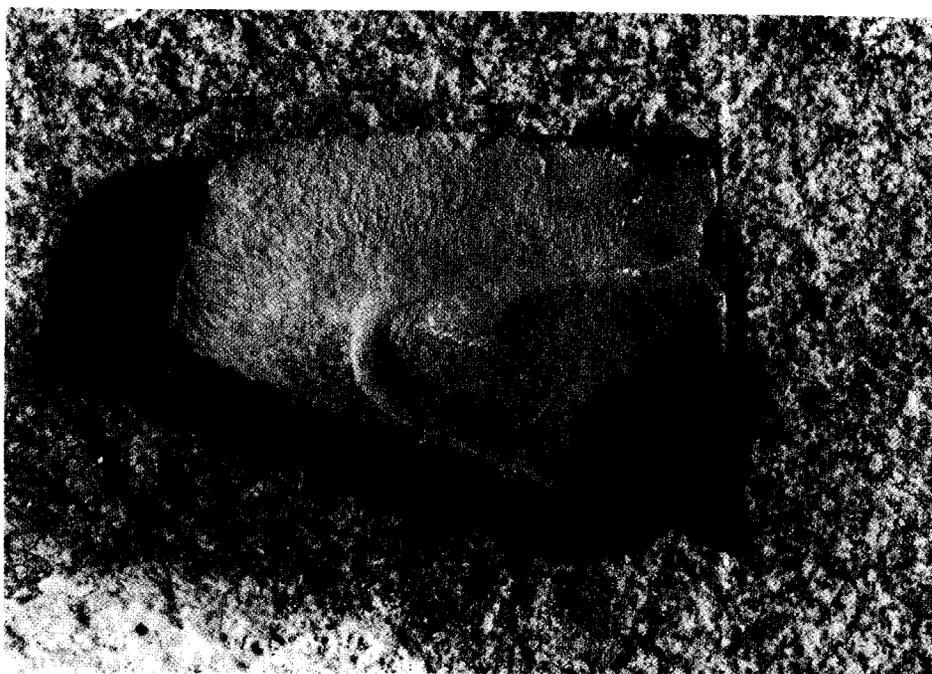
Inscrição funerária de Modestino, face anterior e posterior.



Vestígios romanos aparecidos na Laja do Quarto: pedras almofadadas (em cima) e barro queimado (em baixo).



Mó manuária dormente aparecida na Laja do Quarto.



Fragmento de tijolo com marca aparecido no *Passal*

MATERIAIS ROMANOS NO PAÇO DA GLÓRIA

(ARCOS DE VALDEVEZ)

José da Silva Ferreira

A Quinta da Glória, onde se encontra o paço do mesmo nome, localiza-se na freguesia de Jolda (Madalena), do concelho de Arcos de Valdevez, e na Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, dos Serviços Cartográficos do Exército, está na folha n.º 29 e tem por coordenadas: 41° 48' 00" Norte e 0° 37' 40" Este (Est. I).

Este palácio e terrenos anexos pertenceram à Condessa de Santa Eulália e foram arrematados em hasta pública executada pela Fazenda Nacional, em 1937, a favor de Peter Pitt Millward. Quando este cidadão britânico tomou posse do imóvel, ele encontrava-se em estado de ruína. Sujeitou-se por isso a grandes obras de restauro. Nesta fase foram aplicados no edifício e jardins envolventes diversos materiais decorativos (fontes, arcos e outras peças) comprados em casas antigas da região, que alteraram significativamente a sua fisionomia.

No lado esquerdo da fachada nascente do edifício (Est. II, 1), sob um arco, fomos encontrar embutidos na parede, quatro fragmentos de mármore (Est. II, 2): dois deles são de epígrafes que descreveremos detalhadamente; o terceiro é um fragmento liso de 23 x 20cm; o último, destacado dos anteriores, parece ser parte de um recipiente decorado com motivos vegetais e mede 18 x 21cm.

O fragmento subrectangular de uma placa de mármore branco (Est. III, 1) com as dimensões máximas de 25 x 19cm, de superfície bem polida, sem vestígios de moldura, apresenta um texto que enche toda a sua superfície. As letras, bem ordenadas e desenhadas, de tipo capital quadrata, tem de altura 40mm nas três linhas superiores. Os espaços interlineares, com excepção do último, medem 10mm. A pontuação é triangular. A última linha,

com letras de 22 a 25mm de altura, do mesmo tipo mas de factura menos perfeita, poderá ter resultado da falta de espaço.

Trata-se de uma epígrafe romana e pelas características morfológicas das letras (V simétrico, R de haste recta, P aberto e o O redondo), datamo-la do século I. São deste parecer Armando Coelho da Silva e José d'Encarnação.

O texto disponível torna a interpretação problemática. Mesmo assim, e seguindo sugestões destes autores, lemos:

[...] [A?]GRIVS . CVICI[T] / [...] [PO?]NTIVS .
CVICIT [...] / [...] PONTI . I / [AF]RODISIA

É possível que Agrius, Pontius e Afrodísia sejam nomes e Cuicit... seja cognome teríamos assim uma placa dedicada por uma mulher, Afrodísia, por razões que não podemos inferir. O formulário permite excluir um conteúdo funerário ou votivo. Será possivelmente uma placa honorífica. Os antropónimos sugerem uma procedência extrapeninsular e o material, o mármore, é muito raramente utilizado no Norte. A seu respeito José d'Encarnação teceu o seguinte comentário «... pelo tipo de letra e pela paginação não me parece de cá e muito menos do Norte do País». Mas sobre a procedência destes materiais falaremos mais detalhadamente na altura própria.

O outro fragmento é o canto superior direito de uma placa de mármore amarelado (Est. III, 2), com algumas manchas esverdeadas, de forma irregular mas ainda subrectangular, de 17 x 17cm, de superfície rebaixada em relação à moldura que tem 5cm de largura. As letras maiores têm dimensões variáveis entre 25 e 30mm e as menores entre 9 e 12mm. A pontuação é de peque-

nos pontos arredondados. Há diversos nexos. Os espaços interlineares são irregulares. Do texto disponível desta inscrição fazemos a seguinte leitura:

[...] M . NATA . DOLONI / [...] B ? ANDA IACET

Classificamos esta epígrafe como funerária. O seu formulário não é o usual e a onomástica é estranha à região. José d'Encarnação sugere que esta placa é uma falsificação renascencista. Não somos de igual parecer: a grafia é pouco cuidada e não há motivo para a falsificação. Na falta de um contexto, os dados intrínsecos não nos permitem atribuir-lhe uma cronologia.

Efectuada a descrição dos materiais, discutiremos agora a sua proveniência. Segundo Adriano Augusto Amorim, que durante algumas dezenas de anos trabalhou para Peter P. Millward e o ajudou a adquirir muitas velharias, estes fragmentos teriam chegado ao Paço da Glória aderentes com argamassa à face de assentamento de uma fonte em granito ornamentada com três carrancas, e procedente da Quinta de Barreses, lugar do Sorro, na freguesia de Beiral do Lima. Dela teriam sido extraídos e depois colocados na posição actual, por ordem de Millward.

Embora nos parecesse pouco crível que em região granítica se usasse o mármore como cunha de assentamento, e que, portanto, os materiais tivessem a procedência sugerida pelo nosso informador, fomos observar a Quinta de Barreses e os lugares vizinhos com todo o cuidado. As múltiplas diligências que aí efectuámos, incluindo uma entrevista com a proprietária da Quinta de Barreses, além de nos informarem que Beiral do Lima é uma freguesia com grande interesse arqueológico⁽¹⁾, permitiram-nos excluir que fosse essa a origem

dos materiais descritos. Conversámos mais uma vez com Adriano Amorim que então, espontaneamente, nos disse que Peter P. Millward trouxera de Nápoles diversos objectos em mármore, entre os quais poderiam estar os que são motivo deste trabalho. Por outro lado, somos de parecer que os materiais em estudo não foram encontrados durante as obras de restauro do Paço da Glória, local onde nunca foram referidos achados arqueológicos. Finalmente, estes quatro fragmentos de mármore têm um significado diverso e, pelo menos as epígrafes, apontam para cronologias distintas. Acresce que os tipos de mármore também são variados, o que reforça a ideia de procedência diferente.

Pelo que fica dito, sugerimos como mais provável que Peter Pitt Millward adquiriu estes materiais em qualquer antiquário italiano, seu ponto de convergência.

Agradecemos ao Prof. Armando Coelho F. da Silva e, através da sua pessoa, ao Prof. José d'Encarnação, o auxílio prestado na leitura das epígrafes.

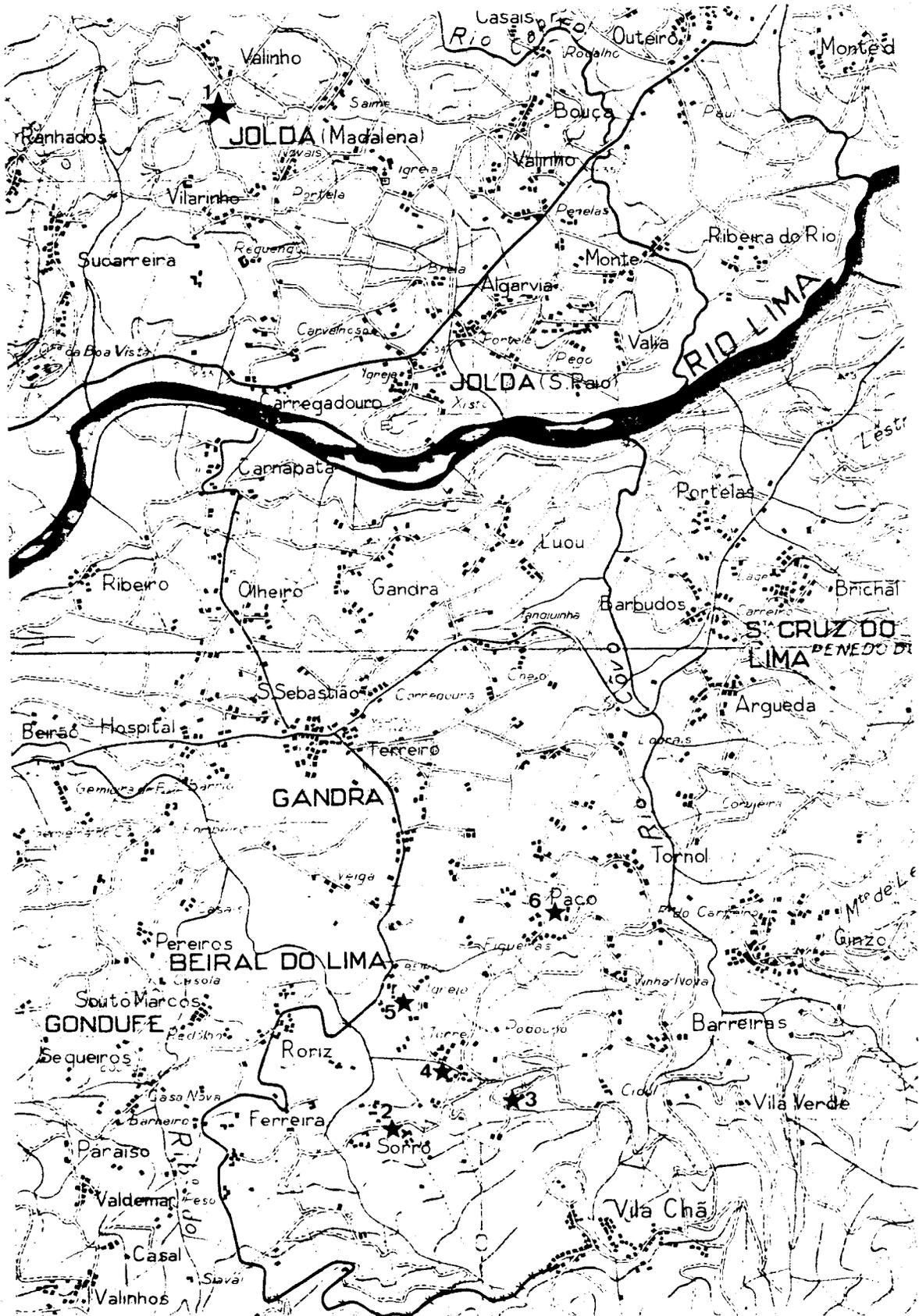
BIBLIOGRAFIA

- BARROCA, Mário J., *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séculos V a XV)*. Porto, 1987, pág. 71-99.
- D'ENCARNAÇÃO, José, *Introdução ao Estudo da Epigrafia Latina*, Coimbra, 1979.
- SOUSA, J. J. Rigaud, *Novas considerações sobre a necrópole do Beiral (Ponte de Lima)*, *Gallecia*, 5, 1979, p. 293-304.

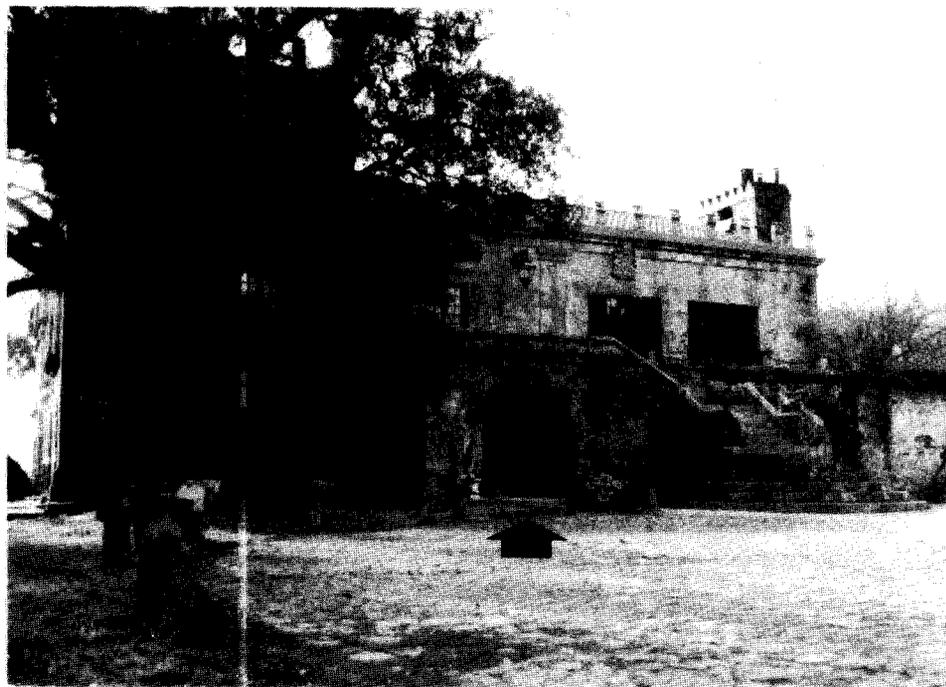
(¹) No Lugar da Torre, perto da igreja de Beiral, num campo (Eido da Renda), foi localizada em 1959 uma necrópole germânica do séc. V ou VI, noticiada e estudada por Abel Viana (1961), Fernando Lanhas (1969), Rigaud de Sousa (1979) e, recentemente, revista e criticada na sua bibliografia por Mário Barroca.

No Lugar do Outeiro, contíguo ao da Torre, a cerca de 200m do Eido da Renda, na quinta de Júlio Sendão, durante as obras de construção da sua casa, foram encontrados muros de disposição rectangular. Aqui pudemos ainda ver uma mó manual, muitos fragmentos de tégula e um amontoado de blocos de granito aparelhado.

No Lugar de Castro, sobranceiro ao lugar do Outeiro, há um pequeno castro.



1 - Paço da Glória; 2 - Quinta de Barreses; 3 - Castro; 4 - Outeiro; 5 - Torre; 6 - Paço.



1 - Paço da Glória; alçado nascente. A seta assinalada o arco.



2 - O conjunto dos materiais descritos



1 e 2 - As inscrições romanas.

O FORNO CERÂMICO ROMANO DO EIXO - AVEIRO

*Carlos A. Brochado Almeida
Artur Jorge Almeida
António J. Cunha Leal*

O forno que agora apresentamos apareceu acidentalmente nos finais de 1985 quando, no sítio da Costa de Arriba, lugar de Ribeirinha, se procedia à extracção de seixo destinado à indústria⁽¹⁾ (fig. 1).

À primeira vista nada parecia justificar a presença de um forno cerâmico neste local, mas uma análise mais detalhada à composição do solo, tomou a situação bastante mais clara. O sítio em questão, situado junto a um dos muitos cursos de água subsidiários do rio Vouga, é uma planície aluvial composta, essencialmente, por areias, seixos e algumas bolsas de barro de boa qualidade. Aliás, é nossa convicção de que terá sido a sua presença, mais a proximidade da água, que determinaram a sua construção neste local, num período indefinido da ocupação romana.

Mas uma coisa foi a escolha do sítio e a sua edificação, outra foi a sua descoberta.

Esta ficou a dever-se à perspicácia do operador da máquina que na altura procedia à extracção do seixo. Confrontado com o achado, limitou-se a retirar as areias e seixos envolventes e a avisar as autoridades locais, as quais, por sua vez, fizeram chegar até nós a notícia da descoberta e o convite para o seu estudo⁽²⁾.

Devido à calendarização de escavações para 1986, esta só foi possível realizar-se na última quinzena de Abril, felizmente ainda a tempo de se obstar que os muitos curiosos, que aí afluíam, acabassem por destruir o que ainda restava do forno (Est. III, 1).

Não foi tarefa fácil. Máquinas e homens haviam revolvido de tal modo o terreno circundante que não restou outra solução senão a de se

proceder a uma limpeza geral e, a partir daí, procurar-se uma zona intacta onde fosse possível a efectivação de um corte estratigráfico. Tal não foi possível, mas nem por isso deixamos de saber, através de pequenos apontamentos geológicos milagrosamente conservados, que a estrutura inferior do forno havia sido encaixada e soterrada a cerca de 0,90m de profundidade. Isto equivale a dizer que a câmara de aquecimento ficava enterrada e a câmara de cozedura ao nível da linha do terreno (fig. 4, Est. I).

Portanto, na impossibilidade de efectuarmos uma análise estratigráfica segura, limitamos a uma limpeza cuidadosa do interior da estrutura que ainda se conservava e a procedermos a um exame atento dos vários corpos que compõem o conjunto.

1. BOCA DO FORNO E FORNALHA

A boca do forno com 3m de comprimento por 0,70m de largura compõe-se de 3 partes bem diferenciadas: a entrada, as paredes laterais e a abóbada de cobertura.

A entrada é formada por 2 pilares frustemente construídos com placas de barro cozido que assentam directamente umas sobre as outras. A sua função é meramente decorativa (fig. 2, 3, 4; Est. II, 1).

As paredes laterais, pelo contrário, foram construídas com a escassa pedra da região. A irregularidade dos blocos dificultou o assentamento e explica a disformidade das mesmas. A ligar as pedras e a revesti-las do lado de fora, usou-se o

(1) Mensário «Litoral» de 31 de Dezembro de 1985.

(2) Agradecemos à Câmara Municipal de Aveiro, aos Serviços Regionais da Zona Centro, à Junta de Freguesia de Eixo toda a colaboração prestada. Aos Drs. Rui Cavaleiro da Cunha e Armandino Baptista da Cunha o apoio prestado no decorrer da escavação.

barro vermelho da região. Obteve-se assim uma construção sólida e com um alto teor de impermeabilização calorífera.

Da parte superior das paredes arrancava a abóbada em canhão feita com várias camadas de barro sobrepostas (fig. 2; Est. II, 2). Os vestígios conservados apontam para cerca de 4 com uma espessura média de 0,05m cada. Estas, no entanto, poderiam ser em maior número já que a parte superior se apresenta danificada. As camadas mais interiores apresentam-se gretadas e com uma intensa tonalidade gregosa, situação que se deve à qualidade do barro e, sobretudo, à intensidade do fogo que ardia por debaixo.

O chão, esse está revestido com pequenos seixos rolados incrustados no terreno natural. Sobre eles havia restos de cinzas e carvões e, na entrada da câmara de aquecimento, o tom avermelhado dos mesmos, indicava o sítio onde a lenha era queimada. O leve cabamento da parte central do corredor e a sua disposição inclinada, tal como na câmara de aquecimento (fig. 5), permitiam, por sua vez, o escoamento das águas infiltradas, facilitava a introdução do combustível e a remoção das cinzas.

2. CÂMARA DE AQUECIMENTO

A câmara de aquecimento, com 4 metros de comprimento por 3,65m de largura (fig. 2 e 3), tem formato rectangular e está enterrada no solo natural.

As paredes, devido à escassez de pedra, foram levantadas com tijolos compactos vulgarmente conhecidos por tijolo burro, secos ao sol, com 0,40m de comprimento e 0,07m de espessura média. Foram assentes e revestidos exteriormente com barro vermelho mas, que pelas razões já aduzidas para o corredor da boca do forno, gretou e tomou uma tonalidade próxima do grés.

O espaço interior da câmara de aquecimento está preenchido com os 4 arcos de volta inteira que sustentam a grelha. Arrancam, como é norma neste tipo de sustentação, a cerca de 0,30m das paredes laterais e são construídos com tijolos semelhantes aos que compõem a estrutura das paredes laterais (fig. 3, 4 e 5).

O espaço vago entre a curvatura dos arcos e a grelha, mais o situado entre as paredes e o arranque dos arcos, foi integralmente preenchido com tijolos semelhantes, assentes e ligados com o mesmo tipo de barro. Matéria-prima semelhante reveste o exterior dos arcos e base de sustentação que, tal como acontece nas paredes laterais e boca do forno, se apresenta gretado e com tonalidades gregosas, mais evidentes nos arcos próximos da fornalha.

O chão, endurecido pela acção do calor, apresenta-se levemente cavado na parte central e com declive no sentido da boca do forno e da linha de água situada a escassos metros (fig. 3 e 5).

3. GRELHA

A câmara de aquecimento está separada da câmara de cozedura pela grelha que assenta nos 4 arcos e nos apoios inter-arcos. A função destes, para além de contribuirem para a sustentação da grelha, era a de travamento dos arcos. Com este tipo de solução eliminavam-se possíveis deslocamentos dos arcos que, a sucederem, colocavam em risco a solidez do conjunto momentaneamente quando sobre a grelha era colocado o material destinado à cozedura (fig. 2; Est. III, 2).

Da grelha muito pouco resta (fig. 2; Est. I, 2 e II, 2). Pela parte conservada sabemos que foi feita à base de camadas de barro sobrepostas e que no seu conjunto não ultrapassam a espessura média de 20 centímetros. A parte superior, essa foi sumariamente alisada com os dedos (Est. II, 2).

O ar quente, proveniente da câmara de aquecimento, passava para a câmara de cozedura (laboratorium) através de uma série de buracos feitos, a intervalos não regulares, nos espaços inter-arcos e inter-apoios. Conservam-se 9 buracos e conforme sugere a distribuição na parte intacta, cada fiada tinha 7 buracos o que equivale a dizer que, em toda a extensão da grelha haveria à volta de 48 buracos.

4. CÂMARA DE COZEDURA (LABORATORIUM)

Desta, à excepção de uma pequena parcela da parede lateral nada mais resta. Como não chega para definir a sua altura e o tipo de cobertura, limitámo-nos a lamentar a falta de informações e o estado em que estes monumentos aparecem.

5. PRODUTOS FABRICADOS

O forno do Eixo fabricava, ao que parece, tégula, ímbrex, tijolos e sectores circulares para colunas (fig. 6 e 7), isto é, produtos destinados à construção civil. Algumas tégulas apareceram mesmo empilhadas a alguns metros do forno, no local onde certamente secavam os produtos antes da cozedura (Est. III, 2).

A diminuta amostragem dos produtos aqui fabricados dificulta seriamente um estudo evolutivo das formas e qualquer pesquisa futura acerca de possíveis itinações dos mesmos a partir de

marcas de oleiro e outros sinais impressos antes da cozedura.

Nas tégulas distinguimos somente, a partir dos rebordos, dois tipos de fabrico: o la e o lb com grandes afinidades entre si e o lc com uma aresta muito mais e disfarçada⁽³⁾ (fig. 6).

As marcas de oleiro, que não apareceram inteiras (fig. 7) têm, neste caso, um interesse muito restrito.

Também o ímbrex (fig. 6), a tijoleira (fig. 6) e os sectores circulares para colunas (fig. 6) apareceram fragmentados e, nas partes conservadas, não havia qualquer tipo de marca ou sinal.

6. CRONOLOGIA

Estruturalmente é uma construção que se enquadra no tipo de fornos que, um pouco por todo o Império, cozia telhas, tijolos e outros materiais de construção⁽⁴⁾. O seu formato rectangular⁽⁵⁾ permitia uma melhor acomodação dos materiais e a grelha, espessa e bem apoiada nos arcos, permitia uma boa cozedura através dos muitos buracos que a perfuravam.

Com este tipo de planta e se nos cingíssemos somente a ela, poderíamos catalogá-lo como um forno que laborou entre o séc. I e o II. E em abono desta teoria não faltam exemplos em Inglaterra e no Continente⁽⁶⁾. Só que uma datação baseada somente na planta é deveras insuficiente, sendo para mais, nós sabedores que este tipo de estrutura, embora variando, se manteve até aos nossos dias⁽⁷⁾.

Se olharmos para a maneira como foi construído, somos obrigados a reconhecer nele uma certa frusticidade que poderá advir da má qualidade dos materiais utilizados e da inabilidade dos operários.

É certo que está longe, por exemplo, do ar relativamente cuidado que apresenta o forno de Canelas (Vila Nova de Gaia) e mesmo do da

Quinta do Paço, freguesia da Facha (Ponte do Lima), este com uma boca construída com blocos graníticos rectangulares bem aparelhados e enquadrados⁽⁸⁾. Mas tal facto poderá, em termos cronológicos, nada significar. O forno de Canelas é considerado do alto império e ao da Facha é-lhe reconhecida uma datação que o coloca na parte final do império.

O único argumento que nos resta é o material produzido. Mas com uma amostragem tão ínfima muito pouco há a dizer. Se nos pudéssemos solidamente apoiar em Chauffin⁽⁹⁾ diríamos que as tégulas com estes tipos de perfis são produtos que vão do séc. I ao III. Mas como este estudo foi realizado a partir de exemplos franceses e não há garantias de que ele se possa alargar a áreas tão distantes como a nossa, só nos resta e à falta de argumentos mais sólidos, considerar o forno do Eixo como obra de época romana. Possivelmente foi construído no alto império mas se o seu funcionamento alcançou a parte final deste, é hipótese que não se pode descurar.

* *
*

Este forno da Costa da Arriba é mais um de uma lista que já vai longa e que não parará de crescer se se fizer uma recolha sistemática em locais onde o barro foi ou é tradicionalmente trabalhado.

Prova do que acabamos de referir são os fornos da Várzea e Palheirinhos de planta circular e cronologias que rondam o séc. I d. C. e que nos últimos tempos foram escavados no distrito de Leiria⁽¹⁰⁾. Se juntarmos a este rol os que recentemente detectamos nos concelhos de Barcelos e Viana do Castelo⁽¹¹⁾, regiões onde abunda o barro de boa qualidade e onde há uma florescente indústria cerâmica, então a lista é, sem dúvida, bem maior.

(3) Podem encontrar-se paralelos em Chauffin, Jean, *Tuiles du Bas-Dauphiné*, Gallia, T. XIV, Paris, 1956 e em Cardoso, António, Subsídios para o estudo das telhas romanas, *Rev. da Fac. Letras da U. Porto*, Série História, Vol. II, Porto, 1971.

(4) Duhamel, Pascal, *Les Fours Céramiques Gallo-Romaine*, *Recherches d'Archéologie Celtique et Gallo-Romaine*, Paris, 1973, pág. 141-154; Fletcher Valls, D., *Tipologia de los Hornos Ceramicos Romanos de España*, *Archivo Español de Arqueologia*, n.º 111 e 112, Madrid, 1965, pág. 170-174; Swan, Vivien G., *The Pottery Kilns of Roman Britain*, London, 1984.

(5) Para Swan, Vivien G., op. cit. pág. 89, os fornos circulares eram mais usados na cozedura de louça comum.

(6) Cfr. nota 4.

(7) Almeida, Carlos A. Brochado de; Leal, António J. Cunha; Cunha, Armandino Baptista da, O Forno Cerâmico de Calheiros (Ponte de Lima), *Bol. Cul. do Centro de Estudos Regionais*, vol. 3, Viana do Castelo, 1986; Faria, Abílio Mariz de, As Telheiras das Necessidades, *Sep. de Barcelos - Revista*, 2 (2), 1985, pág. 101-139.

(8) Almeida, Carlos A. Brochado de, *Proto - História e Romanização da Bacia Inferior do Lima*, Porto, 1987, pág. 75-81; Almeida, Carlos A. Brochado de; Leal, António J. Cunha, O Forno Cerâmico Romano da Quinta do Paço, Facha, (Ponte de Lima), *Actas do Colóquio Manuel de Boaventura*, Vol. II, Esposende, 1989.

(9) Chauffin, Jean, op. cit.

(10) Agradecemos as informações que o Dr. Beleza Moreira, director dos Serviços Regionais da Zona Centro, amavelmente nos prestou.

(11) Uma pesquisa recentemente efectuada nos concelhos de Viana do Castelo e Barcelos permitiu descobrir mais alguns fornos, alguns dos quais, pela presença da tégula, remontam à época romana ou altomedieval.

Grandes tradições cerâmicas tem igualmente a região de Aveiro. Bastará recordar, no domínio da porcelana, a Fábrica da Vista Alegre e no campo das cerâmicas para a construção, as fábricas Jerónimo P. Campos, Aleluia, Empresa Cerâmica Vouga, Cerâmica Aveirense, Cerâmica Duarte Tavares, já para não falar de outras unidades menores que se estendem um pouco, por todo o distrito e em especial para os lados de Águeda.

A freguesia de Eixo, apesar de não participar nesta recente expansão cerâmica, tem, apesar de tudo, a sua quota-parte de glória. Terá sido no seu aro que o francês João Drouet descobriu a argila, matéria-prima usada no fabrico de tijolo refractário, chegando mesmo a construir um forno no Rego, perto do caminho da Cilha Sardinha⁽¹²⁾, localizada nas imediações da estrada Eixo-Oliveirinha.

Se analisarmos a carta geológica da região de Aveiro fácil se conclui que entre a Pateira de Fermentelos e a Taboneira abundam os chamados arenitos do Mamodeiro e do Requeixo, matéria-prima de interesse fundamental para a indústria cerâmica da região. No caso específico do Eixo a tónica vai para os arenitos do Requeixo, constituídos por caulinos brancos ou róseos e leitões argilosos, os quais são particularmente abundantes na Cilha da Sardinha e ao longo da linha de água que margina o forno da Costa da Arriba onde aparecem a cintar terraços com alturas que oscilam entre os 5 e os 18m e os 15 e os 20m⁽¹³⁾.

Perante esta abundância de barros fácil se compreende o porquê de aqui se ter construído, na época romana, este forno e certamente outros, afinal os percussores de todos aqueles que através dos tempos por aqui se foram construindo e que a documentação faz eco a partir de meados do século XVI⁽¹⁴⁾.

⁽¹²⁾ Gomes, J. A. Marques, *A Vista Alegre*, Porto, 1883, pág. 38-39.

⁽¹³⁾ Moreira, J. C. B., *Substâncias Minerais não metálicas do distrito de Aveiro, Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro*, Vol. XXIII, Fasc. 1-2, Porto, 1976, pág. 35 e sgs.

⁽¹⁴⁾ Leal, Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 1873.

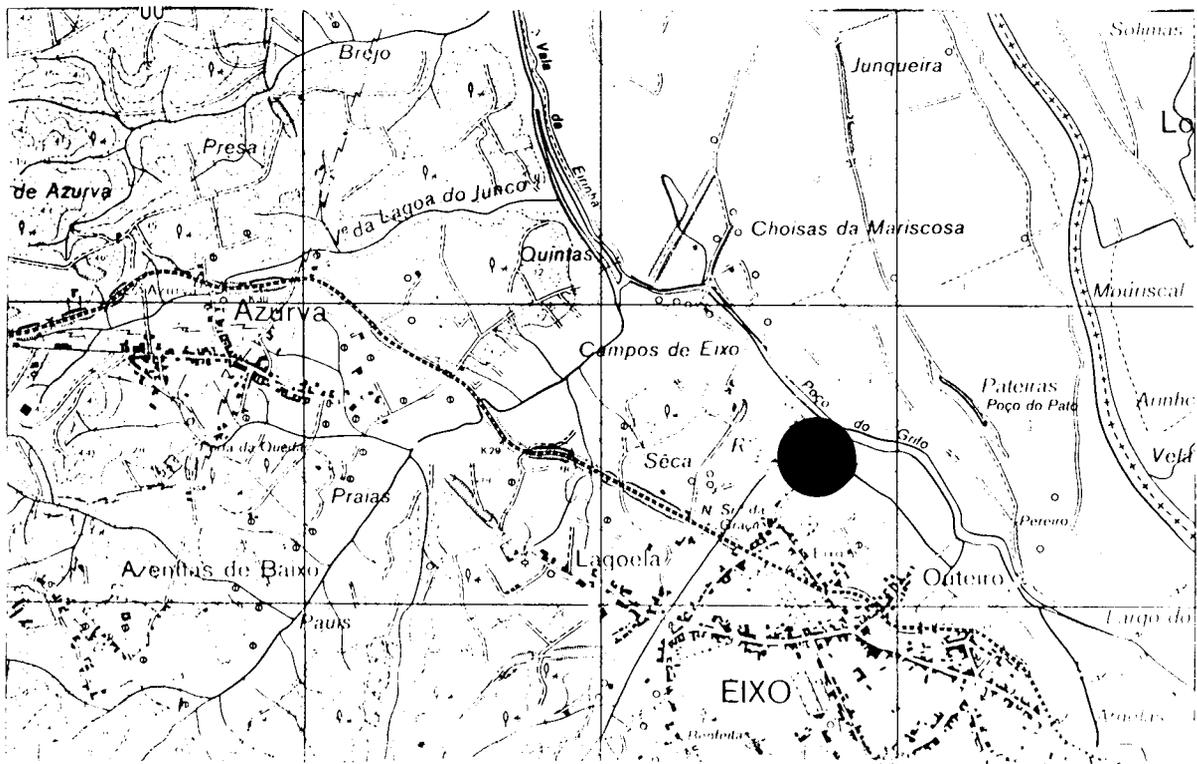


Fig. 1

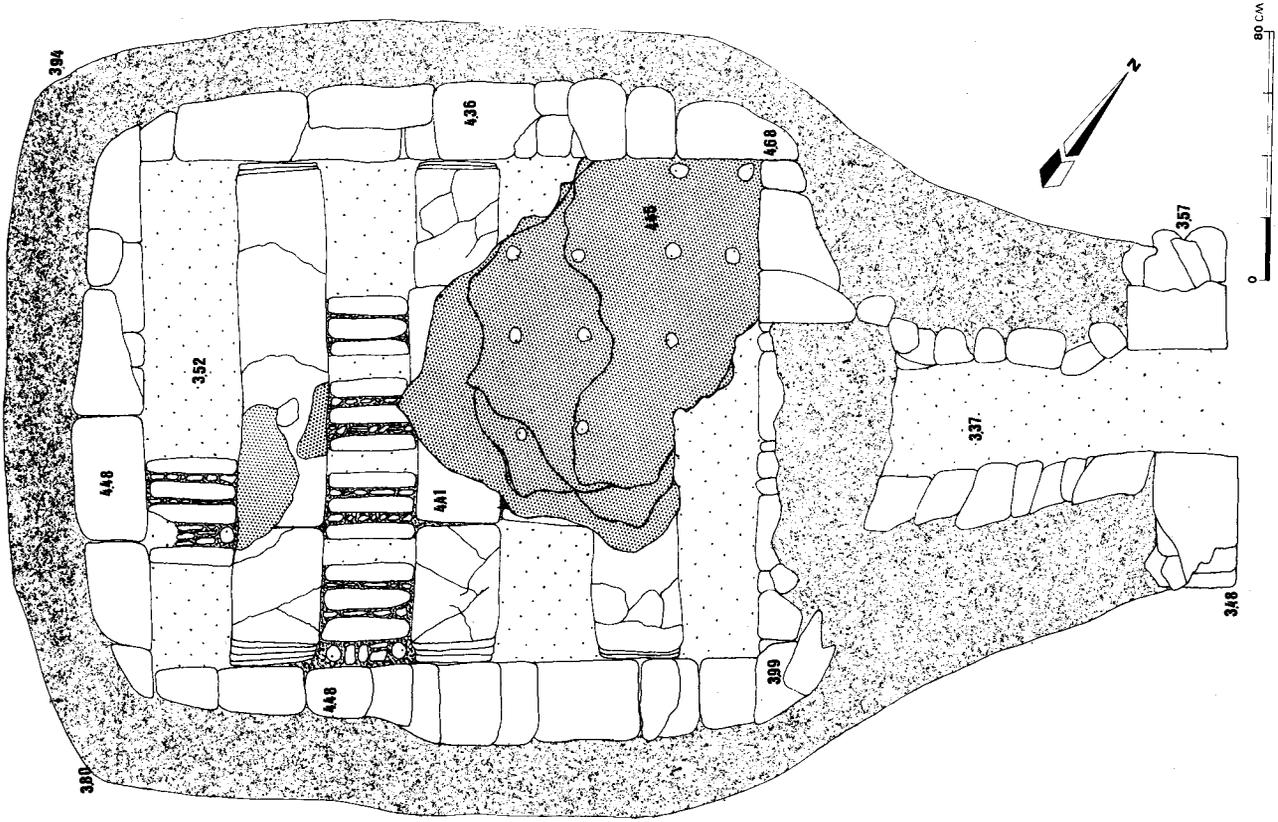


Fig. 2

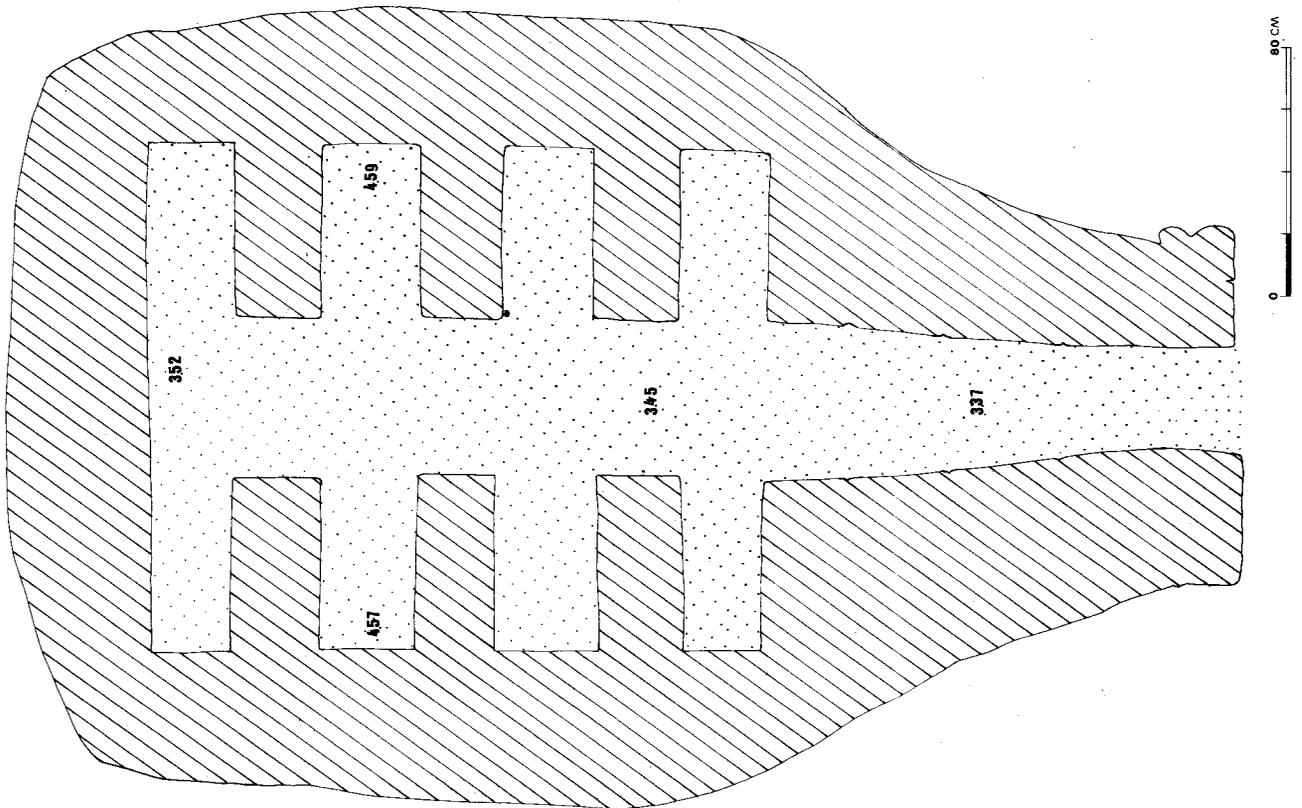


Fig. 3

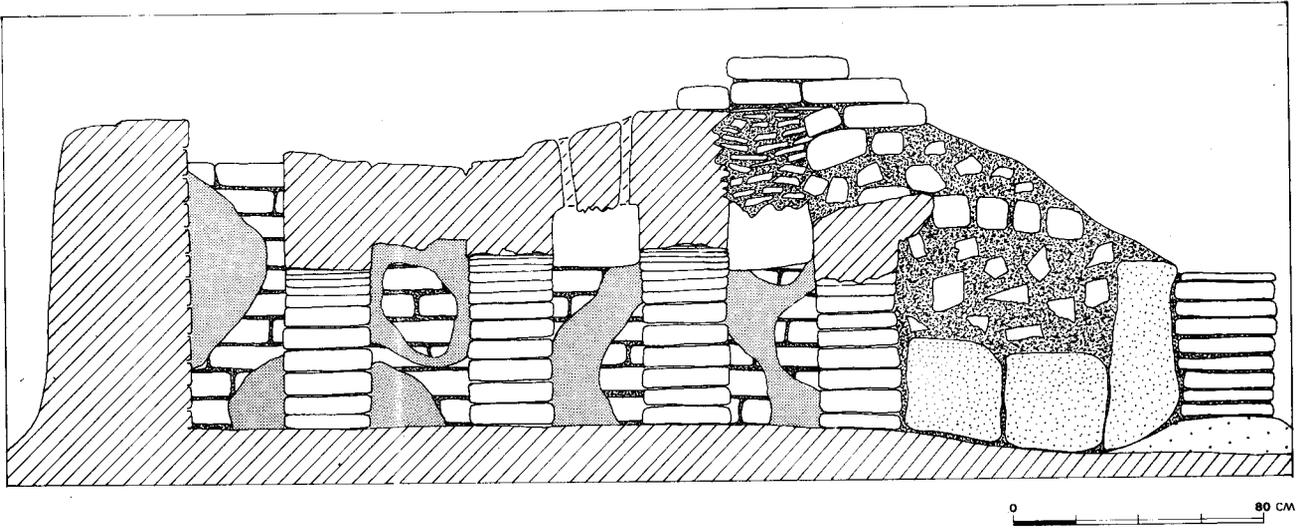


Fig. 4.

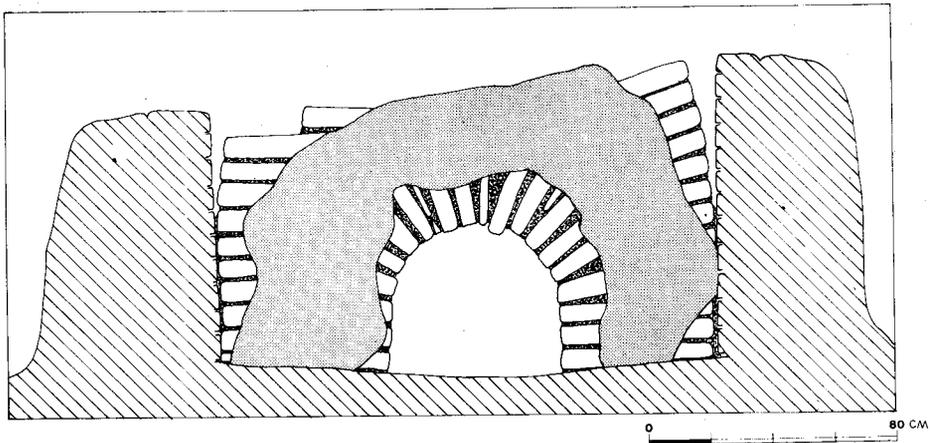


Fig. 5

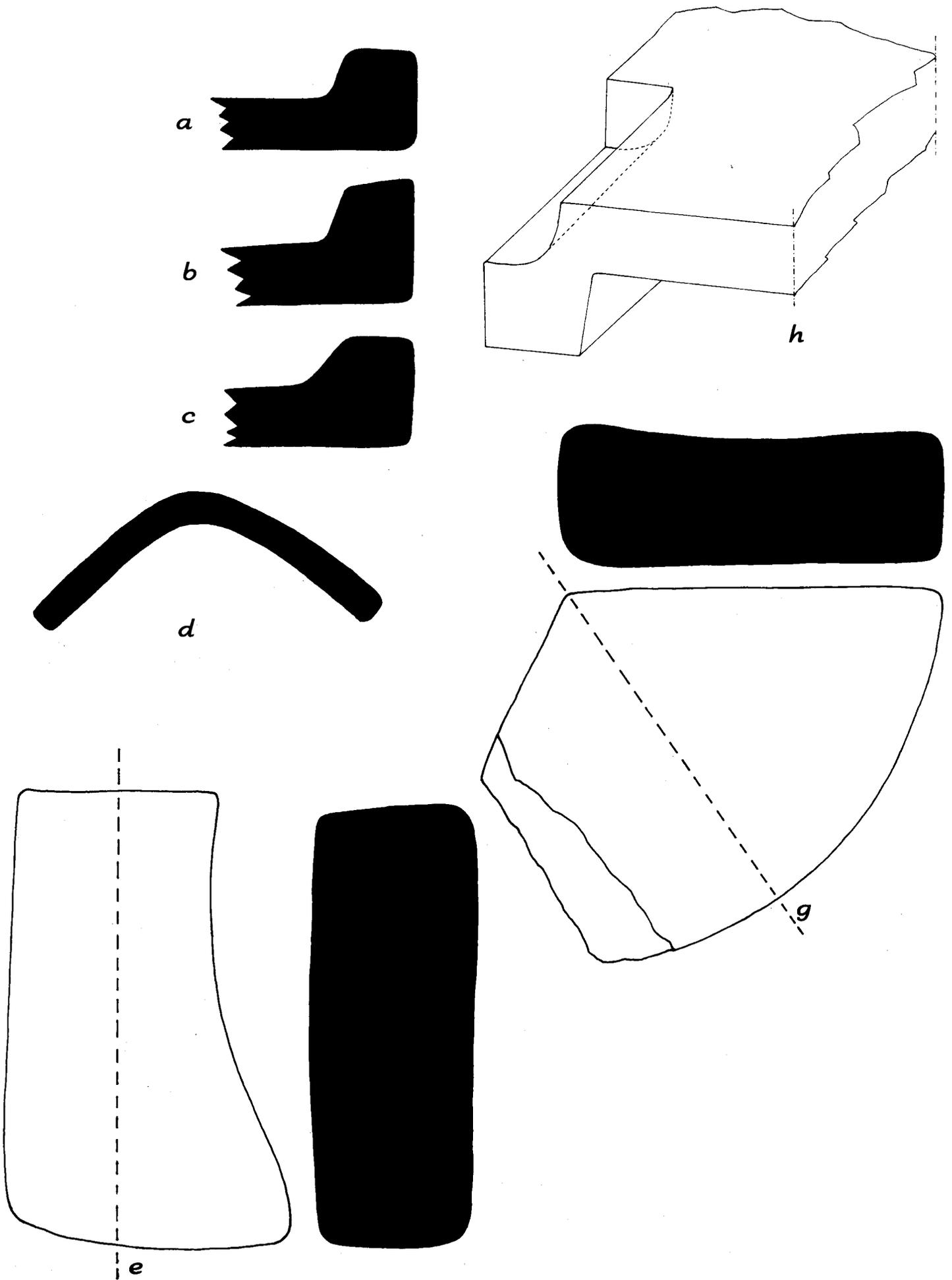


Fig. 6

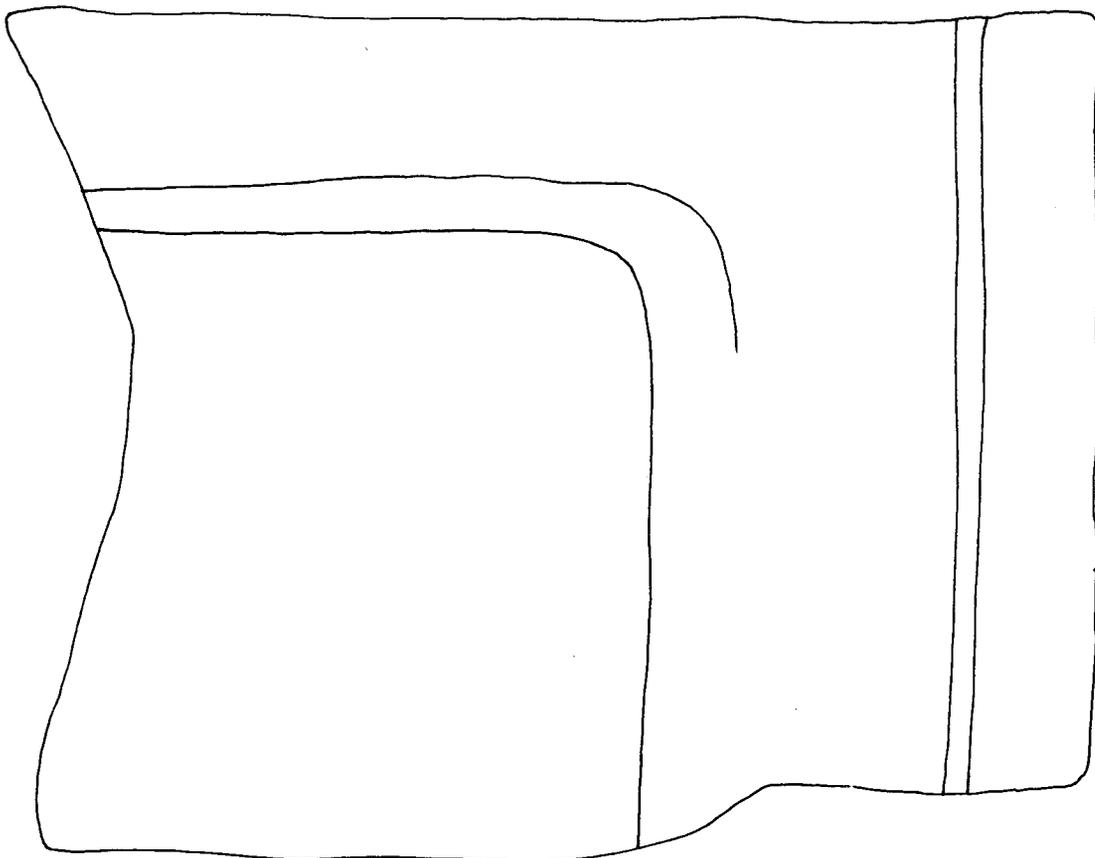
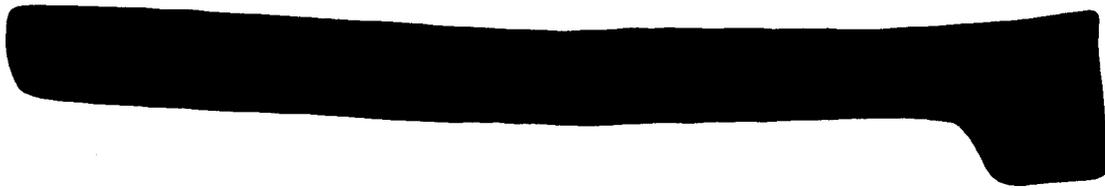
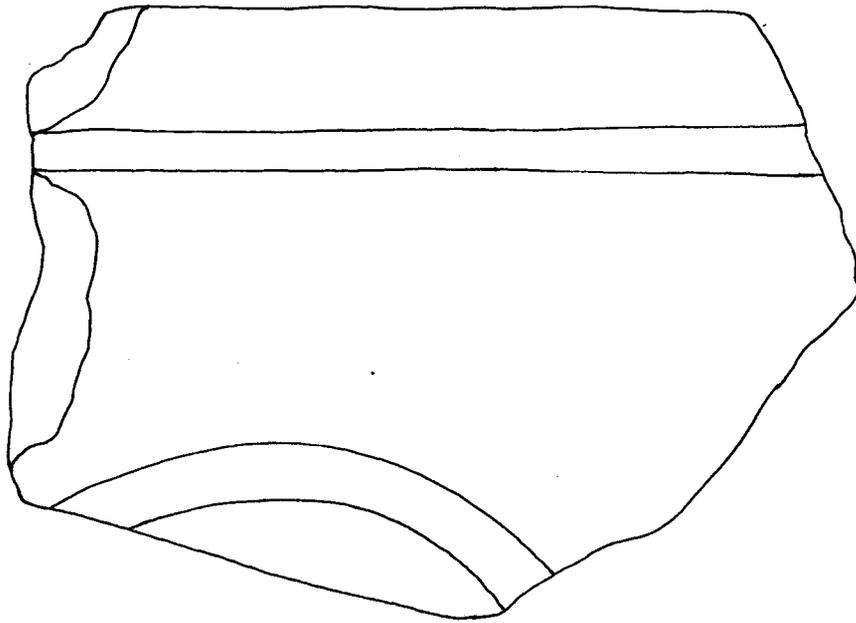
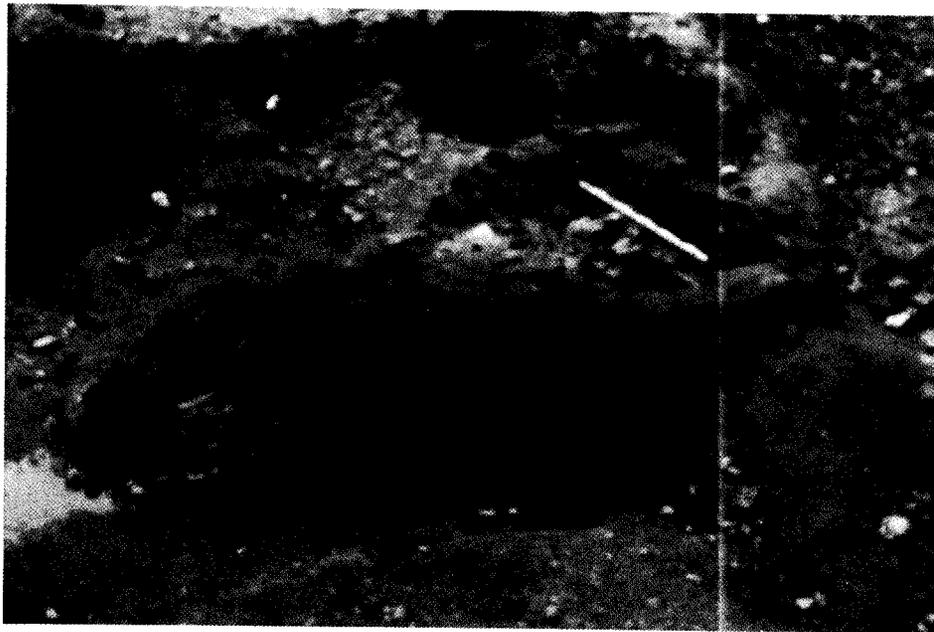


Fig. 7



1 — O forno em início de escavação



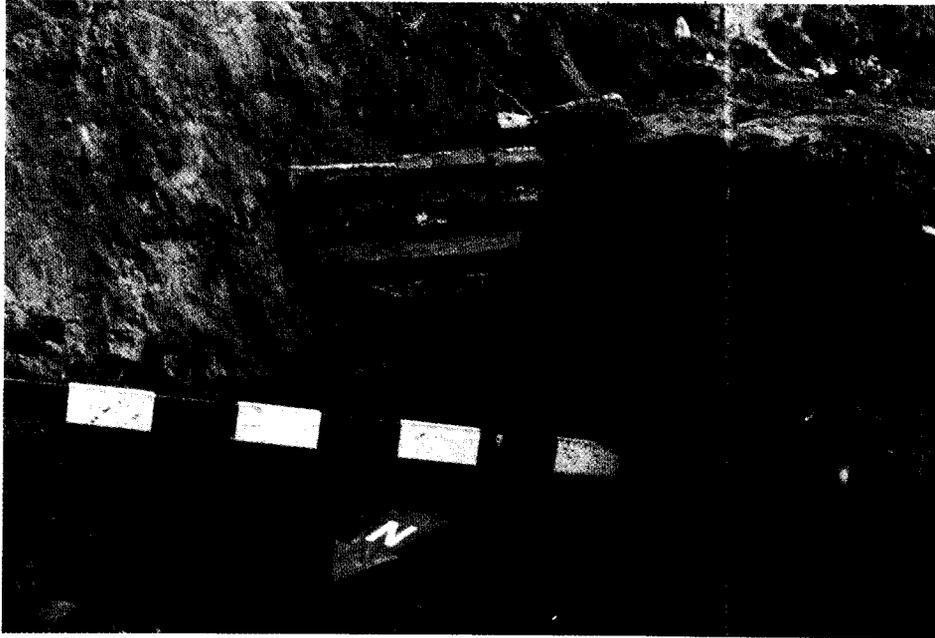
2 — Visita geral do forno



1 — Boca do forno



2 — Visita parcial da grelha



1 — Tégulas emgilhadas nas imediações do forno



2 — Parede lateral semi-destruída deixando ver o interior da câmara de aquecimento